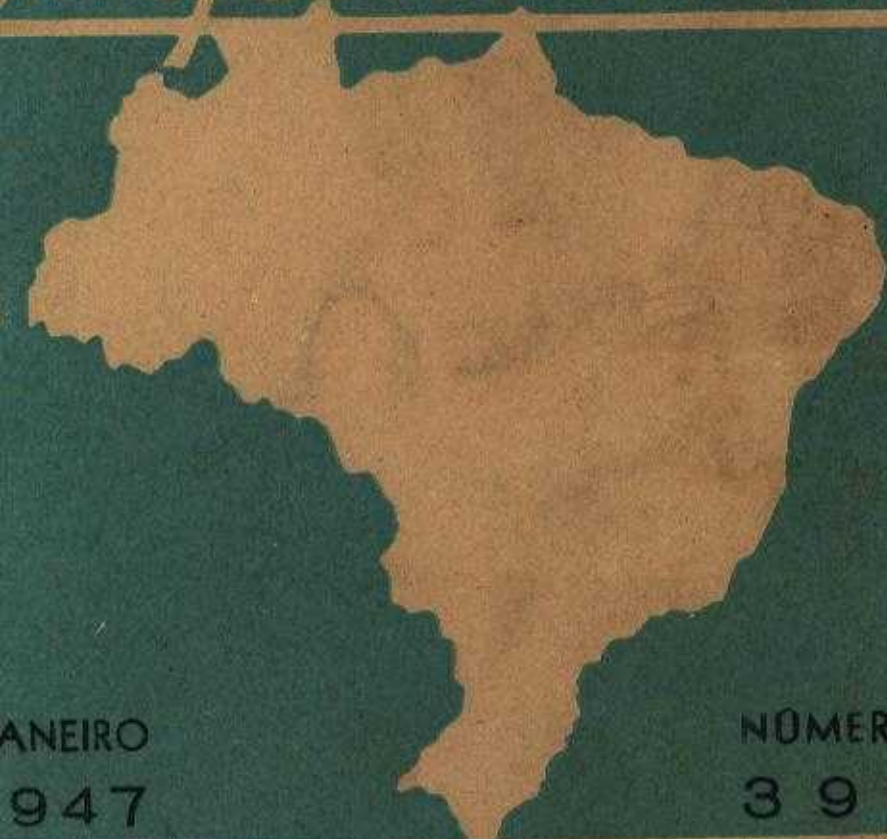


8

Defesa Nacional



JANEIRO
1947

NÚMERO
392

Coronel RENATO BATISTA NUNES
Coronel ARMANDO VILANOVA P. DE VASCONCELOS
Major JOSE HORACIO C. GARCIA
Capitão OTAVIO ALVES VELHO
Capitão I. E. JOAO CAPISTRANO

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil — Rio de Janeiro, Janeiro de 1947

Ns. 392

SUMÁRIO :

	Pags.
Editorial	3
Conservemo-nos unidos	7
O Regimento de Infantaria no Combate — Ten.-Cel. J. B. de Matos	9
A 4. ^a Secção na Campanha da Itália — Ten.-Cel. Senna Campos	20
A Instrução Militar — Maj. Geraldo de Menezes Côrtes Observações sôbre o emprêgo dos Morteiros de 81 mm. num Btl' da F. E. B. — Ten.-Cel. Uzêda	26
Tendências das Organizações Militares dos tempos no- vos — Gen. Tristão A. Araripe	75
Uma Medida Patriótica — Maj. Felicissimo de Azevedo Aveline	79
Aos companheiros das Forças Armadas e às autoridades militares. — Maj. José Horácio Garcia	91
A Arte de Comandar — Cap. Nilton Freixinho	93
A História Militar e o Preparo Profissional dos Officiais — Maj. Omar Emir Chaves	96
A Respeito da Segunda Derrocada da França — Cel. J. B. Magalhães	99
Extrato de uma Conferência do Professor Giorgio Mar- tara na Escola de Estado-Maior em Novembro de 1946	105
Boletim	125
Livros Novos — Maj. Umberto Peregrino	129
Dicionário Militar Brasileiro — Cap. Otávio Alves Velho Índice de trabalhos publicados pela Revista por cola- boradores (De 1940 a 1945)	134
Noticiário & Legislação	139
Livros à venda	149
	155
	180

EDITORIAL

I

Mais um ano de lutas, trabalho intenso, dedicação, esforços ingentes em busca do ideal da felicidade humana nesse ano que se supunha da paz geral.

Muita gente de boa vontade e de propósitos sérios ao atingir a etapa do calendário se desiluiu pelo ritmo lento e rendimento relativamente pequeno das conquistas objetivas para a paz alvejada.

É que o fenômeno social da reconversão à realidade da vida dos povos está na razão direta da destruição sofrida nesta 2.^a Grande Guerra cuja violência atingiu os fundamentos de toda a estrutura social, política e econômica da civilização, tornando os espíritos, desorganizando a sociedade, agravando os problemas de toda a natureza e criando a criação de novas necessidades tanto mais numerosas quanto complexa fôr a reorganização a ser feita.

A psicose gerada, em meio aos anseios de uma recuperação e readaptação mais aceleradas, multiplicou e pôe à prova todas as tendências e filosofias de vida numa competição de vontades que, longe de se conciliarem, aumentam as dissensões, as divergências, as exigências, estimulam as ambições, criando o clima de confiança necessário à colaboração franca dos elementos básicos do progresso.

humano. E, como não podia deixar de ser, essa agitação internacional repercutiu de modo sensível e descontrolado na vida particular de cada Estado ou Nação, individualizando certas questões que, a incompreensão procura generalizar e padronizar suas soluções, em toda a parte, sem o discernimento necessário.

II

Não obstante, caminha-se para um aperfeiçoamento à base das conquistas científicas e técnicas buscando a evolução e a socialização das atividades. A agravante, senão o obstáculo maior encontrado nesse programa, em que se empenham os expoentes da intelectualidade contemporânea e os estadistas de todos os rincões do mundo, reside na falta do fator moral, substituído pelo prestígio efêmero da força nas ilusórias aspirações de hegemonia que desunem e comprometem a obra unificadora que se deseja. Esquece-se a lição da História.

Em contraposição, vemos como consequência desse desentendimento e desconfiança, uma tendência uniforme e generalizada para a centralização dos assuntos da defesa nacional em um único órgão — o comando único de todas as forças armadas — para o aperfeiçoamento do aparelhamento da defesa. Sem embargo, os Congressos e Conferências internacionais que visam a conquista da paz, provocam a tensão crescente entre os líderes responsáveis pelos movimentos regeneradores como ameaça constante ao equilíbrio pretendido, com a formação a miúdo de blocos políticos, disputando, sob a forma de tratados ou convênios, zonas de influência econômica com sacrifício de liberdades e soberanias, móvel de todos os conflitos.

III

Da contradição aparente entre os fatores decisivos para a paz e para a guerra surgirá o equilíbrio que necessariamente há de vir como condição para o restabelecimento das energias e recursos perturbados com a guerra, porque ninguém poderá aceitá-la nas condições atuais. É preciso não perder de vista os ensinamentos adquiridos e aproveitá-los conscientemente. Cada país terá seus problemas particulares, subordinados aos interesses comuns, sem intransigências nocivas. Ontem, hoje como amanhã, as causas fundamentais dos conflitos entre os povos permanecem e ninguém poderá subsistir se não souber conquistar a paz, preparando-se para a guerra. E toda essa atividade construtiva só encontrará êxito se esteiada nas convicções da moral e da justiça que geram a confiança e a consciência nacional de cada povo.

É preciso discernir entre o interesse individual e o da coletividade para fazer obra duradoura. Se isto acontecer teremos reconquistado nossas perspectivas e vencido a enxurrada dissociadora das fantasmagóricas soluções das concepções de vida de outros povos mais interessados na sua causa do que na nossa ou de qualquer outro cujas condições são absolutamente diversas.

Por que havemos de ser presa porém do capitalismo internacional ou do proletariado internacional quando somos felizes na nossa forma de viver e na concepção moral que adotamos conscientemente? Não nos interessam patrões ou súditos, interessa-nos o preparo material e espiritual do Brasil que herdamos e havemos de fazer mais digno e acolhedor, sem as diferenças extremas que deturpam e desumanizam; mas, ao contrário, tornando-nos mais brasileiros e solidários na ação restau-

radora da coesão nacional tão mal servida pelos seus responsáveis.

Façamos de cada sector de actividade, nas oficinas, nos campos, nas escolas, nos quartéis, nos gabinetes, etc., o nosso santuário de honestidade e civismo, empenhando-nos a fundo e sinceramente pelo restabelecimento das nossas características de povo culto e civilizado, sobrepondo-nos a todas as preocupações exclusivistas pela redenção do Brasil. O solo dadivoso desta terra abnegada, suas riquezas potenciais, a sua gente generosa e boa, exigem de nós inteligência, labor, honestidade e sinceridade para estender a todos a expressão suprema de conforto e felicidade. Não importam os homens, façamos um juramento sagrado de renúncia pelo bem comum e trabalhemos pela conservação de nossas tradições de bravura, honestidade e amor ao Brasil, corrigindo os erros e evitando novos. Consolidemos nossa fé cristã sob a proteção do Cruzeiro do Sul porque encontraremos fortaleza de ânimo e disciplina na obra que nos cabe executar.

Substituamos o pessimismo e a descrença, oriundos da ignorância e da morbidez de nossa gente, pela alegria de viver e o orgulho de termos vindo ao mundo neste sacrossanto rincão. Na consecução de tão elevados desígnios, não pode nem deve haver hierarquia ou escalonamento de valores: seja qual for a função social de cada brasileiro, por mais humilde ou menos destacada, o dever comum é o de trabalhar com sinceridade e devotamento pelo futuro de seus filhos e de sua Pátria, que é um único. Essa a palavra de ordem para 1947 que todos devemos seguir sem hesitação, repelindo tudo quanto possa entorpecer a alma nacional que é tão sensível e digna quanto as que melhor o possam ser.

E dessa determinação ressurgirá o "milagre" tantas vezes realizado para bem de todos e felicidade do Brasil.

CONSERVEMO-NOS UNIDOS

A REDAÇÃO

O homem é, por natureza, egoísta. A necessidade de vida social e as leis da moral limitam-lhe os instintos e orientam seu espírito no sentido de tornar-se altruísta.

A moral de hoje já não permite a extenuação do egoísmo individual e os filósofos, na sua sede de progresso e satisfazendo sua imaginação, deram maior realce ao egoísmo de grupo, de classe e da sociedade.

No nosso meio militar, onde deve predominar grande orgulho profissional e forte dose de altruismo por tudo que é brasileiro, sentimos, a cada passo a infiltração daninha daqueles que adeptos do egoísmo insaciável, procuram dividir os grupos dentro da classe e as classes na sociedade.

As explorações se processam sob variados prismas e visam um objetivo único: abalar os alicerces da organização militar, que são a disciplina e a lealdade.

Exploram, sem cessar, ambiente imaginários e retardos de realizações que, todos sabem, não podem ser precipitados.

Objetivam, com isso, estabelecer um ambiente de falta de confiança nos Chefes, trazendo desassossego aos que esperam e, com isso, desânimo na produção do trabalho, relaxamento da disciplina e as consequências que advirão com esse estado de coisas.

Precisamos não dar ouvidos e mesmo repudiar aos que, consciente ou inconscientemente, concorram para o solapamento do alicerce da instituição armada, explorando as dificuldades da hora presente.

Entre as realizações da Pasta da Guerra, que ultimamente vem sendo exploradas, destaca-se o Quadro Auxiliar de Oficiais, que encerra, sem dúvida alguma, uma das mais justas aspirações da classe de sargentos. Sua efetivação completa não pode ainda ser terminada, em virtude das dificuldades que a leitura completa dos assentamentos dos milhares de candidatos apresenta. Isso é um trabalho delicado,

que não deve ser apressado, porque incide na própria carreira de cada sargento ou sub-tenente.

A demora, como é fácil de compreender, não significa abandono de tão arejada idéia. O Q.A.O. foi uma realização natural e espontânea da administração da Guerra, dos chefes militares responsáveis pelos destinos do Exército, e, para tornar-se em realidade, não precisou da opinião ou dos conselhos dos que só se lembram do soldado para explorá-lo.

Os sargentos serão amparados no momento oportuno, depois de terminada a seleção rigorosa de valores, que se acha bem adiantada.

Ninguém tem o direito de descrer nos Chefes do Exército que nunca faltaram à palavra empenhada em prol dos que labutam e produzem nas fileiras.

Mesmo que o canto da sereia nos chegue aos ouvidos, deixemos que os ingênuos e os incautos lhe dêem atenção. Conservemo-nos unidos em torno dos nossos Chefes, disciplinados e leais. Somos uma grande família, que não pode dividir-se para satisfazer os desejos dos que se especializam no afan de explorar a índole bôa do soldado brasileiro.

Companhia Manufatora Fluminense de Tecidos

ESMERADA FABRICAÇÃO DE TECIDOS DE ALGODÃO

Fábrica : Rua Dr. March 108 — Barreto
Niterói — Fone 55-45

Séde e escritórios : Av. Rio Branco, 120 — 7.º andar

Fone: 42-8522

Caixa Postal 628 — End. Tel.: "Sodicet"

AOS REPRESENTANTES

A Gerência solicita uma comunicação via-rádio sempre que houver transferência de assinantes.

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

"Para ganhar a batalha da frente, é mister vencer primeiro a batalha do interior."

Lloyd George

"A resistência material de um Exército é uma função direta da tenacidade moral de todo o povo".

"A batalha propriamente dita, já não é a origem mas a conclusão do esforço militar".

Professor M. R. Hubert

O Regimento de Infantaria no Combate

(Continuação)

Ten. Cel. J. B. DE MATTOS

Instrutor da E. E. M.

Os Estacionamentos

Para manter a tropa em bom estado é indispensável proporcionar-lhe determinado tempo para repouso e higiene, preparação dos alimentos, tratamento dos animais e manutenção do material. Todavia, as exigências da situação têm primazia sobre as preocupações de conforto e impõem a escolha do modo de estacionar.

As prescrições que se seguem referem-se particularmente ao estacionamento longe do inimigo ou atrás de uma frente ocupada, mas há interesse de applicá-los em todos os casos, em condições compatíveis com a situação, para dar à tropa o maior repouso possível, mantendo sempre a segurança, a ordem e a disciplina.

Toda vez que a situação permitir, os períodos de movimento são alternados com jornadas de repouso. No fim de cada etapa de marcha, os Comandantes de unidades devem providenciar para que a instalação do estacionamento seja feita o mais rapidamente possível, afim de ser aproveitado o mais rapidamente possível, afim de ser aproveitado o maior tempo para o repouso da tropa.

A cada R I será atribuída uma zona de estacionamento. Essa zona será repartida entre as unidades subordinadas. A tropa se instala evitando romper, tanto quanto possível, os seus laços táticos.

Procura-se, sobretudo, abrigar os homens.

Será vantajoso que a instalação do estacionamento seja efetuada de dia, por ser particularmente difícil praticá-la na obscuridade. Todavia, a preocupação de ocultar, após uma marcha de dia, os pontos de estacionamento às vistas da aviação do adversário, pode retardar até à noite, a instalação da tropa; convirá nesse caso, que sejam tomadas todas as medidas para facilitar essa instalação; os estacionadores preparam-na minuciosamente, os trens se aproximam, fazendo-se as distribuições, tanto quanto possível, antes de escurecer.

No que concerne às unidades motorizadas ou unidades de transporte, será vantajoso prever sempre o estacionamento entre os pontos de carregamento e descarregamento, na proximidade de água para as diversas necessidades.

Quando a tropa estacionar num povoado, o material das unidades motorizadas de certa importância, estacionará ao longo das estradas, nas suas imediações, mas nunca no interior do povoado.

Em qualquer caso, além das medidas de segurança imediata, serão tomadas medidas preventivas contra casos de incêndio.

O material será sempre mantido sob guarda.

Formas de estacionamento

A tropa acantona, quando ocupa edifícios que permitam a instalação de todo seu efetivo; bivaca, quando se instala ao ar livre ou sob abrigos improvisados.

Quando os recursos de acantonamento forem insuficientes, parte da tropa que não acantona, bivaca nas imediações; diz-se então que a tropa está em acantonamento-bivaque.

A tropa também pode acampar, quando utiliza, para sua instalação, abrigos formados por tendas ou barracas.

A) — Acantonamentos —

Na escolha dos acantonamentos serão observadas as seguintes condições gerais :

- Os acantonamentos dos E M devem ser servidos de boas ruas.
- Os acantonamentos para a infantaria devem ser escolhidos perto dos itinerários de marcha, de modo a evitar fadigas aos elementos a pé.
- Nas unidades providas de importante material automóvel e nas unidades motorizadas, o acantonamento da tropa será estabelecido como o de qualquer outra tropa.
- Na falta de outras indicações, pode avaliar-se a capacidade de locais na proporção de um homem por dois metros quadrados, de um cavalo, por três metros quadrados; de um auto, 10 metros quadrados.
- Nos acantonamentos será atribuído um setor distinto a cada Q G, corpo de tropa ou formação de serviço. Disposição análoga adotam os corpos e formações com relação às suas sub-unidades.
- Sempre que for possível, atribuem-se os dois lados de uma rua à mesma unidade.

- Os oficiais acantonam com sua tropa.
- O pessoal dos E M se instala nos próprios locais de trabalho ou em sua vizinhança imediata. Esses locais são assinalados, de dia, por flamulas, disticos, etc. e, à noite, por lanternas.
- Os órgãos de comando instalam-se de modo que sejam facilmente encontrados; próximo ao posto central, caso seja este organizado.
- Nas imediações do acantonamento de cada comandante de corpo, será instalada a guarda de polícia do corpo.
- Quando a tropa deixar o acantonamento, um oficial permanecerá no local durante seis horas, pelo menos, para receber as reclamações eventuais dos habitantes; verifica a procedência da reclamação e fornece ao reclamante, se for o caso, um documento com o qual pleiteará, mais tarde, a indenização a que fizer jus.

B) — *Bivagues*

A localização dos bivagues depende da situação e do terreno.

Os bivagues são estabelecidos ao abrigo das vistas do inimigo e, tanto quanto possível, em terreno sêco, oferecendo saídas fáceis e dispondo de recursos de água e lenha. Terras recentemente lavradas não devem ser utilizadas; áreas cultivadas e pastos artificiais devem ser interditos à tropa montada.

Os bivagues das unidades motorizadas são escolhidos nas imediações das estradas, sempre que o terreno marginal fôr bastante resistente para permitir que nele se localizem as viaturas; no caso do terreno marginal não apresentar resistência, as unidades bivacam ao longo das estradas, de modo a não impedir o tráfego.

Terrenos destinados às forças aéreas não devem ser utilizados para estacionamento de outra tropa, seja qual fôr

o pretexto. Efetua-se a repartição do bivaque nas mesmas condições que a do acantonamento. O oficial encarregado da repartição indica aos diferentes corpos e serviços as áreas que lhes foram destinadas, sendo estas escolhidas de modo a evitar-se que as unidades fiquem muito cerradas.

Cada oficial de estacionamento baliza os limites de área de bivaque indicada para sua unidade ou formação.

Sempre que possível, os Q G e as formações sanitárias em funcionamento são estabelecidos em habitações, porventura existentes nas proximidades.

Os postos de polícia e, se for o caso, o posto central, são estabelecidos do mesmo modo que nos acantonamentos.

C) — *Acampamentos*

Os preceitos indicados para a localização e instalação dos bivaques são aplicáveis aos acampamentos preparados pela própria tropa.

Tratando-se de acampamento instalado pelos órgãos especializados do Serviço de Engenharia, a ocupação transitória pela tropa é feita segundo as mesmas regras estabelecidas para os acantonamentos e consoante as instruções particulares que tiverem sido organizadas pelo serviço.

PREPARO E OCUPAÇÃO DO ESTACIONAMENTO

A) — *Preparo*

A área de estacionamento do R I é designada pela autoridade superior, ou escolhida pelo R I.

Em qualquer caso o seu reconhecimento e repartição incumbem aos estacionadores .

1 — *Turma de estacionadores :*

a) — *Composição*

A turma regimental de estacionadores compreende :

- Um oficial estacionador, geralmente o comandante do Posto de Comando ou S-1 .

- Um oficial médico.
- Um elemento, de preferência oficial, de cada batalhão e de cada uma das demais unidades do regimento.
- Um guia, de preferência sargento, de cada companhia do regimento.

b) — *Atribuições*

As atribuições gerais da turma de estacionadores são :

- escolher a zona do estacionamento, se este não tenha sido fixado e executar os trabalhos necessários à sua ocupação.
- Repartir a zona entre os batalhões e outras unidades do regimento.
- Reservar locais para os serviços gerais de administração, aprovisionamentos e comando (guardas internas, Postos de Comando e de Socorro, instalações de reaprovisionamento).
- Realizar as indispensáveis inspeções e preparações sanitárias e de higiene.
- Guiar diretamente, sem necessidade de paradas, as unidades aos seus respectivos locais.
- O oficial estacionador comanda a turma de estacionadores. Após o reconhecimento designa os locais para os batalhões e demais unidades, escolhe locais para o posto de comando do regimento, posto de socorro e guarda interna; elabora um plano de emprego da guarda. Determina a hora e o local onde deverá reunir-se a turma de estacionadores após a escolha e a preparação das sub-zonas (as turmas de estacionadores são reunidas um pouco antes da chegada da tropa, no ponto onde a unidade penetra na zona).
- Depois que a guarda estiver no seu posto, verifica se a segurança de controle da zona está garantida. Instala sentinelas nos locais (fontes de abastecimento

- d'água e nas estradas da zona). Prepara um croquis da zona, mostrando os locais das sub-zonas e das instalações para informar ao comandante do regimento.
- Manda colocar guarda nos estabelecimentos que apresentarem especial interesse, de conformidade com as ordens recebidas ou por iniciativa própria.
 - O médico examina as fontes de abastecimento d'água e assinala os locais para obtenção de água para beber e cozinhar, para banhos, e para lavagem de roupa. Faz a proposta relativamente à localização das cozinhas e latrinas.
 - Os estacionadores dos Btls. repartem as sub-zonas dos batalhões entre as suas companhias e destacamentos, reservando um local para o posto de comando do batalhão.
 - Os estacionadores das companhias dividem suas zonas entre os pelotões e grupos de comando.
 - Reservam locais para os postos de comando das Cias., grupo de transporte (quando necessário) cozinhas e latrinas. Familiarizam-se com as estradas para as suas zonas. À chegada de suas companhias vão ao encontro delas e guiam-nas até suas zonas.

B) — *Ocupação do estacionamento*

Ao chegarem as tropas na zona de estacionamento, o oficial estacionador apresenta-se imediatamente ao comandante do regimento. Batalhões e companhias, guiados por seus estacionadores, são conduzidos para as suas respectivas zonas.

A tropa só pode entrar no acantonamento ou nos locais de bivaque, após a terminação do reconhecimento.

Caso a tropa deva ficar em condições de poder deixar rapidamente o acantonamento, sua instalação deverá ser feita de preferência nos pavimentos térreos, tomando-se as seguintes providências :

As continências e os sinais de respeito, individuais, são obrigatórios para todos os militares. As guarda de polícia prestam continência, sem rufos de tambor ou toques de corneta.

Tanto nos acantonamentos como nos bivaques a tropa deve conservar-se pronta para entrar em forma. Cada Comandante de unidade designa um número suficiente de pontos de reunião, para as sub-unidades nos quais, em caso de alerta geral, se reúnem as frações que constituem a unidade.

Os pontos de reunião são escolhidos de modo que não perturbem a circulação nas estradas e nos itinerários principais.

Higiene da tropa

Incumbe ao S S investigar sobre as condições higiênicas dos locais em que devam ser instalados os estacionamento. Propõe ao Comandante as medidas sanitárias que julgar necessárias, as quais constituirão objeto de instruções que serão expedidas à tropa.

O aparecimento de epidemias nas localidades, locais de bivaque ou de acampamento, sucessivamente ocupados por tropa diferente, poderá ser combatido se forem rigorosamente observadas as seguintes prescrições:

- no estacionamento ou em qualquer parada prolongada, estabelecem-se latrinas, cuja utilização será obrigatória; serão desinfetadas todos os dias, e, antes da partida, deverão ser cobertas e assinaladas de modo bem visível;
- para bebida, só será permitido o uso de água que for indicada pelo Comando como perfeitamente potável;
- em caso algum a tropa acantonará em casas onde existam ou tenham existido doentes de moléstias contagiosas, sem que sejam tomadas as necessárias medidas de profilaxia.

- Essas casas serão assinaladas, por meio de cartazes pelo órgão do Serviço de Engenharia que tiver instalado e acantonamento ou pelos corpos aos quais pertencem os doentes; os cartazes não serão retirados por ocasião da partida da tropa.
- qualquer caso de molestia ou epidemia, constatado na tropa ou na população civil, será imediatamente comunicado à autoridade superior, ao mesmo tempo que serão tomadas as medidas sanitárias aconselháveis;
- os animais mortos e as vísceras do gado abatido, serão enterrados profundamente;
- os detritos de qualquer natureza serão queimados; todos os locais ocupados e adjacências, devem ser deixados completamente limpos.
- Uma turma de limpeza é prevista para examinar as zonas de bivaques e os locais dos altos depois de desocupados, informando posteriormente o que foi notado.
- Nas marchas, essa turma segue a coluna e recolhe os guias, guardas e balizadores não recolhidos pela turma de circulação.

Segurança imediata

A) — O local de estacionamento deve obedecer aos seguintes preceitos de segurança :

1 — *Contra as vistas :*

Desenfiamento dos observatórios suscetíveis de serem ocupados pelo inimigo; aproveitamento das cobertas naturais contra as vistas aéreas.

2 — *Contra os fogos :*

Não constituir agrupamentos densos em bosques e localidades pouco extensas; evitar a proximidade de pontos assinalados na carta ou de fácil identificação à vista e, ainda, de pontos sensíveis (estações, depósitos, nós de comunicações, etc.)

3 — *Contra gases :*

Não ocupar, sem prévio reconhecimento, depressões, bosques e localidades; não permanecer sob a ação do vento que sopra de pontos de onde possam ser emitidos gases, ou que atravesse zona contaminada.

4 — *Contra blindados :*

Ocupar locais cobertos por obstáculos naturais, ou que se prestem à defesa por meio de obstáculos artificiais de fácil execução.

B) — *Vigilância e alerta*

O sistema de vigilância e alerta é organizado de acôrdo com a situação tática e a configuração do terreno, tendo-se em vista poupar, tanto quanto possível, os encargos da tropa.

Durante o dia, a vigilância e o alerta são assegurados pelos elementos encarregados da defesa contra aviões e blindados. Durante a noite, ficam a cargo dos elementos da defesa contra carros e do posto de polícia.

Ricardo Pazos Gonzalez

CONSTRUTOR

Rua Floriano Peixoto, 148 — Tel. 3996 — Petrópolis

A 4ª Secção na Campanha da Itália

Ten.-Cel. SENNA CAMPOS

Do E.-M. da 1.ª D. I. E.

II

DESEMBARQUE EM NAPOLES

Na manhã do dia 16 de Julho atracávamos no cais de Napoles, junto aos destroços da Estação do Porto.

As ordens de desembarque haviam prescrito três correntes de evacuação do navio, por compartimentos ocupados a bordo. Pela prancha do centro desceram os oficiais e pelas pranchas de pôpa e proa saíram as praças, todos com as suas bagagens individuais.

Em primeiro lugar saltou um pequeno contingente de estacionadores e logo depois elementos do Pelotão da Polícia Militar que imediatamente entrou em função, regulando a circulação dos veículos na zona de desembarque e guiando os homens aos caminhões, onde entregavam as suas bagagens para entrarem em forma mais adiante e rumar para a estação da estrada de ferro.

Três horas e trinta minutos depois do desembarque dos primeiros elementos, estava o navio desocupado pelos 5.200 homens do 1º Escalão, permanecendo a bordo uma fração da Companhia de Intendencia, responsável pela carga dos porões.

A descarga do navio deveria ter inicio, o mais depressa possível, pois o transporte teria que desatracar, o quanto antes, por muitas razões, dentre ellas, o receio de algum ataque aéreo.

Os guindastes entraram em ação e a mão de obra italiana, sob o controle dos americanos, incumbiu-se de manusear os volumes.

Nessa descarga houve uma série de ocorrências motivadas pelos trabalhadores que, muitas vezes, rasgavam a navalha ou canivete os sacos de gêneros e propositadamente jogavam de bico, os caixotes de mercadorias diversas, para que alguma coisa ficasse ao alcance de suas mãos.

Foi necessário a adoção de medidas enérgicas em defesa dos nossos estoques.

Nos próprios armazens do porto foi colocada uma guarda brasileira, pois os furtos visavam principalmente os gêneros, cigarros e alguma roupa.

1º. ESTACIONAMENTO EM ASTRONI

O local de estacionamento era a cratera de um vulcão extinto, com encostas abruptas e altas, muito arborizado e onde uma poeira fina, levantada pelos veículos em transito, invadia as barracas e com certa dificuldade dispersava-se, pela falta de ventilação. A noite caía uma neblina que só desaparecia às 9 horas da manhã seguinte e com isso a umidade durava 12 horas, rendida por um sol forte e quente, durante todo o dia.

A primeira noite deixou recordações imorredouras.

A tropa brasileira, ainda no Brasil, retirou de suas bagagens as barracas que faziam parte do seu equipamento, em virtude da informação de que esse material seria fornecido no Teatro de Operações. Mas, ao chegarmos ao estacionamento só foram encontradas as barracas necessárias ao alojamento dos oficiais. O Comando do Teatro não havia tomado conhecimento daquela informação.

A hora avançada não permitiu o fornecimento desse material pelos órgãos americanos, e com isso a tropa passou a noite ao relento, agasalhando-se como foi possível. Assim mesmo tínhamos a impressão de um grande hospital de gripados, onde a tosse campeava pelas enfermarias.

O estado sanitário não era dos piores, mas assim mesmo 250 homens foram ter aos hospitais americanos, por varias razões, principalmente por não ter havido uma policia sanitária rigorosa, antes da partida do Brasil. As doenças venéreas, a cachumba, a gripe, etc., contribuíram com as maiores parcelas. De um contingente de 4.200 homens, dos 5.200 que compuzeram o 1.º Escalão, foram arrancados 19.166 dentes, com cáries de 3.º grau.

Os pedidos de comprimidos antigripais sucediam-se ininterruptamente mas, esgotados os estoques das bolsas individuais, os médicos e enfermeiros não tinham de pronto, uma resposta satisfatória.

As suas canastras haviam ficado no Brasil, também, pois o equipamento de saúde seria recebido na Itália. E nós sabemos o mal estar da tropa sem uma droga, qualquer que seja, para atender aos seus males. Sentem-se os homens desamparados e tornam-se impacientes.

Aos poucos, as drogas foram aparecendo e o estado sanitário melhorando, com a volta dos baixados aos hospitais.

O estacionamento havia sido preparado pelos americanos e existiam áreas para as sub-unidades com barracas para cozinha, locais para aquecimento da água em marmitões, onde eram lavadas as marmitas e os talheres. Uma torneira servia a um grupo de áreas. A retaguarda das áreas havia privadas para todo o efetivo. Havia um banheiro de água sulfurosa.

Teve início aí a luta para a adaptação do homem às exigências dos preceitos higiênicos em campanha, preconizados pelos regulamentos americanos. O nosso povo, principalmente os elementos mais rústicos, têm sistemas bem diversos dos necessários à vida social e principalmente dos seguidos pelas tropas de Tio Sam.

O tempo, as ordens e instruções, as inspeções frequentes e as medidas disciplinares foram os transformadores de hábitos arraigados em nossos processos de vida em comum.

A duração desse primeiro estacionamento foi de 15 dias e o desconforto relativo não abateu o moral da tropa.

Nos quatro primeiros dias, não estando em funcionamento as cozinhas, a alimentação, nas três refeições diárias, constou de "Ração C" (ensopado de carne, legumes, biscoitos, chocolate ou café, sopa, balas, açúcar, cigarros, etc.) constante de duas latas ou sejam, para o nosso escalão de 5.200 homens, um total de 31.200 latas, por dia, a serem empilhadas, queimadas e transportadas para o depósito de lixo, distante da área de estacionamento.

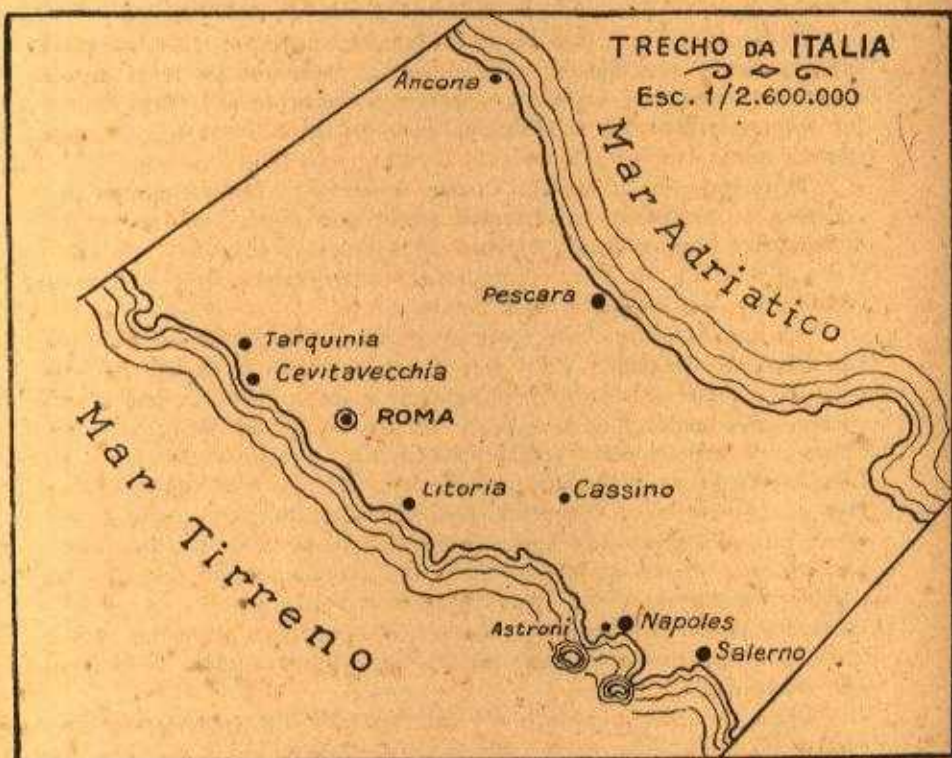
Não é preciso dizer que a luta foi grande para conseguir-se o preconizado e mais, que os restos de comida fossem depositados em lugar conveniente.

No quinto dia os nossos cozinheiros entraram a trabalhar com os cardápios americanos, depois de ligeira explicação dada pelos cozinheiros ianques.

Já se vê que tiveram de entrar em ação os intérpretes, porém o mais difícil estava nas descrições impressas, todas em inglês. Com isso tomavam-se os artigos e fazia-se a tradução para o português, mas dentro das panelas, adaptando-os ao nosso paladar e ao nosso jeito, pouca cousa era conseguida... Esse processo não deu bom resultado, antes abriu uma luta permanente entre os cardápios e os nossos "mestres cuca".

Aí iniciamos o recebimento de varios artigos de estacionamento como mosquiteiros, cobertores americanos, camas, gêneros para consumo diário ("Ração B"), tudo enfim que tínhamos direito, em face das combinações e das necessidades.

Os americanos são muito corretos em seus fornecimentos e são quase que impecáveis em seu serviço. Quando uma reclamação surge, relutam até reconhecerem o erro. Também, este uma vez reconhecido, imediatamente reparam a falta. Certa ocasião uma ocorrência mais interessante surgiu: um caixote trazia a marcação de determinado artigo, mas dentro o material era diferente. Houve a natural reclamação, mas os americanos relutaram em reconhecer o erro. Os brasileiros antegosavam o fato. Aberto o caixote, em vez de mosquiteiros existiam roupas íntimas de mulher... Tudo que estava em falta foi fornecido, sem maiores demoras...



Estava o 1.º Escalão nesse recinto, quase que fechado quando, nos últimos dias de Julho, chegou a ordem de deslocamento para Tarquinia. A 4.ª Seção que, dentro do Quartel General Avançado da 1.ª D.I.E. dispunha de um único oficial, o seu chefe e de dois auxiliares, sargentos, entrou em ligação com o "Transportation", em Nápoles, para conhecer os detalhes do movimento. Deveriam deslocar-se de trem para Litéria, a sudeste de Roma, quatro contingentes do valor de 1.200 homens, diariamente, e daquela localidade até Tarquinia, a tropa embarcaria em 60 caminhões de 2 1/2 toneladas, com reboque, levando sua bagagem individual e a de unidade, indispensável à vida nos primeiros dias. O restante da bagagem seguiria por mar e assim também a carga que já estava nos armazens do porto.

Diretamente e em caminhões fornecidos por empréstimo, deslocar-se-iam pequenos elementos com a sua bagagem própria.

Às 7 horas do dia 31 de Julho partiu o primeiro elemento, em caminhões, composto de estacionadores, através de um percurso de 350 quilômetros, numa só etapa e com a velocidade prescrita de 30 km por hora, em comboio.

No dia imediato, às 5 horas da manhã, iniciou-se o deslocamento do primeiro contingente, a pé e por um percurso de 10 Km. até a estação de Bagnoli, onde uma composição aguardava a tropa e partia, impreterivelmente, às 8 horas, para chegar a Litoria, por volta das 17 horas.

Terminada essa primeira parte, iniciava-se a preparação do comboio de caminhões que deveria partir às 7 horas, com pequenos elementos e alguma carga. Depois dessa partida reajustava-se o serviço para o dia seguinte, organizando-se o deslocamento de novo contingente, em todos os seus detalhes.

Ao cair da noite começavam a chegar os caminhões americanos, dirigidos por italianos, para o transporte dos sacos B, em numero superior a 5.200 e a bagagem de unidade, para o Porto. E esse serviço arrastava-se por toda a noite, à luz dos faróis dos próprios caminhões e no meio de uma poeira terrível. Foi o trabalho mais penoso, pois a escuridão; a chegada desordenada dos veículos, cujos motoristas esquivavam-se ao serviço, pela fome constante em que se encontravam, obrigando-nos a uma raspagem de latas de rações C, nas barracas dos oficiais, para remediar o mal; a remessa de mão de obra para o cais, como reforço para carregamento dos navios, transporte e alimentação desses homens; guarda do material, etc, tudo isso constituiu uma das passagens mais difíceis da Seção, no início da campanha da Italia.

Foram 4 noites em claro e 4 dias agitados, de trabalho ininterrupto.

O último comboio rodoviário, composto de 17 caminhões só pôde sair no dia 6, depois de um dia de folga dado aos motoristas da Intendência. Esse comboio foi comandado pelo próprio Chefe da Seção.

A título de ensinamento, depois de tantas complicações dos dias anteriores, resolvemos levar à risca, as questões de organização do comboio, disciplina de marcha, circulação, passagem exata nos Pontos de Controle do Tráfego, para que dispuzessêmos de dados capazes de rebater quaisquer comentários sobre o serviço executado.

As 7 horas e 30 do dia 6, partiu o ultimo comboio brasileiro na direção de Tarquinia, passando pela cidade de Roma, precisamente dois meses depois daquela madrugada carioca e histórica, movimentada e alviçareira, quando os telefones anunciavam a queda da Cidade Eterna e a invasão da Europa Ocidental.

Chegamos ao novo estacionamento às 22 horas, sem termos escapado aos rigores da Polícia Militar Americana. A passagem do nosso comboio pelo primeiro Ponto de Controle foi marcada pela reclamação do P. M. quanto a um atraso de 5 minutos, em nosso horário. Alterámos os relógios e partimos. No segundo ponto estava-

mos adiantados de 10 minutos, embora, pelos nossos relógios, estivessemos perfeitamente dentro da nossa ordem de tráfego. Modificamos novamente os relógios. No terceiro Ponto, outra vez o P.M. nos advertiu sobre um atraso de 5 minutos. Nessa reclamação não se fez esperar, pois a disparidade dos relógios era flagrante. No entanto, um simples soldado, munido das prerrogativas que lhe conferem as funções, alterou à tinta a ordem de tráfego, escrita a lápis e nós ficamos, à margem da estrada, em local apropriado aos descansos, durante uma hora, para entrarmos novamente em circulação, às 16 horas.

Alguns comentários decorrentes da observação:

O desembarque de tropa em estrada de ferro implica em medidas de ordem e detalhes para assegurar-se a boa distribuição dos elementos e da carga e a disciplina dentro da estação. Os responsáveis pelo embarque de sua tropa devem mandar reconhecer o local e o trem, como para qualquer estacionamento, de modo que a operação seja processada dentro da melhor ordem e os efetivos distribuídos regularmente dentro da composição. O local de destino e a hora da chegada devem ser perfeitamente conhecidos, para que a tropa esteja pronta para desembarcar, sem demora, ao atingir o fim do percurso. Além do mais, o deslocamento deve ser controlado pelos responsáveis, quanto a disciplina da tropa, alimentação, acomodações, etc., pois trata-se de um movimento militar.

O conhecimento do itinerário rodoviário é outra imposição aos responsáveis pela tropa e pelo comboio. A carta deverá ser consultada com antecedência e durante o percurso, para que se tenha a certeza do cumprimento do mesmo itinerário. Principalmente em terreno desconhecido, toda a atenção é pouca, pois um pequeno descuido pode ser de resultados imprevisíveis.

Um contingente, ao chegar a Litório, embarcou em 60 caminhões com reboques e depois de muito andar chegou, no meio da noite, a um ponto, além do qual o comandante dos caminhões não poderia ultrapassar, por já se ter esgotado o tempo previsto para o transporte. Tinha havido um erro de itinerário e o tempo foi prejudicado.

Em consequência a tropa foi desembarcada a 8 km do estacionamento e teve que retomar o movimento com o auxílio de poucos caminhões existentes em Tarquinia, à disposição da nossa tropa.

A INSTRUÇÃO MILITAR

O MÉTODO E OS PROCESSOS DE INSTRUÇÃO

Maj. GERALDO DE MENEZES CORTES

SUMARIO

- I — Introdução.
- II — O método da Instrução militar.
- III — Utilização dos sentidos humanos.
- IV — Mecanismo da instrução.
- V — Princípios pedagógicos.
- VI — Preparação.
- VII — Apresentação : A) — Introdução.
B) — Exposição (Os processos de instrução).
- VIII — Aplicação.
- IX — Exame.
- X — Discussão ou Crítica.

— INTRODUÇÃO

Na paz ou na guerra, nada é mais importante para um *Exército* do que a eficiência de sua *Instrução*. Os êxitos obtidos em campanha são, antes de mais nada, o fruto de eficiente instrução. Por melhor que seja o grau de adestramento adquirido por uma tropa, não se pode e nem se deve contentar com êle, não só porque os reflexos desejados são função de repetição, como também porque a evolução dos processos de combate ou a necessidade de corrigir erros impõe revisões sucessivas na instrução, durante a campanha.

A História Militar proporciona-nos inúmeros exemplos, particularmente desta última guerra, em que o sucesso de operações ofensivas foi, sobretudo, a consequência de uma cuidadosa e objetiva preparação instrucional dos executantes. Fato como o do Comando Alemão preparando o assalto ao forte de Eben Hemaël no ano de 1940, por um

cuidadoso treinamento dos atacantes, utilizando reproduções fiéis dos objetivos de ataque, é brilhante exemplo do valor da instrução. Da mesma maneira, importantes foram os treinamentos que os diferentes Comandos Aliados fizeram executar nas vésperas das batalhas e combates ofensivos, até na imediata retaguarda da frente, para ultimar a instrução de suas tropas. No preparo do desembocar da cabeça de praia de ANZIO, por exemplo, como havia três possíveis soluções, o treinamento não se limitou ao de uma única hipótese, abrangeu as três. As operações anfíbias, em qualquer dos teatros desta última guerra, também estão repletas de exemplos de instrução objetiva até as vésperas de suas realizações.

Não me parece necessário alongar-me nestas considerações especiais, porque nenhum leitor discorda da importância e do valor excepcional que se deve atribuir à *instrução* e, por isso, passarei a abordar aquilo que parece essencial, porque é básico para seu rendimento, isto é, a exposição do *método e dos processos de instrução* que devemos adotar.

Não haverá novidades para nossos bons instrutores nas linhas que se seguem, entretanto, aí estão condensadas idéias que parecem úteis e que tive o prazer de expor e discutir, por duas vezes, no Centro de Aperfeiçoamento Especializado do Realengo e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Alguém pode perguntar: são método e processos de instrução Norte-Americanos? E, antes de expor o assunto, de-sejo responder: O alto padrão de organização que o povo da Grande Nação apresenta em suas diferentes instituições e manifestações de atividade, não poderia deixar de evidenciar-se em assunto de tal magnitude como seja o de instrução militar, maximé, quando teve de rapidamente mobilizar o povo para a guerra, adestrando-o para a conquista da vitória. Por isso, podemos observar nas Escolas e nos Centros de Instrução Militar dos Estados Unidos a prática mais perfeita do método e dos processos de instrução que a meditação e a experiência humanas aconselham. O método e os processos de

instrução que lhes vou expor, não são privilégios dos Norte-Americanos, estão ao alcance de todos nós, e, até certo ponto, têm sido aplicados por nós e por outros Exércitos. Entretanto, reconhecemos que os Norte-Americanos têm um grande mérito, consequência de seu alto espírito de organização, é a codificação e aplicação sistemática do método de instrução racional e dos adequados processos de instrução.

A grande maioria dos nossos oficiais sabe o assunto sobre o qual traço as linhas seguintes, mas muito poucos aplicam-no. Ao discorrer, durante cerca de oito horas no C. A. E. R. e na E. A. O., sobre tal tema, tive um grande objetivo, e ainda é o dêste artigo, despertar entusiasmo nos que ainda não creem na necessidade e na vantagem de obediência aos princípios adiante expostos. Tive um grande conforto durante as sessões na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em Setembro e Outubro últimos, qual seja o delas ter saído com a viva impressão de que não deixei assistentes que se pudessem diferenciar em entusiasmados e desinteressados dos problemas de instrução. Não reproduzirei tudo o que foi discutido, mas atendendo a um apêlo, especialmente dêles, escrevo êste artigo para divulgar o que é fundamental, básico, a respeito de organização da instrução e execução da nobre e difícil missão de ensinar.

II — O MÉTODO DA INSTRUÇÃO MILITAR

O MÉTODO da instrução militar baseia-se nos seguintes princípios fundamentais :

- Máximo aproveitamento dos *sentidos humanos* no ensino de cada assunto.
- Solucionar todo problema de instrução dentro dum *mecanismo* cujas fases progressivas sejam :

Preparação

<i>Apresentação</i>	{ <i>Introdução.</i>
	{ <i>Exposição.</i>

Aplicação
Exame
Discussão ou Crítica.

— Organizar a instrução obedecendo aos *princípios pedagógicos* de :

Prioridade
Engenhosidade
Progressividade
Oportunidade
Variedade
Atividade

III — UTILIZAÇÃO DOS SENTIDOS HUMANOS

Para instruir-se é necessário transmitirem-se a instruendos, idéias, impressões, conhecimentos ou habilidades. Para isto a natureza oferece-nos os 5 sentidos humanos :

- visão,
- audição,
- tacto,
- olfato,
- paladar.

O meio mais comum de transmissão de idéias é o que utiliza o sentido da audição. E' pela palavra falada que, comumente, nós entendemos. Por isso, a audição é do mais largo emprêgo na arte de ensinar e, se não é o melhor, é pelo menos o de utilização mais comum.

Há sentido mais importante que o da audição para ser utilizado na arte de ensinar ?

Evidentemente que sim: O da visão. E' facto conhecido, fruto do estudo dos pesquisadores dos problemas pedagógicos, que 83% das nossas impressões são visuais. Restam

assim, somente, 17% de impressões que são retidas pelos outros quatro sentidos, isto é, audição, paladar, olfato e tacto. Por isso, é indiscutível o conceito de que só colhem frutos as sessões de instrução amplamente *ilustradas*, isto é, as que utilizam, ao máximo, meios visuais auxiliares.

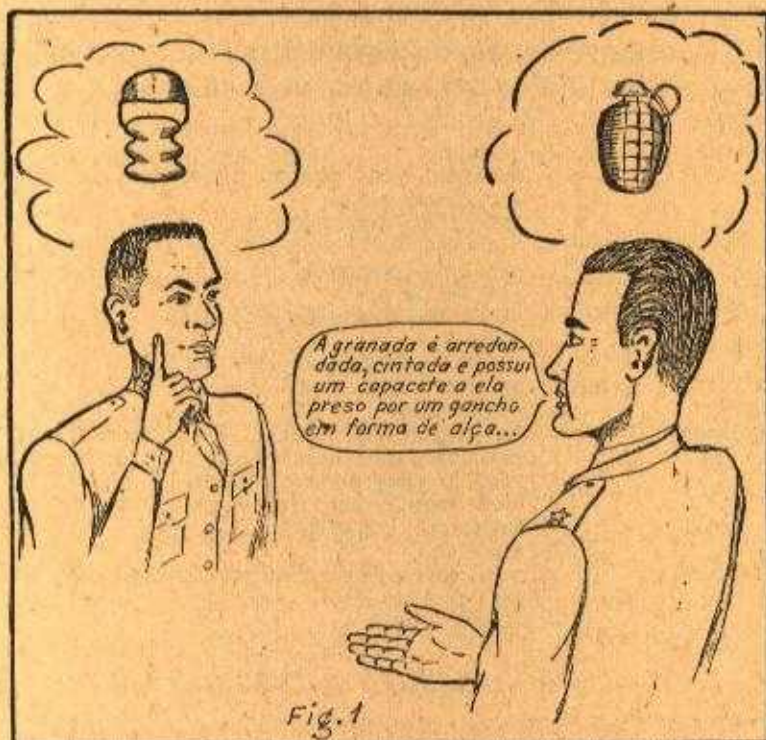
Embora a aplicação dos sentidos do olfato e paladar, só se possa verificar na instrução de determinados assuntos como, por exemplo, na instrução de gases de combate e na de cozinheiro, respectivamente, os outros três sentidos — visão, audição, e tacto — têm a mais larga aplicação e podem ser utilizados no ensino de todos os ramos de instrução e dos mais variados assuntos.

Todos sabem que são capazes de reter na mente, muito mais coisas quando leem, do que quando ouvem, mas ao serem encarregados de instruir, esquecem-se disso e apelam para o meio normal de transmissão do pensamento — a palavra falada — deixando de tirar o desejável partido do sentido da visão dos ouvintes.

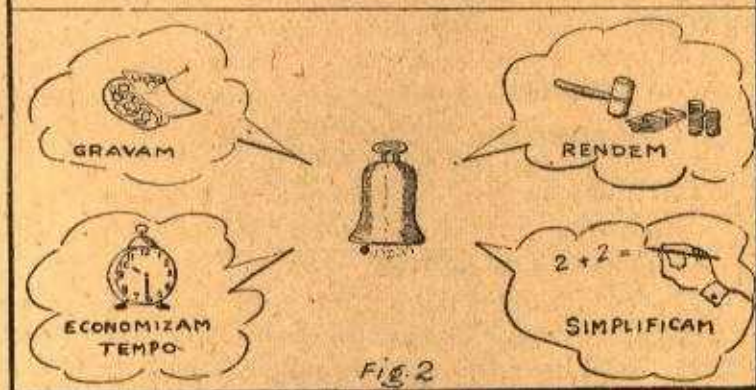
A melhor descrição jamais substitui a revelação pela imagem, porque não pode ter a sua clareza e, não raro, fatos como o da *figura 1* se reproduzem.

A *figura 2* condensa as razões que responderiam à pergunta de um instrutor inexperiente: "Porque utilizar meios visuais auxiliares?" Com efeito:

- Eles são penetrantes, pois 83 % das nossas impressões são visuais, nada melhor do que eles para gravar no cérebro conhecimentos úteis.
- Eles rendem, pois, aumentando o interesse e prendendo a atenção, são capazes de apresentar o melhor resultado numa instrução.
- Eles economizam tempo, por que economizam palavras.
- Eles simplificam, pois, facilitam a compreensão a tal ponto, que são insubstituíveis no ensino de certos assuntos.



PORQUE USAR MEIOS VISUAIS AUXILIARES ?

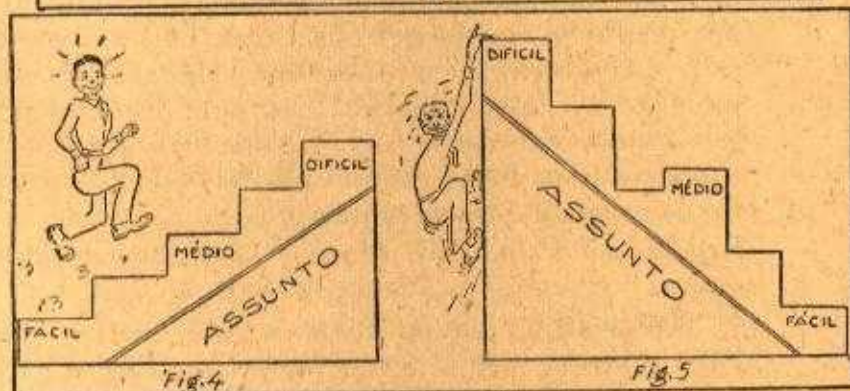
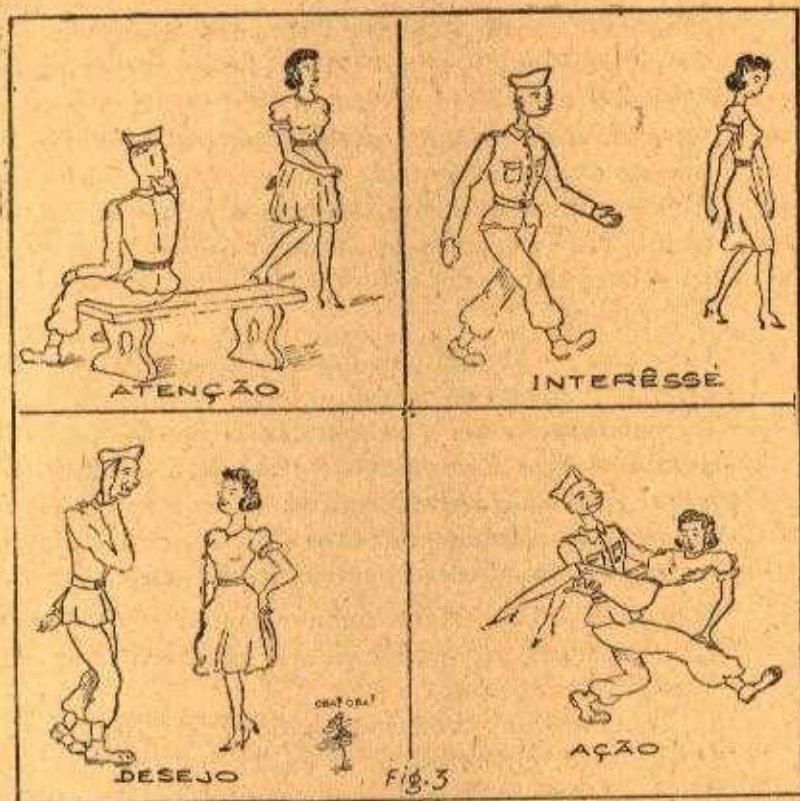


gerais de instrução, programas, quadros de trabalho até a parte referente às lições ou às sessões de instrução. A sua importância não carece de defesa porque não há quem desconheça os graves inconvenientes da imprevisão, que conduz à improvisação, com perda de tempo, de energia e com sacrifício, pelo menos parcial, da conquista dos objetivos traçados.

O ensino propriamente dito dum assunto abrange as duas fases seguintes da apresentação e da aplicação. Ao planejar a execução dessas duas fases o instrutor deve lembrar-se de que, tal como numa conquista amorosa, o processo de ensino precisa comportar a sequência assinalada na figura 3 transformando o aluno num D. Juan, não dessa pequena bonita mas do assunto. Com efeito, uma boa *introdução* chama a *atenção*, primeiro passo para o *interêsse*, da mesma forma que este gera o *desejo*, características a que deve satisfazer a *exposição* do assunto. Só a *ação* conduz à posse efetiva, por isso que, sem a *aplicação*, não se pode ter a veleidade de que os instruendos aprenderão o que se lhes pretende ensinar.

Enquanto que, normalmente, a apresentação utiliza em larga escala os sentidos da visão e da audição, a aplicação invoca o emprego do sentido do tacto, pois, as manifestações deste encontram-se mesmo num simples trabalho de redação. Dessa forma, podemos sempre, pelo menos, tirar partido de três sentidos ao ensinar qualquer assunto.

O exame é uma fase indispensável do ensino, porque, muito antes de ser encarado com a finalidade de seleccionar instruendos na ordem crescente ou decrescente de capacidade, ou em aptos e inaptos, ele visa aquilatar do quanto foi aprendido, das falhas do aprendizado e, dessa forma, ser um instrumento para vencerem-se os obstáculos, eliminarem-se as deficiências de toda natureza, podendo assim caminhar no sentido ideal da obtenção de 100 % de aproveitamento, real na instrução militar.



A obediência ou não dêste princípio, ao organizarmos a sequência de ensino, permitirá admirar-se nos instruídos: expressões agradáveis como a da Fig. 4 ou as de-

salenatadoras que se assemelham à do infeliz da *Fig. 5* que escorrega, em vão, no muro das dificuldades sem conseguir galgá-lo.

- Oportunidade — A necessidade de tirar o melhor partido do tempo disponível.

Este é o princípio que condiciona várias decisões na organização da instrução, porque jamais se pode alijar o fator tempo das preocupações relativas à execução da instrução.

- Variedade — Manter um desenvolvimento razoável de diversas matérias ao mesmo tempo.

Este princípio evita a monotonia de um assunto único durante várias horas e dias e permite, conjugado com os princípios de engenhosidade e oportunidade, um rendimento paralelo e melhor no ensino de diferentes matérias, com apreciável economia de tempo.

- Atividade — Despertar e manter o interesse e o desejo, etapas iniciais indispensáveis à posse efetiva de qualquer coisa ou assunto.

E' sobretudo um princípio ditado pela psicologia ao serviço da arte de ensinar. Infelizes dos desinteressados da vida, como infelizes são os desestimulados e não menos infelizes são os que deles dependem para a conquista de qualquer objetivo. Instrutores, lembrai-vos sempre dêste princípio, é preciso despertar e manter a alegria entre os que aprendem, é o conhecido conceito da escola moderna de instrução primária: criar um centro de interesse e mantê-lo durante todo o ensino.

Exposto por último, êle não é o menos importante, muito ao contrário, na técnica pedagógica chega a condicionar todos os outros, porque a obediência a todos êles visa, antes de mais nada, ensinar, no menor tempo e com um mínimo de esforço, a maior soma de conhecimentos essenciais. Infringir as prescrições dos diferentes princípios pedagógicos é concorrer para o desinteresse dos instruendos.

VI — PREPARAÇÃO

A Preparação é a fase principal e indispensável, como já dissemos :

- quer do ponto de vista geral, isto é, na sua máxima amplitude, quando se trata do plano geral de instrução, programas, quadros de trabalho, etc.;
- quer do ponto de vista restrito da execução detalhada, isto é, das sessões de instrução, lições ou fichas de instrução (como quer que as chamemos).

Não tratarei da preparação em sua máxima amplitude, neste artigo, não porque julgue os planos gerais de instrução, programas e quadros de trabalho, assuntos de menor importância, mas simplesmente porque reconheço que, para que frutificassem as idéias que possuo e que defendo, seria preciso alterar o atual R. P. I. Q. T. e a forma da organização da instrução que temos mantido até hoje. Alongaria estas linhas sem vantagens imediatas, ao passo que o escolhido para aqui expor poderá ter ampla e pronta utilidade, não só na instrução militar, como no ensino em geral, para todos os que, reconhecendo o mérito do método, queiram praticá-lo, vencer a maldita rotina e, sem temor do ridículo, porque não possuem complexos, desejarem evoluir no sentido da maior eficiência na arte de ensinar. (*)

Tôda sessão de instrução requer uma *preparação de ordem intelectual e de ordem material*.

PREPARAÇÃO DE ORDEM INTELECTUAL

- Estudo e conhecimento do assunto, nunca se esquecendo de que um instrutor precisa saber mais do que o que se propõe a ensinar, pois, do contrário não pode-

(*) — N. R. — “A idade de um erro não o justifica, nem lhe assegura direitos; pelo contrário, é um motivo a mais para ser combatido ou removido com urgência”. (V. Psicologia, Recrutamento, Instrução” in “A Defesa Nacional”, n.º de Março de 1946.)

rá aproveitar os imprevistos que surgem, os quais devem e precisam ser explorados e porque a consciência disso tem uma salutar repercussão de ordem moral;

— Escolha dos processos de instrução a utilizar;

Colocação do detalhe do assunto na melhor ordem para o ensino, isto é, na ordem lógica ou na ordem psicológica, evidentemente, obedecendo aos princípios pedagógicos já expostos.

A ordem instrucional dum assunto, nem sempre é idêntica à ordem em que suas diferentes partes serão utilizadas mais tarde. Exemplos: Trata-se de ensinar leitura de cartas a instruendos ainda inexperientes a respeito. Se lhes fornecer um trecho de carta, explicar-lhes todos os detalhes e convenções topográficas, dizer-lhes em que escala a carta está desenhada e como está orientada não se obterá o mesmo resultado que adotando o processo adiante exposto, pois, será mais interessante que os estudantes aprendam progressivamente os elementos para leitura de cartas à proporção que sintam a necessidade de tais conhecimentos. Num tal caso é aconselhável que o instrutor comece conduzindo os instruendos a um observatório escolhido, de onde se possam descortinar estradas com curvas caprichosas, e apresentando entroncamentos, bifurcações e cruzamentos facilmente identificáveis. Em seguida, distribui um trecho de carta contendo, somente, as estradas (o que há de mais simples e evidente nas cartas topográficas). O instrutor mostra-lhes como orientar as cartas, isto é, ensina-lhes a girá-las de modo que os trechos de estradas sobre elas fiquem paralelas às correspondentes no terreno. Chama então atenção para os cruzamentos, as curvas de estradas, as bifurcações e os entroncamentos. Tomado esse contacto inicial o instrutor solicita aos estudantes a indicação sobre as cartas de uma determinada casa bem referida aos acidentes de estradas já reconhecidas. A grande maioria será capaz de representá-la por meio de um pequeno quadrado, colocando-o aproxima-

damente correto. O instrutor preocupa-se, então, com a colocação correta e não com a forma ou dimensões do retângulo que deva representar a dita casa, de modo análogo passa a exigir o registro de arvores isoladas, postes, pontes, etc. Só depois dos intruendos estarem familiarizados com o meio por intermédio do qual uma carta mostra a localização de objetos, isto é, as convenções planimétricas, é que se discute a questão de escala. Como sabemos, a primeira coisa que um leitor de carta habilitado faz é verificar a escala. Para facilitar o ensino inverteu-se a ordem, não foi apresentado na ordem lógica de utilização dos conhecimentos, mas sim na ordem psicológica, em que os estudantes vêm a necessidade imediata dos conhecimentos que lhe estão sendo ministrados e podem ir, progressivamente, aplicando o que aprendem.

Na ordem lógica as partes do assunto a ensinar estão dispostas na sequência crescente de dificuldade ou nas naturais sub-divisões, sem a preocupação de que o intruendo encontre sucessivas e maiores necessidades, cujas reações conduzam-nos às soluções que dão a posse efetiva e completa do que se deseja ensinar. A ordem psicológica tira o maior partido do princípio de atividade, mas não significa que, adotando a ordem lógica, se tenha aberto mão desse princípio, seria absurdo assim pensar, há outros meios — mesmo expondo numa ordem lógica — de manter o interesse dos instruendos. Para tanto basta obedecer à boa técnica pedagógica.

Na ordem lógica o estudante muitas vezes não vê a razão do que desejam que aprenda, nem pode fazer uso imediato dos novos conhecimentos, mas há outras vantagens, principalmente, no que se refere ao fator tempo, que às vezes leva à rejeição da ordem psicológica. Embora sem o carácter exclusivista, podemos concluir que a ordem psicológica deve ser preferida para o ensino dos principiantes e a lógica para estudantes que já tenham considerável capacidade e experiência do assunto.

Assim sendo, na instrução de recrutas e de cadetes do 1.º ano a ordem psicológica deve ter muito mais emprêgo do que na instrução de oficiais.

Ambas as ordens devem obedecer aos princípios de prioridade e progressividade, mas a escolha de uma ou outra será o fruto da meditação dentro dos princípios de engenhosidade, atividade e oportunidade.

Tem sido largamente discutido o processo de ensino legado pelos mestres franceses na Escola de Estado-Maior, no qual se exige dos alunos a solução de temas táticos sem que estes tenham, muita vez, suficiente conhecimento básico do assunto para poderem raciocinar com independência e discernir com o conhecimento de causa. Por exemplo: Alunos que pouco sabem de Exércitos Blindados, não poderão ter flexibilidade de raciocínio para montarem Planos de manobras de tais comandos. No entanto, 24 horas são-lhes concedidas para a apresentação da solução pedida. Querem os mestres tirar partido da ordem psicológica, esperando que as dificuldades encontradas, os erros cometidos, sejam de molde a melhorar a compreensão das soluções e a retenção dos ensinamentos pelos alunos. Ninguém desconhece esse lado vantajoso do processo, mas muito o criticam, entre eles o autor destas linhas, porque o aluno, premido pela exiguidade do tempo, vem a adotar não uma solução que seja fruto do raciocínio, pois, só raciocina quem sabe, quem conhece todos os elementos básicos desse raciocínio, as causas e os efeitos que condicionam as soluções, e sim uma decisão que brota do acaso ou da imitação. Que se obteve com isso? Inconvenientes de ordem psicológica, porque se desmoraliza o estudante longe de dar-lhe confiança em si, desestimulamo-lo infringindo o princípio da atividade, quando realmente o objetivo era dê-lo tirar partido. (*)

(*) — N.R. — Muitos querem justificar tal método alegando ter sido adotado por SÓCRATES. Duas objeções sérias podemos desde logo aduzir :

1.º — SÓCRATES não lecionava a principiantes;

2.º — Ao tempo do grande filósofo grego, Psicologia e Pedagogia eram ciências desconhecidas...

A aceitação de um tal processo tem entretanto, suas "nuances"; não podemos condená-lo a priori, nem rejeitá-lo sistematicamente. Com efeito: Outrora, quando os mestres franceses, na mesma Escola de Estado-Maior, procediam dessa forma, concediam não 24 horas de prazo, mas 20 ou 30 dias para estudo e apresentação da solução. Ah! Era uma situação diferente; o fator tempo permitia êsse processo de ensino, pois, o aluno podia estudar antes de decidir. Um candidato a oficial de estado-maior deve ser auto-didata (pode estudar vários problemas sozinho) e, por isso, a solução era encontrada em consequência das reações que surgiram no estudo analítico do problema, mas que procedeu após ter conhecido — embora num esforço individual, sem a orientação do mestre — os elementos básicos de raciocínio. Admissível êste processo num tal caso, êle revela a importância do princípio de oportunidade, pois o fator tempo disponível influiu de tal modo, que o grave inconveniente de chegar-se a uma solução com desconhecimento de causa desapareceu.

PREPARAÇÃO DE ORDEM MATERIAL

— Recursos instrutivos de ordem material, isto é, os meios auxiliares de instrução que serão utilizados para tirar partido do sentido da visão.

— Escolha dum local de instrução no exterior.

A escolha dos locais de instrução no exterior tem muita importância, é preciso que seja suficientemente isolado, sem ser perturbado, quer por movimentos, quer por barulho estranho, numa fase de dissertação, de explicação ou de observação duma demonstração os instruendos devem sentir-se bem, por isso, um local sombrio será melhor que um batido por sol causticante. Não é mantendo os alunos contra o sol, face a um tráfego intenso, que se obedece ao princípio de atividade, o qual exige manter-se a atenção de todos presa ao instrutor e, consequentemente, ao que ensina.

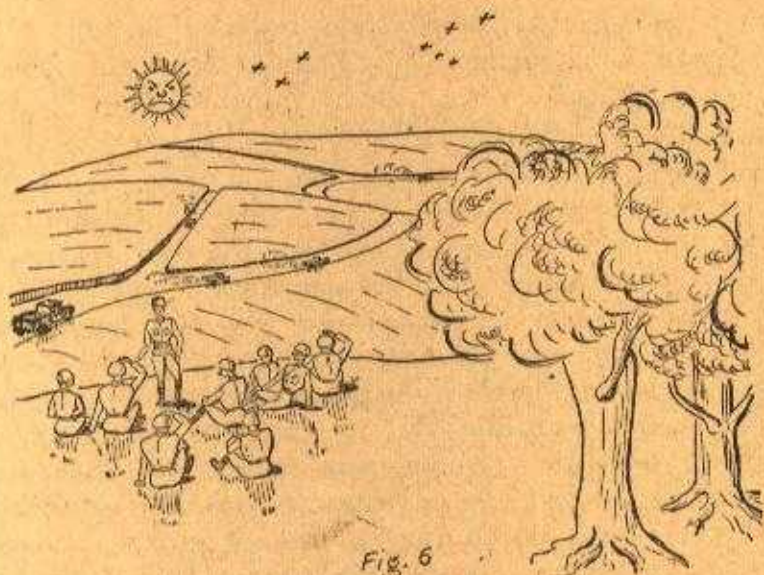


Fig. 6

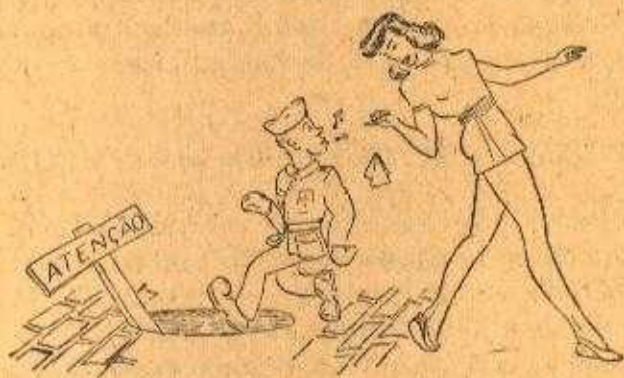


Fig. 7

- Arrumação dum local de instrução no interior, isto é, a arrumação de sala de aula.

E' comum vermos salas ornadas com quadros, gráficos, etc. Não pode haver maior erro, pois, êstes ornamentos atuam como inimigos do instrutor. São chamarizes à atenção dos alunos que a desviam do instrutor e do assunto que está sendo ensinado e, uma vez desviada, jamais a êles voltará com o mesmo interêsse. E' preciso

que nada, fora da vontade do instrutor, desperte a atenção do instruendo, senão ele cairá no poço da ignorância, porque a estrada do aprendizado poderá sempre apresentar um buraco traiçoeiro, quando se apresenta uma "boa" distração.

- A boa técnica de apresentação de meios auxiliares de instrução.

Como consequência imediata do acima dito, também os quadros relativos à própria sessão só devem aparecer no momento exato e, mais do que isso, de um determinado meio auxiliar só o que está e quando está sendo utilizado deve aparecer.

É interessante registrar que os que não obedecem a essa técnica encontram sempre justificativa. São os piores cegos, não querem ver. A estes peço que critiquem, que assistam sessões dos que seguem a boa técnica e dos que a infringem e que meditem depois, porque, estou certo, passarão a defendê-la e aplicá-la.

Inúmeras noções sobre o emprego dos meios auxiliares de instrução têm repercussão na preparação material das sessões e, por isso julgo útil abordá-las minuciosamente.

QUANTO AOS MEIOS VISUAIS AUXILIARES A SEREM PROJETADOS :

a) — Os FILMS DE INSTRUÇÃO devem ser expostos após uma breve introdução, em que se explica o que será visto e quais os pontos principais do film.

Longe de serem considerados um meio de emergência ou um substitutivo de determinadas sessões de instrução, devem ser considerados integrados no plano de ensino dos assuntos para os quais são disponíveis. Após a exposição, normalmente, uma curta discussão conduzida por meio de hábeis perguntas auxiliam na fixação dos pontos principais do film e, não raro, uma 2.^a exposição é útil.

A tela deve ser colocada de modo que todos os assistentes vejam-na bem. A fig. 8 dá-nos uma idéia da boa disposição dos assentos em relação à tela, isto é, devem ficar dentro do ângulo de 60° e a partir da distância igual a uma vez e meia a largura da tela.

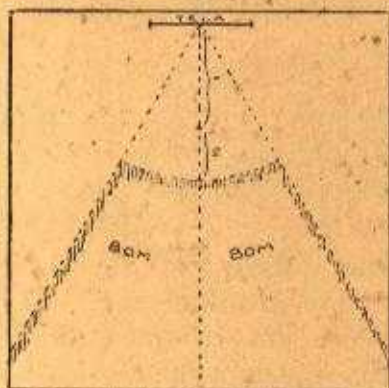


Fig. 8

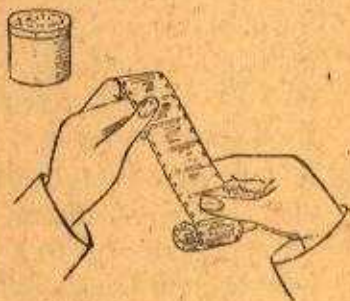


Fig. 9

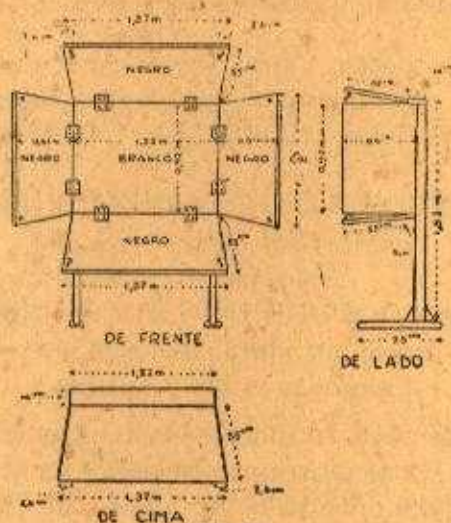


Fig. 10

O instrutor poderá adicionar suas próprias observações ao film, desde que isole a parte sonora deste. De qualquer forma, é preciso que o instrutor conheça bem o film e que pro-

videncie para que se inicie exatamente no momento desejado. Nada mais enfadonho do que o tempo de espera no decorrer das sessões.

b) — Os FILMS QUE CONTÊM SUCESSÃO DE QUADROS FIXOS (Film Strip como chamam os norteamericanos) são cópias positivas de 35 mm. de calibre.

O instrutor precisa estudá-lo e treinar o auxiliar que manejará o projetor, para que possa dispor da projeção de determinadas figuras do film, nos momentos que desejar durante a sessão de instrução.

Os filmes têm o grave inconveniente de, exigindo o escurecimento da sala, concorrer para uma desagradável temperatura ambiente, visto que raríssimas são as salas refrigeradas. Para diminuir esse inconveniente é aconselhável prover a sala do dispositivo especial indicado na *Fig. 10* chamado caixa de escurecimento, pois, a tela ficando no fundo, protegida de luz direta pelas paredes laterais, permite que se exponham figuras ainda com considerável claridade na sala.

Qualquer superfície lisa pintada de claro, ou simples papel branco satisfaz como tela de projeção.

c) DIAPOSITIVOS são pequenas figuras ou quadros impressos em matéria transparente (vidro ou plástico) correspondente ao projetor (lanterna mágica) disponível. A utilização dos diapositivos tem as mesmas vantagens e inconvenientes dos "film strips".

d) — FOTOGRAFIAS ou FIGURAS OPACAS a projetar por uma lanterna mágica têm as vantagens e os inconvenientes do "film strip" mas permitem tirar partido de fotografias, figuras, textos, encontrados em Revistas, Livros, Regulamentos, etc. Há, entretanto, uma grande servidão, é que, normalmente, as figuras a projetar não podem ser maiores que um quadrado de 12 a 13 cm. de lado, pois, esta costuma ser a possibilidade das lanternas mágicas conhecidas.

Quanto aos modelos :

Os modelos são, particularmente, úteis, quando ampliam objetos reais de modo a permitir que todos vejam os detalhes quando se explica. Entre tais modelos podemos citar os de um aparelho de pontaria de canhão ou morteiro, de uma alça de mira de fuzil, de esquadros para ensinar leitura de coordenadas, de reguas de tiro, etc.

Também são necessários modelos que reduzem objetos reais quando há falta de espaço para mostrá-los. Entre êsses citamos as miniaturas de viaturas blindadas, de aviões, etc.

Quanto aos caixões de areia ou planos relevo :

Os caixões de areia ou os planos relevo permitem eficiente instrução tática porque a demonstração ou a discussão dirigida pode ser conduzida com muita objetividade e facilidade numa miniatura do próprio terreno real. Há grande economia de tempo. O instrutor é capaz de ver a todos, a todos falar, orientar e corrigir. Todos aprendem ao mesmo tempo, ao passo que no terreno pouco veriam e ouviriam devido à distância, à configuração e à natural disseminação. Naturalmente que não excluem os exercícios no terreno, mas suas vantagens devem ser exploradas.

Quanto aos quadros murais :

O arranjo do assunto num quadro mural visa a melhor forma de apresentar suas diferentes partes. Não há concepção dogmática nas 4 sugestões adiante apresentadas para a confecção de quadros murais, mas elas são úteis porque surgiram da experiência;

Deve-se ter um cuidado de ordem geral na confecção dos quadros relativamente à boa visibilidade por parte dos assistentes, qual seja o de traços e letras suficientemente nítidos para os que estejam sentados no fundo da sala.

Lembrem-se de que o centro ótico, isto é, a porção do papel que a vista distingue primeiro, não está no meio verdadeiro do papel e sim acima dele.

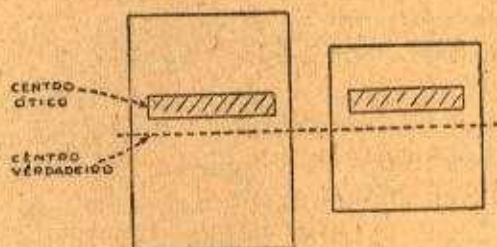


Fig. 11

Lembrem-se de que os espaços em branco são necessários para separar idéias.

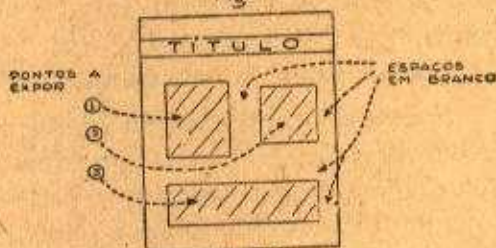


Fig. 12

Se tivermos quatro idéias a expor e tôdas do mesmo valor, a forma equilibrada da esquerda servirá. Mas, se possuímos duas e uma delas for mais importante devemos optar pela da direita.

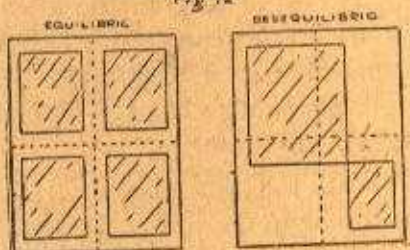


Fig. 13

Quando se olha um quadro o instintivo é seguir a curva indicada à esquerda. Lembrem-se disso, pois, pode ser útil na exposição de idéias que um quadro venha a conter.

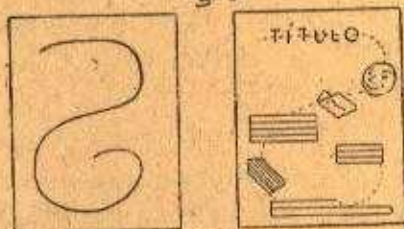


Fig. 14

A preparação material quanto aos quadros não se resume na simples confecção de letreiros ou registro de figuras sobre uma folha de papel, precisa atender às necessidades impostas pela técnica de apresentação. Exemplifiquemos o que exige essa técnica para bem compreendermos o trabalho preparatório necessário.

A figura que deve impressionar de um só golpe, deve ser descoberta por inteiro. Assim, por exemplo, as figuras 4, 5 e 7, utilizadas numa conferência ou palestra sobre o assunto que escrevo, seriam descobertas ao mesmo tempo que eu falasse a respeito do ponto a que se referem. Por isso, uma folha em branco deve cobrir cada quadro dêsses. Lembrem-se de que a figura humorística adequada prende a atenção no bom sentido, mas é preciso que surja de surpresa e que desapareça, após a utilização, senão concorrerá para o objetivo oposto, isto é, para a distração dos instruendos.

Sucessivas expressões ou textos, contidos num quadro, devem surgir no momento apropriado. Para isto, depois de organizado o quadro cortam-se pedaços ou tiras do mesmo papel em branco e do tamanho adequado para cobrir as diversas partes que surgirão progressivamente. Exemplo: Suponhamos que se trata dum quadro para expor o Método da Instrução Militar (Fig. 15). Uma vez organizado o quadro é preciso cobrir: "O MÉTODO", "PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS", etc.

O texto de cada princípio também deve ser coberto e até mesmo algumas de suas partes. E' o que acontece com o 3.^o princípio, pois, os títulos dos princípios pedagógicos de "PRIORIDADE", "ENGENHOSIDADE", "PROGRESSIVIDADE" etc. devem surgir à proporção que se discorre sobre cada um dêles.

Como pregar as tiras em branco?

O quadro propriamente dito é pregado à parede (de madeira leve ou material tipo Celotex) por meio de pinésios (percevejos) e as tiras ou pedaços em branco são sobre êste pregadas também com pinésios. O instrutor ou auxiliar desprenderá cada parte de per si com a mão, ou por meio de barbante: se a tira estiver a uma altura fora do alcance normal (Fig. 16). Para isto, amarra-se o barbante ao pinésio mais elevado da esquerda (ou direita) e passa-se em volta dos sucessivos pinésios e depois fixa-se a ponta do barbante à altura em que possa ser puxado. Se são várias coisas



Fig. 15

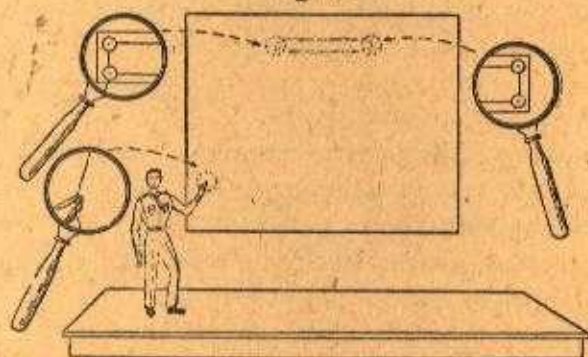


Fig. 16



Fig. 17

altas a descobrir as diferentes pontas de barbante devem ser fixadas na ordem em que devam ser acionadas, pois, nada mais nocivo à eficiência da apresentação do que um engano descobrindo o inadequado; os assistentes riem, o instrutor ou conferencista descontrola-se e...

Letreiros, títulos isolados ainda podem ser fixados como sugere a fig. 17.

A meditação, a habilidade e os recursos disponíveis levarão os dedicados instrutores a uma série de diferentes montagens, escolhendo entre as expostas ou inventando outras, mas não se esquecendo do que é essencial: *mostrar no momento exato em que a respeito se fala, fazer desaparecer tão logo se muda de assunto.*

Na utilização de cartas topográficas não difere a técnica de apresentação de situações táticas, somente surgem oportunidades várias para uma aplicação ainda maior das idéias expostas. Com efeito: Sabe-se que os dispositivos evoluem, de modo que, num mesmo trecho de carta, diferentes situações particulares serão progressivamente abordadas na instrução. Além do tradicional emprêgo de símbolos amovíveis, podem-se utilizar diferentes partes de papel que se superpõem, contendo o mesmo trecho de carta e os diferentes dispositivos na ordem em que serão utilizados em aula. A carta propriamente dita conterá o último dispositivo e sobre êsse colocamos adequados pedaços de papel para a confecção dos diversos dispositivos que têm prioridade na exposição ou discussão, até que por cima fique a carta nua. E esta também poderá ser coberta para aparecer no momento apropriado. A técnica para prender os diferentes pedaços é a mesma exposta anteriormente a respeito dos quadros. Para a representação de direções, limites de zona de ação, linhas de resistência, de deter, a atingir, etc., às vezes é interessante utilizar o seguinte processo: Apanha-se um cadarço de côr viva e em sua ponta amarra-se uma linha (Fig. 18). Dá-se um corte no papel, da largura do cadarço e só a ponta, com a linha amarrada, fica aparecendo ligeiramente (imperceptível ao longe). A outra extremidade do cadarço fica presa no quadro de celotex ou de madeira da parede (sobre o qual está presa a carta) de forma que, ao ser puxada a sua ponta e fixada com um alfinete ou pinésio, o cadarço fique esticado. Quando se tratar de linhas curvas e não de uma

direção reta, vários alfinetes balizarão suas inflexões de forma que o cadarço, ao ser puxado, venha a apoiar-se sobre eles para representar a forma desejada.

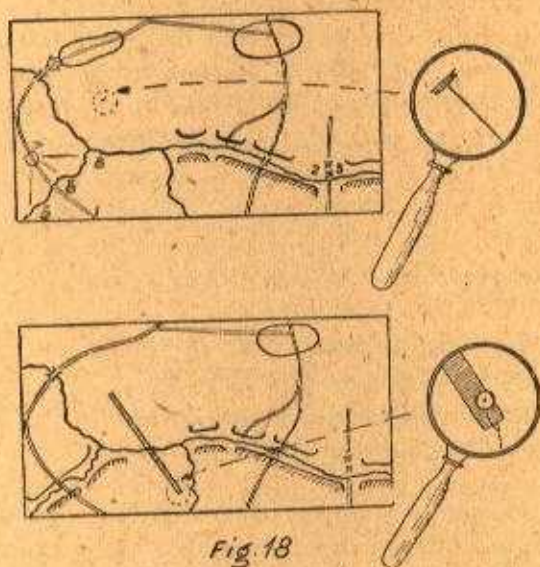


Fig. 18



Fig. 19

Quanto ao quadro negro:

O emprego do quadro negro também exige sua preparação, isto é, o escrito de leve (imperceptível ao longe) sobre o qual se escreverá na ordem e no momento de utilização, dando a impressão de escrita em primeira mão.

MEMENTO DA LIÇÃO

Feita a preparação intelectual e material supra citada, estará finda a preparação?

Não.

É preciso que se faça o registro correspondente do que se deseja dizer e na ordem preferida, isto é, que se organize um memento. Quer se chame de ficha-memento do instrutor, ficha de instrução (como dizem os franceses), sessão de instrução (como queriam os nossos oficiais de cavalaria) ou "Lesson plan" (como chamam os norte-americanos) o importante é que exista um documento que seja capaz de:

- lembrar tudo o que se vai dizer,
- na ordem em que deve ser dito,
- quando utilizar meios auxiliares,
- como dizer ou discutir idéias, etc.

Só assim, não se arrisca a perder tempo, a passar por alto assuntos importantes, a deter-se no que não é essencial, a denotar falta de organização com o grave inconveniente da perda de controle consequente, a ter falta de eficiência. O memento refresca a memória do instrutor e dá-lhe confiança em si.

VII — APRESENTAÇÃO

Evidentemente, a eficiência desta fase, se depende como todas as demais da cuidadosa *preparação*, também será função direta da execução correta dentro da técnica pedagógica aconselhável.

Como dissemos páginas atrás, distinguem-se na *apresentação* duas partes sucessivas distintas: a *introdução* e a *exposição*.

A) — Introdução

A introdução tem por finalidade preparar a capacidade receptiva dos instruendos.

Para isto, deve :

- Atrair a atenção;
- Indicar o objetivo da sessão;
- Relacionar a lição com assunto já sabido.

Como atrair a atenção ?

- Com um facto humorístico ou não;
- Com uma pergunta;
- Com um meio visual auxiliar.

O instrutor deve lembrar-se de que os vários cérebros presentes, por motivos e por temperamentos diversos, podem estar pensando em factos e coisas sem nenhuma relação com o que vai ser ensinado. E' preciso despertar-lhes, libertando-os do ou no que estiverem pensando. Naturalmente, o melhor facto humorístico ou não a explorar será o que fôr adequado ao assunto que se vai ensinar, mas não impede que se tire partido de uma curta e boa história para atrair a atenção e, uma vez todos atentos nela, nada mais fácil ao instrutor que transplantá-la para o assunto.

Uma pergunta lançada a todos é outro recurso; um meio auxiliar visual apresentado de repente, ao mesmo tempo que se alerta a classe, também servirá. E' preciso que haja variedade, que um instrutor não abra tôdas as apresentações sempre da mesma forma, pois, uma vez conhecido seu processo único, deixará de atingir o objetivo, que é captar a pronta atenção de todos.

Vou dar-lhes alguns exemplos interessantes, embora sejam insignificantes diante da possível e desejável variedade dos processos de introdução:

1) — Em Camp Mackall (Centro de adestramento tático de unidades de pára-quedistas e planadoristas nos Estados Unidos) assistí, em companhia de companheiros de estágio, a uma sessão de instrução em que o instrutor fez a introdução utilizando sua excelente qualidade de caricaturista. Tratava-se de mostrar qual o equipamento dum pára-quedista. O

instrutor dirigiu-se ao quadro negro e ao mesmo tempo que perguntou: "de que trataremos?" fez com o giz uma enorme interrogação no quadro negro. Após ligeira pausa (com todos curiosos) transformou o ponto de interrogação, com poucos rabiscos, num pára-queda. Aproveitou então o ensejo para iniciar a exposição do assunto: a cada rabisco uma peça de equipamento ou de armamento individual do pára-queda ia surgindo, até que a figura retratava o soldado completamente equipado e armado.

2) — Iniciei uma conferência há tempos, no curso de Estado-Maior de Aeronáutica sobre a cooperação das Forças aéreas e terrestres e os sistemas de ligação que a possibilitam, da seguinte forma: Ao mesmo tempo que perguntei "como obter essa íntima cooperação?" fiz surgir um quadro em que um gaiato soldado estava abraçando uma pequena representando a aeronáutica.

3) — Quando devia realizar a 3.^a conferência sobre instrução na E.A.O. em Outubro, estava de mão envolta em gase, por ter fraturado um metacarpo. Aproveitei o facto ocasional para iniciar a conferência dizendo: "Senhores, ninguém nega o quão ponderável é a curiosidade humana. Muitos estarão curiosos no que aconteceu nesta mão. E, como quero que prestem atenção em mim, no que vou dizer e não na mão enfaixada, vou dizer-lhes de que se trata..

"Mas, não vim aqui para narrar um acidente e sim para..."

Estava feita a introdução, o 1.^o passo estava dado, era preciso prosseguir mantendo-os atentos e esclarecidos sobre o objectivo da conferência.

As introduções precisam ser breves. Naturalmente, que uma sessão de 20 minutos não deve ter introduções superiores a 2 minutos de duração, da mesma maneira que uma de 50 ou 60 minutos não deve absorver mais de 7 minutos, mas nenhuma delas precisa chegar a esse limite máximo; o que precisa, é atingir a finalidade acima traçada e da melhor forma.

B) — *Exposição — (Os processos de instrução)*

A finalidade da exposição é *ensinar*.

Devemos dar a esta palavra — ENSINAR — a mais ampla significação. Na falta de compreensão de seu verdadeiro significado residem muitas das causas de deficiências de ensino nas nossas Escolas e Quartéis. Um professor ou instrutor que se conforma em simplesmente expor um assunto sem preocupar-se com o facto de estar ou não sendo compreendido, ou se os alunos estão se apoderando dos novos conhecimentos, não está cumprindo a sua sagrada missão de ENSINAR. Se isto é verdade para todo e qualquer ensino, sua alta significação ainda é mais importante dentro do Exército, porque a situação dos instruendos em suas Escolas e Quartéis difere muito da dos alunos dos Colégios particulares e Faculdades livres civis. O aluno ou instruendo militar está diariamente pesando aos cofres públicos; êle deve e precisa aprender e, quando isso não é obtido, urge descobrir as causas e saná-las. O recruta está no quartel para ser instruído, só o anormal não aprende e êste não deve estar no serviço e, quando descoberto, precisa ser imediatamente excluído. Análoga é a situação dum cadete, êle assumiu o compromisso de preparar-se para a defesa da Pátria, foi selecionado física e intelectualmente e seu moral é observado e educado diariamente. Se todos são normais, ninguém pode ter deficiência de aproveitamento no ensino. Então é preciso descobrir as causas das deficiências para eliminar os anormais — física, intelectual ou moralmente incapazes — porque é inadmissível que seja insuficiência de técnica pedagógica. Entretanto, já podemos meditar sobre o observado em vários anos e reconhecer o grande mal que tem havido nas deficiências de ordem pedagógica. Eis a responsabilidade que pesa sobre todos nós, porque, do menos graduado ao General de Exército, todos os oficiais são e serão instrutores, suas ações repercutem, direta ou indiretamente, nos problemas de instrução.

Para *ensinar*, que é preciso?

- Utilizar processos adequados de instrução.
- Aproveitar ao máximo os sentidos humanos, especialmente a visão, donde empregar amplamente as ilustrações.
- Respeitar a técnica pedagógica.

Quais são os processos de instrução?

- A *palestra*.
- A *conferência*, no sentido de conferência médica, isto é, discussão.
- A *discussão dirigida* (verdadeiro desdobramento do processo anterior).
- A *demonstração*.
- O das *oficinas*.
- O do *monitor-instruendo*.

Palestra — Conferência — Discussão dirigida

A palestra, a conferência e a discussão dirigida são processos que têm uma técnica comum aos três e uma particular inerente a cada um.

Os instruendos só podem aprender com facilidade quando vêem, ouvem e compreendem, e reagem no bom ou no mau sentido em função destes três verbos. Por isso, o instrutor deve apresentar-se corretamente uniformizado e, durante a condução da instrução, precisa controlar-se a si mesmo, não apresentando vícios de postura e de atitudes como os exemplificados na figura 20. Qualquer desses erros leva os alunos a prestar atenção na pessoa do instrutor e jamais no que ensina. Ainda há muitos outros vícios não exemplificados na figura 20, com efeito: ninguém se esquece do quão cansativo é assistir-se a uma palestra ou conferência em que seu condutor passeia ininterruptamente sobre o tablado. Quem observar a classe não terá impressão diferente da

duma torcida de ping-pong ou de tenis, tal o movimento de cabeça que todos apresentam. Lembro-me dum instrutor em Ft. Leavenworth que, mal iniciava a classe apanhava niqueis num bolso e passava a chocalhá-los, atirando-os de uma para outra mão.



Fig. 20

Observem, façam uma auto-crítica, aproveitem a crítica de seus amigos e eliminem tais ou outros vícios, se é que os têm, pois, são a repercussão de um nervosismo que a força de vontade pode controlar.

Os assistentes ou instruendos precisam ouvir, por isso, a voz e a maneira de falar devem ser de forma a permiti-lo. A dicção e o volume da voz, bem como a velocidade do falar (160 a 90 palavras por minuto) são tão importantes como as enunciações das idéias com naturalidade e sem hesitações. Finalmente, nada obter-se-á sem que os instruendos compre-

endam, por isso, é preciso clareza, que a maneira de falar corresponda ao nível intelectual e educacional da classe e que sejam obedecidos os princípios pedagógicos de exposição. Ninguém é capaz de convencer sem demonstrar que está convicto, um instrutor apático, desinteressado do que ensina, jamais colherá bons frutos em suas sessões. Um instrutor ou conferencista que lê, como o da figura 21, não demonstra estar senhor do assunto, não mantém a atenção por que está falando para o seu papel e não para os assistentes. É preciso fitar a classe, sentir suas reações; nada é mais desagradável e enfadonho do que um indivíduo que fala sem nos encarar.

Os processos de instrução não se excluem, ao contrário e não raro, no ensino de um mesmo assunto, vários deles precisam ser utilizados.

A *palestra* talvez seja o processo mais comum de instrução, na execução de quase todos os processos lançamos mão da palestra para secundá-los. Com efeito, as palestras são úteis na introdução das discussões dirigidas e das demonstrações, e preparam o desencadear daquelas em boas condições. Os pontos de contacto das palestras e conferências (discussões) são tão numerosos que a única diferença existente é a utilização das perguntas orais, que só se aplicam nesse último processo e não naquele.

A *discussão dirigida* (*) é uma variante do processo da *conferência* ou *discussão*. A principal diferença é que neste último a pergunta visa a manutenção da atenção dos alunos ou a ativação de seus cerebros para reterem os pontos mais importantes, ao passo que na discussão dirigida as perguntas procuram provocar respostas que conduzam à solução desejada, isto é, orientar as reações de modo a poder atingir um determinado objetivo. A discussão dirigida é de largo emprego na instrução tática. Em sala, sobre a carta ou caixão

(*) — N.R. — Também chamada modernamente de "tutorial", palavra tomada ao vocabulário pedagógico norte-americano.



Fig. 21

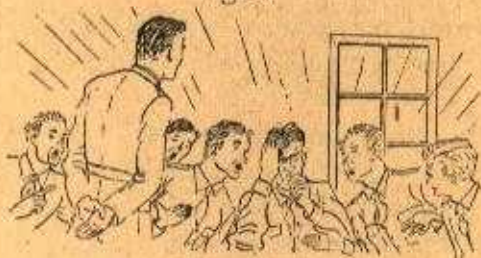


Fig. 22

FAÇA A PERGUNTA PARA

PROVOCAR O RACIOCÍNIO.

DE QUEM?

- DE TODOS.



Fig. 23

USE UMA PERGUNTA

PARA.

ESPOREAR UM DESATENTO



Fig. 24

de areia, ou até em exercícios de quadros no terreno, êsse processo é excelente para a condução de uma instrução tática.

A técnica de condução da discussão dirigida se resume em :

- Quanto à preparação: — O instrutor precisa ter estudado e saber aonde quer chegar, o que deseja ressaltar e como, o fará.
- O instrutor precisa lembrar-se de que os alunos antes duma discussão dirigida precisam ter capacidade para discutir o assunto com inteligência, com conhecimento de causa.
- Quanto à responsabilidade do instrutor: — Ele precisa estar alerta, ser imparcial, ter paciência e ser equilibrado.

Não é qualquer instrutor que poderá conduzir a instrução por um tal processo. Não se deve esquecer de que quando passa a "bola" a um aluno tem que estar atento nela. Poderá rebatê-la ou passar a outro aluno, mas deve estar sempre em condições de retomá-la, senão arriscar-se-á a um quadro como o da figura 22, em que o instrutor deixou a "bola" com os alunos, não conduz uma discussão dirigida e, em compensação, obtém uma grande confusão. O erro mais comum é não ser imparcial e não demonstrar equilíbrio. O normal é que o estudo analítico e de meditação de um instrutor experimentado tenha previsto tôdas as reações sobre o problema que aborda, mas pode haver o caso de, no decorrer da discussão, surgirem razoáveis observações de alunos que influirão na solução a que se deseja chegar. O instrutor que não tiver o senso de equilíbrio e de imparcialidade não modificará sua solução, o que é, evidentemente, mau, mas para isso também é preciso que seja bastante vivo, inteligente e competente, para que a modificação se processe em seu íntimo, sem deixar transparecer à classe.

- Quanto à execução: — O instrutor não se deve esquecer de que os estudantes é que desenvolverão as

idéias, é que encontrarão as soluções, e que a êle compete, somente, guiar a sequência do raciocínio.

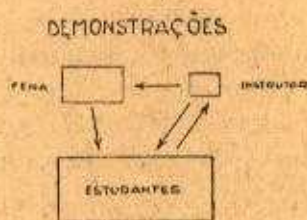
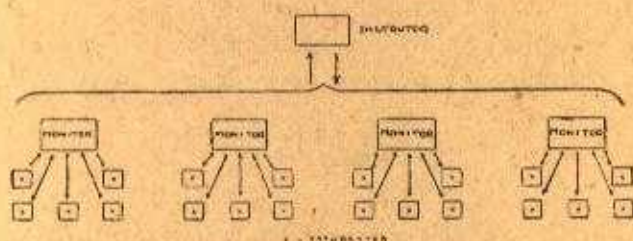
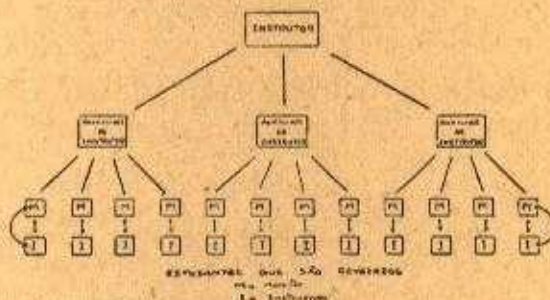
- Se um aluno fizer uma pergunta, o instrutor deve chamar outro para respondê-la.
- A pergunta provocará o raciocínio no sentido desejado, mas é preciso que seja lançada à classe e não a um aluno, para que todo raciocinem. (Fig. 23). Só depois disso é que designará quem vai respondê-la.
- Quer numa discussão dirigida, quer em outras inúmeras ocasiões, em que as perguntas auxiliam um instrutor, devem, não raro, ser utilizadas para esporear um desatento. (Fig. 24).
- O instrutor deve exigir que o aluno responda de modo que todos ouçam e, por isso, não deve repetir o que disse o interrogado.
- Um tal processo não deve ser seguido com classes superiores a 25 estudantes, ou melhor, acima desse número passa a perder muitas de suas vantagens.

Demonstrações

As *demonstrações* constituem um excelente processo porque instruem pela imagem, pela exemplificação, uma vez que elas são retratos fideis de procedimentos ou de operações que desejamos ensinar. A demonstração é uma ilustração e como tal é utilizada em conjunção com outros processos de instrução. A Figura 25 esquematiza o ciclo de seu emprêgo relacionado a instrutor e estudantes. As demonstrações podem ser utilizadas quer para apresentar o que deve ser feito quer para salientar os principais erros a evitar, num e noutra caso, devem estar ensaiadas perfeitamente, pois, como parte duma lição ou sessão de instrução precisam ser executadas do modo desejado e na ocasião oportuna, dentro do tempo previsto.

Processo das oficinas

O processo das oficinas é de largo emprêgo na instrução técnica. Divide-se a turma em pequenas sub-turmas duma meia dúzia de elementos, a cada uma afeta-se um monitor, mantendo o contrôle da turma centralizado na mão do instrutor.

*PROCESSO DAS OFICINAS**PROCESSO MONITOR-INSTRUINDO*

O êxito da instrução por êste processo além de depender da escolha de um bom local, da boa audição por parte das oficinas (sub-turmas) quando fala o instrutor, bem como da visibilidade dos instruendos, será função da correção com que for utilizado, isto é, obedecendo a seguinte norma :

- 1.º) Uma *exposição* inicial pelo instrutor.
- 2.º) Uma *demonstração* apresentando o que se deve fazer.
- 3.º) Uma *demonstração* dos erros mais comuns a evitar.
- 4.º) Execução por parte dos instruendos que procuram imitar o correto.

Processo do monitor-instruendo

A Fig. 27 dá-nos uma idéia esquemática da organização da turma para o emprêgo dêste processo, na qual notamos os pares de estudantes, que se revezam nas funções de monitor e de instruendo. E' de largo emprêgo na instrução de esgrima de baioneta, de ataque e defesa, etc. Comporta, naturalmente uma exposição inicial do instrutor seguida de demonstração do que vão fazer os estudantes, realizada quer por dois auxiliares de instrutor, quer pelo instrutor e um monitor. Segue-se a execução pelos estudantes sob a supervisão geral do instrutor e o contrôle dos seus auxiliares, que prestam atenção e corrigem os erros de suas sub-turmas.

VIII — APLICAÇÃO

A finalidade da Aplicação é dar ao instruendo a posse efetiva do ensinado. Só tem certeza de que sabe aquele que já o fez.

Para isto é preciso :

- Fazer com que pratiquem sob a supervisão do instrutor
- Empregar processos adequados ao assunto e ao rendimento visado (individual ou coletivo).

Nesta fase, os instruendos são dirigidos e assistidos pelo instrutor na prática dos processos ou na aplicação das idéias anteriormente ensinados. Esta supervisão do instrutor é a grande característica da fase, que a distingue do exame. É evidente que os processos escolhidos para a aplicação devem estar condicionados, não só ao assunto como ao rendimento que se deseja obter na respectiva instrução e, conforme o caso, apelar: para uma discussão dirigida, para um processo de oficinas ou para um processo monitor-instruendo.

Se desejarmos obter rendimento individual, cada estudante praticará isoladamente com qualquer dos processos supra, mas se a finalidade da instrução fôr o rendimento de equipe, por exemplo, dum grupo de tiro, precisamos adotar um processo que permita o trabalho de todos os seus elementos ao mesmo tempo.

Podemos suprimir a fase de aplicação para ganhar tempo?

Não. Principalmente, quando se tratar de instrução técnica sobre a utilização de materiais de guerra, armamento, munições, explosivos, equipamento elétrico de transmissões, etc. a falta desta fase acarreta graves inconvenientes. Há reflexos importantes que precisam ser dados aos instruendos; há erros graves que devem ser sanados de início, o que só pode ser obtido com a *aplicação*.

A observação da Figura 28 lembrar-nos-á sempre a necessidade dessa fase. Acidentes como êste, ainda são bem vivos na nossa memória...

Suprimir essa fase? Nunca, o que podemos é aproveitá-la em vários casos para, concomitantemente, vencermos a fase seguinte, isto é, o *Exame*.

IX — EXAME

O exame pode ter dupla finalidade :

- Selecionar (assegurando justo julgamento).
- Verificar a capacidade adquirida (avaliando o quanto foi aprendido e descobrindo as correspondentes falhas).

Para isto, empregar adequada técnica de verificação, utilizando :

- Perguntas orais.
- Test de rendimento.
- Test escrito: — dissertação.
— objetivo.
- Test de observação.

A finalidade do exame que se tiver em vista será o grande guia para o tipo de test a escolher, que dependerá, também, do que se quer medir ou verificar.

Naturalmente que não se consegue ao atingir uma das finalidades excluir a outra, pois, mesmo quando se tem em vista seleccionar, pode-se aquilatar da capacidade adquirida pelos instruendos. Como fase dum ensino, esta última finalidade precisa estar sendo atingida continuamente, pois, o que é preciso é ter a certeza de que todos estão aprendendo e, caso contrário, porque não há rendimento para que se possa sanar, imediatamente, a ou as causas da deficiência notada.

Vejamos a forma dos tests ou provas de verificação, como quer que os chamemos, para compreendermos o quadro anexo, que servirá de memento quando tivermos de escolher o tipo de test a empregar.

A responsabilidade da verificação, ou seja da Fiscalização da instrução, é uma responsabilidade do Comandante ou Diretor da instrução. Pode delegá-la, quer aos instrutores, quer a uma sub-secção de instrução, chamada em algumas Escolas dos Estados Unidos de sub-secção de test.

Perguntas orais

As perguntas orais constituem a forma mais comum de verificação.

Com algumas perguntas hábeis e dirigidas convenientemente, o instrutor pode saber do modo que foi compreendido. E' a arma sempre ao seu alcance para uma série de assuntos.

Test de rendimento

Este tipo de test é de largo emprêgo na verificação da instrução técnica. É o único que nos permitirá verificar se padrões mínimos de eficiência estão atingidos pelos instruendos. Num test dessa natureza o estudante fará uma operação manual, montará ou desmontará uma arma ou outro material, alimentará uma arma, etc. Enquanto isso, verificam-se a velocidade e a correção do procedimento do instruendo na ou nas operações executadas. Quanto à velocidade de execução deve ser aferida a um mínimo que a prática considerou aceitável, limite que todos os instruendos precisam atingir.

Um test dessa natureza pode variar, desde a simples observação duma operação simples, com um limite mínimo de tempo a satisfazer, como nos sugere a Fig. 29, até um test que abarque várias operações e que procura classificar os homens pelas capacidades adquiridas, no qual se concedem bonificações por tempos melhores que o mínimo. Um test dêsse desenvolvimento comporta as 3 seguintes partes:

1.^a parte — instruções preliminares aos instruendos para saberem o que vão fazer e como devem proceder durante o test.

2.^a parte — instruções para o verificador (geralmente um monitor) seguir.

3.^a parte — uma lista de verificação para que sejam registrados os resultados observados dos instruendos.

Test escrito

Os *tests escritos* podem ser do tipo *dissertação*, que são as nossas clássicas provas escritas e do *novo tipo* ou *tests objetivos*, comumente conhecidos como test propriamente dito, cuja grande característica é o aluno ter pouco o que escrever quando está sendo submetido à prova, e o instrutor poder julgar rapidamente e com confiança, pois, pronta-

mente encontra as respostas certas e erradas, sem perigo de falhar na interpretação da solução.

Dissertação

O instruendo deve fazer uma comparação, escrever uma descrição ou expor certas idéias ou partes da instrução dada.

Verdadeiro e falso

Consiste em escrever várias sentenças, umas com idéias certas e outras com idéias erradas e um espaço em branco à esquerda da sentença fica reservado à anotação do aluno, seja para escrever "sim" ou "não", um "C" ou "E" conforme julgue certo ou errado.

Às vezes, em lugar do espaço em branco à esquerda das sentenças existem círculos ou quadrados em branco, os quais devem ser envidados com um "X" ou cruz quando corresponderem a respostas certas.

A organização material pode tomar, dentro das idéias supra, diferentes formas, mas, de qualquer maneira deve haver antes da lista de sentenças uma explicação esclarecendo como o estudante deve proceder para resolver a questão.

Formar o verdadeiro e o falso

Consiste duma sentença inacabada seguida de várias frases ou palavras (mínimo 5) que a completam, umas exprimindo idéias certas e outras erradas, por isso, espaço em branco é deixado à esquerda dessas frases ou palavras, para ser assinalado "certo" ou "errado" de qualquer das maneiras acima exemplificadas. Também uma explicação diz ao aluno como deve proceder para solucionar.



Fig.28

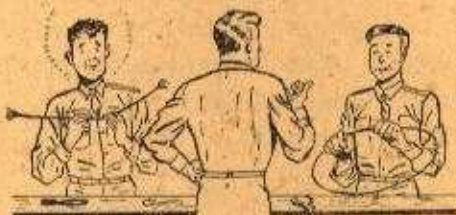


Fig.29

USE UMA PERGUNTA PARA:

CORRIGIR ERROS E
SALIENTAR O ESSENCIAL



Fig 30

Múltipla escolha

Trata-se neste tipo de test de escolher entre 4 ou 5 sentenças enunciadas e identificadas com letras ou números, abaixo duma sentença inicial, aquela que com esta representa a idéia correta. Deve o aluno inscrever no espaço em

branco, deixado à esquerda da sentença inicial, o número ou letra que identifica a sentença escolhida.

Completar

Trata-se de completar com uma ou mais palavras chaves (nunca mais de três palavras devem estar omissas) uma determinada sentença. A palavra chave omitida jamais deve ser um verbo e, de preferência, deve estar na segunda metade da sentença.

Enumerar

Consiste em solicitar que o aluno registre em linhas deixadas em branco, os itens que respondem à pergunta feita.

Corresponder

Organizam-se duas colunas, ou até mais, onde se registram palavras, frases, símbolos, etc. Trata-se para o estudante de fazer a correspondência dos elementos de uma coluna com os da outra (o que é simples porque uma pode ser identificada com números e a outra com letras). Nesses tests pode ser exigido que o aluno faça a correspondência de :

- termos ou palavras, com suas definições,
- características, com as unidades mecânicas a que se aplicam,
- perguntas curtas, com suas respostas,
- símbolos, com seus adequados nomes,
- frases descritivas, com outras frases correlatas,
- causas, com efeitos respectivos,
- princípios, com situações nas quais eles se aplicam,

- peças ou unidades mecânicas, com seus nomes próprios,
- peças, com a unidade ou conjunto a que pertençam.

Convém que as colunas abranjam de 5 a 12 linhas.

Identificar

Este tipo exige que o estudante indique os nomes próprios correspondentes a símbolos e peças ou vice-versa.

Situação

Este tipo compreende a exposição dum problema ou a descrição duma situação que cabe ao estudante resolver, ou então a apresentação duma demonstração (com coisas erradas) que ele deve criticar.

A característica dêsse test está na maneira de responder e que lhe é indicada sob qualquer das seguintes formas:

- indicar a resposta fazendo ou completando um croquis,
- enumerar os erros cometidos,
- escrever a solução num reduzido espaço em branco, deixado para êsse fim.

Test de observação

Entre os tests de observação classificam-se os:

- Problemas e relatórios.
- Lista de verificação.
- Ficha de observação.
- Entrevista direta.

Problemas e relatórios

Os problemas e relatórios são os tests que visam verificar a capacidade de apreensão dum assunto e de expressão das idéias em suas soluções, com clareza, método, espírito de síntese, etc. Neste tipo enquadram-se os temas táticos que as nossas Escolas de Oficiais propõem aos alunos para solução tanto em sala, quanto a domicílio.

*Lista de verificação — Ficha de observação —
Entrevista direta*

A lista de verificação, a ficha de observação e a entrevista direta são processos que servem para verificar a capacidade intelectual, física e moral do aluno. Há, como em todos os tipos de tests, muitos pontos de contacto entre êsses três tipos, no entanto, apresentam, particularidades que os diferenciam. Com efeito: Qualquer dos três possui uma lista memento que guia o verificador, mas, enquanto que na lista de verificação a cada item deve corresponder um registro, na ficha de observação só se anotam, naqueles itens-lembretes, o que ocorrer durante a observação de determinados factos. Numa entrevista direta há, naturalmente, objetivos a atingir e, não raro, foram anotados ou meditados para a condução da entrevista com êxito e no sentido desejado.

Interessantes exemplos de lista de verificação são as utilizadas nos tests de rendimento, e de fichas de observação são as que os instrutores utilizam em nossas Escolas para irem conhecendo a personalidade de cada instruendo, graças a sucessivos registros. A entrevista direta é capaz de fornecer valiosos resultados e tem largo emprêgo quer nas Unidades de tropa, na paz ou na guerra, quer nas Escolas, pois, por meio dela pode-se conhecer não só da capacidade do entrevistado, como também do seu estado de espírito.

X — DISCUSSÃO OU CRÍTICA

A finalidade dessa fase é:

- Salientar os pontos essenciais, e
- Recapitulá-los, dando uma vista de conjunto do assunto.

Para isto, é preciso planejá-la de acôrdo com a amplitude que deva ter.

O termo crítica tem sido consagrado para a fase final dos exercícios táticos e o de discussão para, no final de um assunto, concluir ressaltando o que há de essencial, aquilo que se deseja seja retido por todos. É a fase que completa o ensino, pois, por meio de uma crítica ou duma discussão consegue-se chamar a atenção para o principal, permitindo que nêle os instruendos concentrem o máximo esforço de retenção, relegando para segundo plano as outras idéias correlatas que surgiram durante a execução do exercício ou lição.

Nesta fase deve-se lançar mão, em larga escala, da pergunta, que é o melhor meio de corrigir erros e ressaltar os pontos essenciais duma questão.

Discussão ou crítica devem ser planejadas e com tanto mais minúcia, quanto mais extensa deva ser.

Quando se critica deve-se, por uma questão psicológica, salientar primeiro o que houve de correto e só depois apontar os erros para servirem de motivo a ressaltar os ensinamentos. Tanto ao planejar como ao conduzir uma crítica um instrutor deve ter sempre a finalidade do exercício, pois, só assim poderá tirar ensinamentos coerentes e correspondentes ao que deseja ensinar.

Se se trata dum exercício de cooperação das Armas no âmbito duma D.I., evidentemente, que numa crítica para comandantes de unidades não interessará citar erros de aproveitamento do terreno pelos infantes, nem falhas técnicas nas regras de utilização dos meios de transmissões, nem erros de comandos de tiro de artilharia. Os erros que proporcionarão ensinamentos adequados serão os correspondentes à ligação das Armas, os que salientarem falta de cooperação ou os relativos a emprêgo tático das unidades das Armas, jamais as falhas de detalhe dentro dessas unidades ou Armas.

A escolha do local para proceder a uma crítica também é função de sua finalidade ou amplitude. Se um exercício tático de pequena unidade deve ter sua crítica realizada sobre o terreno de exercício e logo em seguida à execução, ao contrário, um exercício tático de grande unidade raramente poderá ter a crítica total, e até mesmo parcial, realizada no terreno. Um exercício desta natureza cobre uma larga extensão de terreno e é difícil obter-se um observatório que a abarque. Além disso, não pode ser realizada imediatamente após a execução por exigir o meticoloso estudo de vários documentos, muitos dos quais só podem ser reunidos após o fim do exercício real.

Uma crítica de razoável desenvolvimento comportará muita vez :

- uma introdução, compreendendo o elogio do que houve de bom e importante;
- uma discussão dos erros, para ressaltar os ensinamentos;
- uma conclusão, condensando os principais pontos do exercício e da própria crítica.

Momento de seleção da melhor técnica de verificação utilizando diversos tipos de test

TÉCNICA DE VERIFICAÇÃO															
PARA MEDIR	Perguntas orais	Test de Rendimento	Disertação	Test escrito							Test de observação				
				Objetivo							Problemas e rela- torios	Lista de verificação	Ficha de observação	Entrevista direta	
				Verdadeiro e falso	Formar verda- deiro e falso	Múltipla escolha	Completar	Enumerar	Corresponder	Identificar					Situação
1. Capacidade no Trabalho	x	x								x	x	x		x	
2. Habilidade para aplicar informação e processos em novas situações	x	x	x			x					x		x		
3. Compreensão de fatos, princípios, processos, etc.	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x		x		
4. Habilidade para resolver problemas	x	x	x			x					x		x		
Habilidade para exprimir e desenvolver idéias logicamente	x		x								x		x		
6. Habilidade para avaliar importância de fatores numa situação	x		x			x					x		x		
7. Aquisição de desejáveis atitudes										x			x	x	
8. Posse de traços de personalidade desejada (qualidades de comando, de cooperação, de iniciativa, de persistência, etc.)	x												x	x	

Observações sobre o emprêgo dos Morteiros de 81 mm. num Btl. da F. E. B.

(Continuação)

Pelo Ten. Cel. UZÊDA

A) — *ORGANIZAÇÃO DO TERRENO* — Nosso duplo objetivo, defender-nos contra os efeitos dos bombardeios inimigos e facultarmos aos nossos soldados o máximo de conforto, levou-nos a aperfeiçoarmos, cada vez mais, os abrigos para os morteiros de cal. de 81 mm. Assim :

1) — Tanto quanto possível, sobretudo no inverno, as peças dos morteiros eram colocadas em organizações do terreno construídas nas vizinhanças de edificações, às quais se recolhiam os elementos de folga da guarnição. Essas edificações :

a) — Por serem, geralmente, muito fortes, ofereciam um ótimo abrigo. Quando não eram suficientemente fortes, ou não dispunham de adéguas, a guarnição escavava seu abrigo no interior da própria edificação.

b) — Permitiam a guarnição preparasse a sua própria refeição: comida quente, sem ser requeentada. Para isso, cada pelotão podia dispor de um fogão a gasolina, o qual não fazia fumaça. Entretanto, quando as secções trabalhavam isoladamente, as guarnições que desejavam fazer sua própria refeição, usavam o fogão a lenha da habitação ocupada. A fumaça provocada pelo emprego desses fogões não tinha importância, já porque as casas ocupadas pelas guarnições dos morteiros de 81mm. ficavam sempre em contra encosta, como porque, existiam civis italianos que, inevitavelmente, persistiam morando na região, lavando, cozinhando, etc.

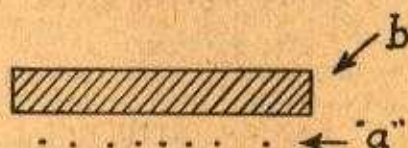
c) — Protegiam a guarnição dos rigores do frio, livravam-na das nevasdas.

Os soldados podiam usar suas camas-rolo, as quais consistiam num magnifico "envelope", confeccionado com fazenda de linho e seda, acolchoado com penas de ganso, e fechado por um "eclair". No interior das edificações as guarnições acendiam brazeiros que aqueciam o ambiente.

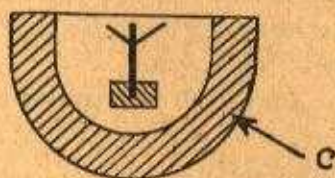
d) — Cobriam, tantas vezes, a posição de tiro das vistas inimigas.

2) — Nossos morteiros de cal. 81 mm. jamais foram localizados pelo inimigo; isso porque :

a) — Nunca deixamos de procurar escapar às vistas diretas do inimigo.



Escala
1/100



b) — As guarnições disfarçavam sempre com muita atenção as organizações do terreno, para cobri-las das vistas aéreas e terrestres, de vez que, a despeito da ausência da aviação inimiga, jamais despresamos a hipótese de sua vinda. Durante o inverno esse disfarce tornou-se muito simples porque era só jogar neve sobre a terra removida.

3) — A despeito do quanto atiraram, as guarnições dos nossos morteiros 81, não perderam um único homem, já porque, realmente, as posições de tiro jamais foram localizadas pelo inimigo, já porque, os tiros que eventualmente caíam em suas proximidades encontraram, como aconteceu

em Buio com a seção Adorno, a guarnição suficientemente abrigada.

4) — Quando não existia edificação nas proximidades da posição de tiro a guarnição construía um abrigo enterrado do tipo desses tão nossos conhecidos, abrigo esse, no mínimo, à prova de 105. Assim fizeram em Colina e em Belvedere, respectivamente os tens. Zaffer e Autran.

5) — Esquemáticamente, as organizações do terreno onde eram instaladas as peças ofereciam a forma que mostra a figura :

— em "a", as balizas de referência dos tiros;

— em "b", um muro, se assim podemos chamar, feito com as caixas das granadas, cheias de terra, com a largura da própria caixa, a altura média de 1 metro e o comprimento suficiente para proteger totalmente a guarnição dos estilhaços resultantes dos tiros caídos obliquamente à sua frente.

— em "c", um paradorso feito igualmente com as caixas vazias das granadas, cheias de terra; esse paradorso tinha uma altura que somada à profundidade da escavação, devia permitir à guarnição um movimento comodo.

— obrigada a conservar o aspecto do terreno, a guarnição era forçada a manter as arvores que ficavam vizinhas de suas organizações. Para escapar dos estilhaços das granadas de artilharia que arrebatassem ao tocar essas arvores, como para se livrar dos efeitos dos tiros em tempo, as guarnições cobriam as posições de tiro com um taboado e revestiam esse com sacos de aniagem cheios de terra; esses taboados avançavam para a frente até não impedirem a trajetória da granada do morteiro;

— dentro da posição propriamente dita era escavado, do lado do municionador, um abrigo para munição;

— a drenagem foi sempre cuidada;

— ou o piso do abrigo oferecia apoio suficiente para a placa base, ou a guarnição revestia o sólo com pedras cobertas com terra; pedra para acrescer a resistência do terreno; revestida de terra para evitar que a placa base escorregasse.

(Continúa)

Preparação Teórica do Tiro

CORREÇÕES

Em Agosto de 1946, a "Defesa" publicou o artigo de autoria do Cap. Walter dos Santos Meyer, "A preparação teórica do tiro", o qual se acompanhou de várias tabelas. Entretanto, estas tabelas saíram impressas com vários senões que agora, a pedido do autor, a Redação, se apressa em retificar. São os seguintes :

GRANADA CARGA 1

Correção relativa ao dH

Faltou o sinal + na frente da expressão "se a pressão for maior que 760 mm" e o sinal - na frente da expressão "se a pressão for menor que 760 mm".

GRANADA CARGA 3

Correção relativa ao dV.

Na linha de 47^o e coluna de 7 Km, o n.^o certo é 343 e não 243.

Correção relativa ao dV

Acrescentar em baixo da tabela as expressões.

" + se o dV_0 for negativo"

" - se o dV_0 for positivo".

SHRAPNELL

Correção relativa ao Wy

Os valores da correção positiva correspondente aos Wy de 8,9 e 10, na distância de 1 Km, é para todos, 2 e não 1, como saiu impresso.

Correção relativa ao dH

Na coluna dos valores crescentes da pressão, após 773 deve ser 774 e não 772 como saiu impresso. Na linha correspondente à essa pressão e alcance de 1 Km, saiu apagado o valor 4. Na linha da pressão 779 e alcance 2 Km o valor certo é 12 e não 11.

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

"Abel Bushnell Hart disse:

— Poder sem moral leva ao assassinio: — exemplo — Alemanha, Itália e Japão.

— Moral sem poder conduz ao suicídio: exemplo Polónia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Belgica.

Ben D. Wood acrescentou:

— Moral com poder não mobilizável para atuação mundial, leva tanto ao assassinio como ao suicídio: exemplo — Estados Unidos e Grã Bretanha."

(Global Geography — George T. Renner).

Tendências das Organizações Militares dos Tempos Novos

Gen. TRISTÃO A. ARARIPE

"A Nação, organizando-se para a guerra, está também se preparando para uma vida melhor".

(Conferência realizada na Escola de Estado-Maior)

I — INTRODUÇÃO

O título desta palestra é certamente ousado. O assunto é difícil e mesmo perigoso, ante a instabilidade e a efervescência das idéias submetidas ao choque violento da bomba atômica. *Ele é, porém, inevitável nesta Escola, onde, como em suas congêneres das outras Forças Armadas do mundo, em última essência, se aprende a pensar, como dizia FOCH.*

O pensamento dos militares de hoje e principalmente dos que têm a responsabilidade da segurança nacional gira em torno da pergunta: —

— *Qual será a forma do conflito de amanhã, que armas serão empregadas, que métodos de guerra serão seguidos?*

Os menos precatados pretendem logo que se abandonem os métodos, os processos e o armamento clássicos da guerra e se explorem os recursos revolucionários que prenunciam a "era atômica" (aviões de reação, engenhos rádio-comandados, bomba atômica, etc.).

Os mais refletidos, porém, lembram-se que "natura non facit saltus" e que nunca houve revolução na arte da guerra; que, na realidade, há evolução e que a sabedoria está em determinar e interpretar o traçado da curva que a condiciona, graça a extrapolações sucessivas.

Dai impor-se, hoje, como outrora, o estudo do passado para descobrir os germes do futuro. Recorrer-se-á à 2a. Grande Guerra, às outras dos séculos XX, XIX e anteriores; chegase-á a GENGHIS KHAN e até mesmo a SUN TZU, o autor do primeiro tratado conhecido da arte da guerra (490 A.C.), do qual os Alemães, Ingleses e Norte-americanos tanto se ocuparam anos atrás.

Tudo está em bem interpretar a curva e em não errar na extrapolação, como aconteceu aos Franceses com a sua doutrina defensiva e a linha MAGINOT ou aos Alemães que, nos seus cálculos, não quiseram contar com o espaço e a população dos Russos, a população e a capacidade industrial dos Norte-americanos e com o mar.

II — GRANDES MARCOS DA EVOLUÇÃO MILITAR HODIERNA

13 de Maio de 1940 e 7 de Dezembro de 1941 representam dois grandes marcos na evolução militar recente dos povos.

Poderíamos já acrescentar a estas a data 16 de Julho de 1945, quando, na base de ALAMOGORDO, NOVO MEXICO, um grupo de cientistas verificou que se rasgara o espesso veu que por séculos, encobria o misterioso mundo dos infinitamente pequenos? Aí fica a interrogação, por enquanto.

13 de Maio — O choque de um sistema militar, o Francês, espiritualmente evoluído, mas prática e realmente ligado aos preconceitos do tradicionalismo, com outro, o nazista, que evoluira livre e brusca-mente no sentido das condições impositivas, da guerra moderna — a guerra dos motores.

7 de Dezembro — O desabrochar e a expansão de um outro sistema, o Norte-americano, em que mais se acentuam, não apenas as características da *guerra total*, mas já as da *guerra universal*, em suas causas, meios e efeitos; e em que a utilização dos recursos de guerra não encontrou limites nem na qualidade nem na quantidade dos meios materiais e espirituais do universo. Na verdade, a rutura da frente DINANT-SEDAN, com a consequente derrocada das forças belgo-franco-britânicas, foi a grande prova do sistema bélico nazista, assim como o desastre de PEARL HARBOUR serviu para trazer à cena uma máquina de guerra de características até então insuspeitáveis — o Poder militar do TIO SAM.

O desenrolar dos seis anos de luta vai, além do mais, por em confronto: —

— *O sistema militar francês*, de estrutura prestigiada por velha tradição guerreira e pela vitória esmagadora de 1918;

— *O sistema militar do III REICH*, também apoiado em sólida tradição guerreira, de algum modo medieval, mas estruturado segundo concepção e normas revolucionadas pelo emprego maciço e violento da arma blindada e da aviação, emprego proporcionado por uma indústria de guerra preparada a longo prazo para um esforço instantâneo;

— *o sistema britânico*, peculiar à situação do Império e especialmente da GRÃ-BRETANHA, a sua esquadra, a sua capacidade industrial e as reservas inesgotáveis do COMMONWEALTH;

— *o sistema soviético*, em que o aparelhamento militar se enquadra dentro dos objetivos políticos, administrativos e econômicos da revolução, sempre em marcha;

— *o sistema nipônico*, com traços teocráticos e medievais, porém com o inquebrantável afã, premiado por um relativo êxito, de se emparelhar com os congêneres ocidentais, cuja experiência adapta ao fanatismo do povo;

— finalmente, *o sistema norte-americano*, montado à semelhança de verdadeira indústria, a que se pede exclusivamente eficiência, na qualidade do produto — a vitória, graças à mão de obra selecionada e especializada e à ferramenta que se torna condição essencial do êxito pela qualidade, fruto do espírito científico-inventivo, e pela quantidade esmagadora que saía de todos os lares, fazendas, fábricas e laboratórios.

Não tem cabimento aqui estudar minuciosamente esses sistemas, que, como sabemos, se adaptaram a guerras de várias finalidades, em teatros de operações diversos, correspondendo às condições geográficas, políticas, sociais e econômicas de cada um dos respectivos povos. Limitar-nos-emos a apreciar os aspectos mais modernos e mais comuns aos mesmos sistemas, para poder compreender o sentido e a curva de sua evolução.

III — O SEGREDO DA VITÓRIA ESTÁ NA ORGANIZAÇÃO

Já as guerras da segunda metade do século XIX haviam patenteado o grau de complexidade, em superfície e em profundidade, da organização na guerra. Dos planos elementares de campanha e de uma mobilização militar, unilateral, evoluir-se-á, contudo, quase bruscamente, no domínio das guerras totais do século XX, para uma preparação e organização para a guerra, as quais abrangerão todas as esferas de atividades da nação e que, em meticulosidade e espírito de previsão, alcançarão amplitude jamais suspeitada.

Às vésperas da Segunda Grande Guerra Mundial, algumas nações haviam estabelecido uma "Lei de Organização da Nação para o tempo de guerra". E, porém, de convir que só o III Reich, e, de algum modo, o Japão, haviam se lançado no caminho franco da organização total da guerra que preparavam. A Alemanha, a partir de 1932, se transforma, sob as vistas complacentes das outras nações, em uma grande máquina da nova guerra. Sob o domínio nazista, os projetos não se mantêm por muito tempo no estágio da pura concepção intelectual. A vontade traduz-se em atos metódicamente realizados em plano colossal. Todas as peças, todos os movimentos dessa grande máquina foram cuidadosamente preparados, e os atos sucessivos do grande drama se desenrolaram ao aceno de um encenador, que tirava partido do descuido e da fraqueza das outras nações. A máquina acabou falhando, com o tempo, ante o esforço demorado e maior do que lhe permitia a montagem. Mas não se pode deixar de reconhecer que foi um tipo quase completo de organização da guerra moderna.

A União Soviética vinha procurando seguir os passos da Alemanha, porém, ao que parece, a sua capacidade industrial e econômica não lhe facultava um grande avanço nessa via.

Arrastados à guerra, primeiro a Inglaterra e mais tarde os Estados Unidos da América do Norte, decidem, com vontade inquebrantável, organizar-se para a vitória. E deram exemplo que deverá ser seguido pelas outras nações daqui por diante. Será a primeira lição do passado recente e define a principal tendência das organizações militares hodiernas e do futuro esse característico da preparação e organização, levada ao mais alto grau de perfeição. Na concepção como na execução, só se buscava a *eficiência*, eficiência das organizações de combate, eficiência das indústrias de guerra e civis, eficiência do pessoal, eficiência do material.

O recrutamento, a seleção e a preparação do pessoal, com a aplicação integral do princípio — *homem-aptidão* — constitui talvez a maior vitória do sistema norte-americano. Essa aplicação orienta também a idéia da *especialização*, cada vez mais pronunciada, que deve dominar na constituição das forças armadas verdadeiros grupamentos de técnicos especializados de guerra.

O Gen. Marshall, no final do relatório do Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, correspondente ao biênio julho de 1943 a junho de 1945, bem assinala a importância do problema do potencial humano e aprecia os diferentes fatores que influíram na sua solução. Vale a pena ressaltar que tendo mobilizado 14 milhões de homens, o Exército dos Estados Unidos só teve em forma 90 divisões, enquanto a Alemanha alcançou 313, o Japão 120, a Itália 70, e a Rússia pretendia ter 550. A vantagem residia em que a capacidade combativa

dêsse pequeno número de divisões era integral e inalterável graças ao sistema de instrução e de substituição ou recompletamento e ao valor do armamento e do material. Sente-se a tendência de substituir o número, a massa, pela qualidade especializada. Só dêste modo será possível atender às exigências da luta no ar, no mar e na terra, com as imposições crescentes da vida, do transporte, do abastecimento e da produção.

Seleção dos homens, seleção dos comandos, seleção dos quadros, para todas as atividades, seleção dos grupamentos de operações e de serviço; organizações racionais e padronizadas; uma instrução intensiva e essencialmente objetiva, quer física, quer técnica, quer espiritual, numa designação permanente de todos os indivíduos da nação, de maneira que em qualquer momento todos tenham o seu posto de ação, eis o que se espera nas organizações para a guerra futura, em que os primeiros golpes poderão ser inesperados e esmagadores.

* * *

A guerra foi também ganha pelo aparelhamento material. Do mais aperfeiçoado avião-bombardeiro ou do encouraçado mais poderoso, à mais simples peça do equipamento individual, aos cuidados da alimentação e da higiene, nada foi poupado, com a preocupação de vencer sacrificando o menos possível a vida do combatente. A eficiência das organizações de combate residiu mais na qualidade e quantidade do armamento e do material de que eram providos do que propriamente no efetivo de cada uma.

À batalha da produção juntou-se a batalha das invenções de toda ordem.

Para o conjunto das operações como para a montagem de cada uma em particular, a logística serviu de base essencial à estratégia e à tática. O tempo aparentemente perdido para acumular meios, equipar as bases de operações, será recuperado pelo vigor do golpe desfechado e pela velocidade com que a operação será desenvolvida.

A necessidade de organização aumenta à medida que a guerra se prolonga. A experiência das campanhas proporciona ensinamentos que são logo aproveitados. O aperfeiçoamento do material; a recuperação e a manutenção do material utilizado; a manutenção e recuperação do pessoal; a busca incessante de engenhos novos de combate, exigem previsões ininterruptas, planos, medidas preparatórias, medidas de execução que visam preparar os meios para conseguir a vitória. Além de tudo, a técnica e a ciência, de mãos dadas, mantêm os espíritos em estado de alarma, ante as possibilidades dos novos meios de destruição.

Na possibilidade dos primeiros ataques serem inesperados e esmagadores, torna-se necessário que as forças armadas hodiernas possuam montada a organização nacional de guerra, pronta a ser posta

em ação instantaneamente. A repetição, não apenas de outro Pearl Harbour, mas de vários e tremendos outros Pearl Harbour talvez não permita uma longa preparação como aconteceu aos Estados Unidos da América.

IV — FUSÃO DAS FORÇAS ARMADAS E DO APARELHAMENTO CIENTÍFICO-INVENTIVO

Se as operações terrestres tiveram nesta guerra envergadura que ultrapassou a da Primeira guerra mundial, as que se processaram no ar e no mar não tiveram paralelo com as lutas anteriores. Talvez por determinismo geográfico, a Inglaterra e os Estados Unidos se especializaram no emprego dos meios aéreos e navais. A aviação tomou um desenvolvimento colossal, quer como meio de combate, quer como meio de transporte. A Marinha com o seu sistema de transporte em comboio, com a guerra submarina e anti-submarina, a guerra de superfície e os porta-aviões, realizou um esforço que nunca foi visto desde a aplicação da máquina a vapor.

Porém, longe de atuarem em quadros isolados, o que se viu foram as forças de terra, do mar e do ar procurarem se apoiar mutuamente, tanto no âmbito estratégico, como no tático. Daí as operações anfíbias, as operações mistas, as operações combinadas.

No teatro do Pacífico, onde se desenrolaram as primeiras operações na escala das futuras guerras, a aviação, a marinha, as tropas aéreo-terrestres, a infantaria, a artilharia e as invenções de guerra desempenharam nas operações combinadas, papel de grande relevância.

Nasce, assim, a tendência de considerar essas quatro forças e mesmo outras atividades, tais por exemplo, a política, a diplomacia, a educação, etc., como fazendo parte de um mesmo organismo, a que pretende conservar a designação de "Exército", mas que aqui chamaremos de Forças Armadas.

A distribuição dos recursos nacionais, a identidade ocasional de missões, a vantagem da cooperação, contribuirão de dia para dia no sentido de maior aproximação, mesmo unificação, dessas três armas, bem como dos meios de produção e de transporte, a que se juntará em futuro próximo o "Corpo de inventores de Guerra".

Mas é interessante observar que, com essa unificação, mais crescerá o papel da aviação e da marinha, principalmente nos países de grande extensão territorial e marítima. O exemplo dos ESTADOS UNIDOS serve para mostrar que o aumento dos poderes aéreo, marítimo e inventivo-científico, permite crescer com real economia o poder combativo das forças de terra. Tem-se a impressão de que a maior agressividade do material de combate permitirá economisar mais o elemento humano.

Não temos dúvida em afirmar que, principalmente os países de fraco potencial econômico devem dar prioridade à manutenção de uma aviação e de uma marinha fortes, bem aparelhadas e constantemente modernizadas. Elas lhes garantirão, pelo domínio do ar e do mar, a melhor cobertura para pôrem em situação de alerta as suas organizações de guerra. Por outro lado, bem aproveitadas elas serão instrumentos poderosos do seu desenvolvimento econômico-industrial. Sobre-tudo, se nos lembrarmos da voz profética de Kipling, referindo-se ao poderio aéreo: "Estamos no primeiro verso da primeira página do Capitulo das Possibilidades sem fim"; muito ainda há que contar com a aviação. Aviação, Aviação! Marinha, Marinha!...

Veremos, entretanto, que com essa prioridade não perdem a sua razão de ser e a sua importância as forças de terra.

V — A DIREÇÃO — O COMANDO — O ESTADO-MAIOR — ÓRGÃOS AUXILIARES

A complexidade da organização para a guerra, a concentração de meios e a coordenação de esforços acentuam a tendência, já referida no tempo de Napoleão, da maior importância e maior complexidade dos órgãos diretores da máquina militar — dos Estados-Maiores e órgãos auxiliares.

É sabido que para fazer funcionar essa máquina, como qualquer outra organização, preciso se torna investigar, prever, planejar, organizar, coordenar, comandar e verificar a execução. Daí a organização de um grupo de auxiliares, com funções especializadas mas tendo a finalidade capital de garantir a suave e eficiente coordenação de esforço de todos elementos da organização.

O desenvolvimento dos Estados-Maiores não se limitou e não se limitará às Grandes Unidades de tropa. Ele tomará vulto na organização dos Serviços e dos Comandos Supremos. Ele se adaptará não só à natureza da organização, mas também à natureza de operações e de serviços e também ao sistema pessoal do respectivo chefe. Ele se estenderá às organizações civis que concorrem para o esforço de guerra.

Mas por maior que seja a complexidade tudo deve ser orientado:

- pela concentração nos resultados alcançados
- pela coordenação de esforços
- pela descentralização de tarefas,

sem que se perca de vista o trabalho coletivo, em turma ou grupo. Convém assinalar o principal característico desta evolução. O sistema liberta o chefe de encargos materiais, para que ele possa concentrar-se no mais importante que é a direção de conjunto. O Chefe poderá ser, como dizia Liautey, o técnico das linhas gerais. Nas organizações de guerra, caracterizadas por um dinamismo invulgar, o comando não se

amarra ao gabinete. Ele não se esquece de que é o grande animador, o impulsionador do seu organismo. Exercerá, assim, funções positivas e vitais, orientando pessoalmente os subordinados, estimulando-os, inspecionando-os com frequência e avaliando a capacidade de cada um. Em regra, o chefe não se deixa ficar comodamente para trás. Deve ser um guia seguro, sempre na frente.

VI — PERMANÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES CLÁSSICAS MILITARES

Em meios pouco avisados há quem indague se a aparição das armas hodiernas de destruição tornam obsoletas as organizações militares clássicas e principalmente as de terra.

Há que considerar em primeiro lugar a certeza ou não do emprego da bomba de urânio ou de outros meios ainda mais modernos. É possível aceitar que as nações vacilarão, como fez Hitler, antes de empregar meios de tal violência.

Nesse caso, é preciso admitir que, sem deixar de estar preparada para o emprego dos meios moderníssimos, a guerra será feita com as organizações clássicas, naturalmente evoluídas, graças ao progresso constante da técnica.

Além disso, nada nos diz que os povos não sejam capazes de continuar resistindo mesmo após o aniquilamento dos grandes centros e de persistir no combate. O exemplo do Japão com Nagasaki e Hiroshima, não pode ser generalizado. Mesmo porque é preciso pensar nos processos que atenuarão os efeitos da bomba atômica (paradas científicas, cobertura aérea, dispersão das instalações terrestres vitais, abandono das grandes aglomerações, instalações subterrâneas, etc.).

Também se deve meditar que se os beligerantes não dispuzsem de forças clássicas organizadas e sim, apenas dos novos meios de destruição, ficariam na situação de duas fortalezas, colocadas face a face e que se limitassem a procurar destruir-se com os tiros dos seus canhões. No final será sempre preciso que uma guarnição tome pé na praça adversa, por meio do assalto. De qualquer maneira, e isso é importante, qualquer que seja o meio por que se conquista, será sempre indispensável ocupar e essa noção justifica a necessidade das organizações militares clássicas. Para mostrar a persistência de meios clássicos, basta citar que, apesar do progresso dos meios de destruição, o corpo a corpo e a baioneta não foram riscados dos atos do soldado e que nesta luta mundial teve recrudescimento notável a "pequena guerra" com "a guerrilha" modernizada (empregada na China, na Rússia, na França, mesmo como meio de proteção da retaguarda).

VII — ORGANIZAÇÃO MILITAR DO TEMPO DE PAZ

O panorama traçado pelo General George Marshall, a voz mais autorizada para doutrinar neste assunto, nas conclusões do Relatório, sobre a Vitória da Guerra na Europa e no Pacífico, constitui a melhor diretriz para a organização militar do tempo de paz.

Ao contrário do que se pode pensar, a guerra das máquinas, a guerra técnico-científica não elimina a necessidade de homens na guerra. Com as máquinas aumenta o número de homens interessados e utilizados no seu emprego. Haja vista as Forças Aéreas, cujo desenvolvimento tecnológico foi maior do que o das outras e que exigiu milhões de homens para cumprir a missão. Cada B-29 que voou sobre o Japão dependeu do esforço de 12 oficiais e 73 soldados utilizados na zona imediata do combate. O número de homens envolvido no lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima foi vultoso. Havia a manutenção da base das Marianas de onde partiu o avião, para a qual foram empregados milhares de navios, milhões de toneladas de suprimento e o heróico esforço de centenas de milhares de homens. A própria utilização do B-29 e a sua escolta exigiram milhares de horas de preparação e de instrução nos Estados Unidos e as energias de centenas de milhares de homens.

Se todos os homens úteis devem ser aproveitados na guerra, como a experiência prova, é de convir que o sistema militar de paz permita a utilização desses homens em prazo curto, para corresponder à instantaneidade das ações do futuro.

Por isso, o General Marshall bate-se por um sistema de Instrução Militar Universal — que não é o antigo Serviço Militar Universal — por meio do qual todo o cidadão se prepara para uma determinada tarefa em caso de guerra.

Esse sistema que visa reduzir a Força Permanente, tem a vantagem de corresponder à capacidade da economia do tempo de paz e de atender aos anseios democráticos dos povos civilizados. É sobre essa base que deve ser constituída a Força Permanente.

Sabemos que a constituição desta, em forças de terra, do ar, do mar e de técnico-cientistas, visa obter o máximo de segurança com o mínimo de dispêndio em homens e material. Mas por outro lado ela deve ser de eficiência absoluta para opôr-se instantaneamente aos ataques relâmpagos dos projéteis ainda não sonhados e de forças não esperadas, até que os outros recursos nacionais possam entrar em ação.

Essa missão principal exige que semelhante Força seja constituída de formação em pé de guerra, vivendo, fora dos quartéis, em campos de instrução e, portanto, completamente libertadas das tarefas rotineiras do tempo de paz e da vida de guarnição. Pensa-se em fazer dessa

fôrça uma fôrça profissional, constituída de homens especialistas e especializados, engajados por longo tempo. E', de algum modo, a velha idéia de "l'Armée du metier" do Gen. De Gaulle. Aliás é o que já acontece, em parte, com a Marinha e a Aeronáutica, onde o caráter técnico impôs um longo tempo de serviço.

Além desses elementos, a Fôrça Permanente deve poder:

- dispor de órgãos de alto comando e administração; de tôdas as escolas e centros de instrução, desde a Escola Superior de Segurança Nacional, até ao mais elementar centro de formação de Especialistas;

- dispor de órgãos especiais de treinamento da reserva, de maneira a preparar o cidadão-soldado para a tarefa que lhe couber na segurança da Nação; serão os grandes centros de recrutamento, seleção e treinamento que prepararão, sobre tudo, quadros, especialistas e homens para a Fôrça Permanente e, de algum modo, para as organizações civis;

- dispor de órgãos para recrutamento, seleção de todo o elemento humano, de maneira a poder orientá-lo e distribuí-lo, quer para as atividades propriamente militares, quer para as necessidades das indústrias e de outros serviços públicos.

Ao lado desta Fôrça permanente irá se formando a Fôrça Armada de Cidadãos, como uma organização original, visando dar ao Serviço Nacional uma amplitude que ainda não foi antevista até aqui. Essa Fôrça armada será talvez uma Reserva organizada, não apenas uma Reserva Militar, mas uma Reserva que abrangerá tanto as atividades militares como tôdas as outras atividades do país. Por esse meio a Nação se prepara não só para o campo de batalha; ela deve estar pronta também para viver fora desse campo, na retaguarda e no interior. Será, assim, muito diferente essa preparação de reservistas, como a que se tem processado até aqui. Em vez do simples soldado, que se formava sem utilidade futura, busca-se o militar especializado ou mesmo um civil especializado para a guerra. Além disso, essa preparação deve ser entrozada com a preparação do cidadão para a sua vida civil.

Nos Estados Unidos, essa formação da Fôrça Armada de cidadãos é facilitada pela sua tradicional Guarda Nacional.

Nós também tivemos a Guarda Nacional. Nunca poderão ser esquecidos os serviços que prestou nas guerras do Sul. A nossa cavalaria era da Guarda Nacional e na guerra do Paraguai foram notáveis os seus chefes.

Na República, transformada em arma política, ela se ridicularizou, porém nada impede que ela retome o antigo prestígio e se restabeleça a tradição que já vinha das "milícias" dos tempos coloniais.

Desse modo, dá-se maior amplitude ao Serviço Nacional obrigatório, que assumirá aspecto verdadeiramente democrático e, ao mesmo tempo, não se tolherá a liberdade do cidadão por longo tempo.

Haverá, assim, três graus de diferenciação na Força Armada (5 escalões):

- a Força Permanente de emprego imediato;
- elementos de comando e de instrução (comando, estado-maior, escolas e serviços), também permanentes, de algum modo;

- a Reserva organizada e instruída.

Porém, de qualquer maneira, é fundamental:

a) — que a Força Permanente, na sua quase totalidade, seja de emprego imediato ;

b) — que a Reserva tenha uma organização completa e em dia e uma instrução adequada às condições da guerra e à natureza das diferentes tarefas que lhe incumbirão.

VIII — AS FORÇAS ARMADAS NO CAMPO SOCIAL

A expressão Exército ou Força Armada de cidadãos desperta a atenção para o problema social na contestura da Força Armada.

Nos países adiantados, o cidadão toma parte ativa nos atos do poder e da vida pública. Interessa-se pelos problemas da segurança; quer e precisa ser ouvido. Sua opinião deve ser considerada para o perfeito entendimento da Nação e a Força Armada.

A participação consciente do cidadão nas responsabilidades da segurança nacional, por outro lado, cria situações novas, que precisam ser apreciadas principalmente nos países de desenvolvimento social precário. Aí a autoridade, a subordinação e a disciplina devem ser encaradas sob fundo humano e social. A confiança recíproca de chefes e subordinados deve repousar na justiça e em assistência moral e material eficiente. O cidadão-soldado precisará ter padrão de tratamento consoante ao seu sacrifício.

O velho chavão de que “o soldado é superior ao tempo” tem hoje outra compreensão. O soldado deve saber enfrentar o esforço, o desconforto, o sacrifício, quando necessário, mas justamente por isso seu organismo e o seu moral devem estar preparados e defendidos pelo bom tratamento. Longe de ser visto como um pária, deverá, como deram exemplo as Forças Armadas dos Estados Unidos, merecer da Nação o melhor tratamento possível. Não foram apenas os soldados bem armados e bem instruídos que venceram a guerra. Foram também os melhor tratados, melhor fardados, melhor alimentados e melhor amparados no ponto de vista moral.

Além de tudo não nos esqueçamos — mesmo porque ouvimos isto constantemente — “as forças armadas são instrumento de aperfeiçoamento social; mas se a disciplina não for humana e não houver assis-

tência pessoal, elas transformar-se-ão em instrumento de desagregação social".

Por isso, nas tendências hodeirnas é preciso não descurar do aspecto moral e social das Fôrças Armadas, ou melhor, da Nação.

Não nos esqueçamos. Quaisquer que sejam os progressos da técnica, a vitória é fruto da vontade e da moral humana.

Ainda é a fôrça moral que decide a vitória.

Vamos terminar. Pretendemos esboçar algumas tendências das organizações militares dos tempos novos. Elas se enquadram na curva da evolução da arte da guerra, apesar do engenho humano ter dado razão, nestes últimos tempos, a Julio Verne e a Wells.

De tôdas essas tendências, a que mais importa é a da concentração de todos os recursos humanos para obter-se a vitória na guerra e também para buscar a felicidade humana, na paz.

**COMPANHIA
NACIONAL
DE
PAPEL**

Rua Souza Barros, 450

Rio de Janeiro

TELEF. 29-0070

Engenho Novo

UMA MEDIDA PATRIÓTICA

Major FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINE

Ao findar-se o ano de instrução de 1945 na guarnição de Santa Maria, sede do Q.G. da extinta I.D./3, tomou o Gen. Lott, que, com energia, dedicação absoluta aos árduos deveres de seu cargo e elevado espírito de camaradagem, virtude militar nem sempre bem usada por muitos, uma medida que, a nosso vêr deveria tornar-se regulamentar.

Nos últimos dias de serviço da turma dos conscritos de 1945 do 7.º Regimento de Infantaria, os quais em alta percentagem eram oriundos da lavoura, o Gen. Lott conseguiu que o engenheiro agrônomo prof. dr. Antônio de Andrade Ribas, fizesse palestras ilustradas, à altura do entendimento daqueles nossos rudes patricios, sobre assuntos de suas atividades na vida agrícola.

Assim, foi desenvolvido o seguinte programa:

- 1 — Formação do solo:
Solo arável: ativo — inerte — sub-solo.
Classificação dos terrenos.
Parte orgânica do solo.
A água e o papel dos microorganismos no solo.
- 2 — Composição das terras:
Material agrário; descrição do material empregado pelo agricultor, desde a máquina que revolve a terra, que destorrrôa, que semeia, que assiste o crescimento da planta, que colhe, que separa o grão e seca, e o resultado advindo do seu perfeito emprêgo.
- 3 — Preparo do solo — Teorias modernas sobre a aplicação do arado de aiveca.
- 4 — Conservação do material agrário:
Ministério da Agricultura; Registro de Lavradores e Criadores — Auxílio prestado aos agricultores.
- 5 — Erosão: Causas e meios de evitá-la.
- 6 — Planta: Noção de como as plantas retiram do solo os sais nutritivos e como os elaboram.
- 7 — Adubos e sua classificação — Estrumeiras:
Adubação verde.
Rotação ou afolhamento.

8 — Sementes: Papel da semente — Como se pratica a seleção e suas vantagens:

Curas das sementes: Vantagens do tratamento preventivo.
Rápida exposição dos inimigos das plantas que temos que combater.

A palestra inaugural foi honrada com a presença daquele chefe e do Cmt. do Regimento.

Essa iniciativa do Gen. Lott, embora não pareça, produziu seus frutos, tendo o professor Ribas, meses após, quando em viagem, a serviço de sua profissão, pelo interior dos municípios de Santa Maria e São Gabriel, sido reconhecido por diversos lavoureiros que, já na vida civil, fizeram referências agradecidas ao General e a sua senhoria.

Oxalá que tais iniciativas tivessem imitadores.

Essas medidas precisam ser divulgadas para conhecimento geral. Inefelizmente porém, esse conhecimento não chegará aos olhos nem aos ouvidos da enorme chusma de politiqueiros que infestam as avenidas dos grandes centros, locupletando-se com dinheiros que recebem do tesouro e de outras fontes, e que dos agricultores, operários, marinhheiros e soldados, só se lembram para dêles se servirem como "bois de carga".

Iniciativas destas elevam o Exército aos olhos do Povo, e são de fato úteis ao progresso do Brasil.

Aviso aos Colaboradores

O pagamento dos artigos publicados será feito às quartas-feiras às 17 horas, em nossa sede, pelo Tesoureiro.

Aos companheiros das Forças Armadas e às autoridades militares

"A DEFESA NACIONAL"

Maj. JOSÉ HORÁCIO GARCIA

Não pertencíamos à Diretoria desta Revista, nem nos foi encomendado este trabalho quando o escrevemos, — isto é necessário que fique desde logo perfeitamente esclarecido; entretanto, nêle nos empenhamos com o firme propósito de mostrar *que implicitamente todos nós do Exército temos uma certa responsabilidade na vida decente desta revista.*

São bem nossas conhecidas as revistas militares de quase todas as repúblicas sulamericanas e delas particularmente se salientam as do Chile, Venezuela, Uruguai e Argentina, não só pela matéria que publicam, como por sua apresentação material, particularmente formato e qualidade do papel.

Era comum há seis meses atrás, quando esta revista se apresentava em piores condições, ouvir-se de nossos companheiros, segurando-a com desdém, o seguinte: "o nosso Exército é um dos maiores da América do Sul e eis aqui seu único órgão de publicidade, vejam a qualidade deste papel, vejam a impressão, vejam estes clichês, etc."

Estas críticas eram ouvidas a cada momento, em Belém, aqui no Rio e no Rio Grande do Sul.

Já são incontáveis os apêlos da sua Diretoria ao Exército e a todos quantos suas publicações possam interessar; pela sucessão destes apêlos, avaliamos que eles não têm encontrado eco nos meios a que se destinam.

E' um ato rudimentar de cooperação ser assinante desta Revista, pois não há outra que reuna a uma linha de conduta impecável, uma persistência no esforço comparável. Esta persistência no esforço revela que ela está ligada, intimamente ligada, a algum elemento permanente cuja cultura é o espirito que a mantém com vida, — como seja a tradição do nosso corpo de quadros permanentes.

Bem sabemos as batalhas que a "Defesa" tem vencido por sua subsistência condigna, as manobras acrobáticas que seus dirigentes têm engendrado dentro dos limitados recursos de que dispõem...

Se há quem pense no auxilio oficial que a Revista recebe do Ministério da Guerra e dêste modo justifique a própria abstenção na cooperação, nos adiantamos a informar que este auxilio é infimo,

pois não cobre as despesas com um número, quando 12 são os publicados por ano.

Se há quem queira dizer que um grupo de camaradas se locupleta com as rendas, com certeza a "Defesa" põe seus livros à disposição de quantos desejarem investigar.

A cooperação e apoio que faltam dos companheiros e das autoridades, ambos responsáveis pela cultura do Exército, chegarão, temos certeza, um dia, quando meditarem sobre o pouco que se lhe pede e o muito que se lhe quer dar.

"A Defesa" tem sempre suas portas abertas a todos, e uma tribuna donde se pode dizer tudo que nos achamos com direito a dizer: todos os problemas das Forças Armadas nas suas páginas podem e devem ser discutidos; a "Defesa" leva idéias de um ponto a outro do País, é o único órgão público que permite o intercâmbio de idéias no seio das classes armadas; a "Defesa" é lida em toda a América, particularmente na América Espanhola, onde entendem perfeitamente o português escrito; no Exército Americano a nossa revista já penetrou, e é hábito os aprendizes de português nela praticarem a leitura; a "Military Review", a melhor revista militar americana tem transcrito trabalhos nossos; a "Defesa" procura por todos os meios ser útil aos membros das forças armadas que servem fora do Rio, culpa não lhe cabe se dela não se ocupam; possui um serviço que atende qualquer encomenda do interior com presteza e abatimento nos preços; se seu serviço de distribuição da revista tem apresentado falhas, a culpa cabe unicamente a nós, a nossos companheiros que quando transferidos esquecem de comunicar suas novas residências.

A "Defesa" é propriedade de uma Cooperativa que vive das ações que vendeu, das percentagens que recebe de seus consignatários de livros e particularmente dos anúncios que publica.

Ultimamente, tudo tem encarecido e um número da revista que se fazia por 5.000 cruzeiros, é feito hoje por 12.000; a venda de livros sofreu uma verdadeira "panne" pois além da mudança de ponto de interesse, Francês para Americano, houve uma retração nas compras proveniente da crise geral e da alta dos preços dos livros.

Hão de perguntar, — como poderemos cooperar? — E nós vos responderemos:

- sendo assinante da revista;
- ou acionista da Cooperativa (que distribui dividendos);
- adquirindo livros e outros objetos por seu intermédio;
- interessando-vos pela distribuição e divulgação da Revista;
- etc.

Não compreendemos como em um momento de transição como o que estamos vivendo e como o que está vivendo particularmente o nosso Exército não haja um aumento de interesse em torno destes assuntos ligados diretamente à guerra.

A qualidade da matéria publicada por esta Revista é de "última moda", nada há mais moderno nem mais selecionado; este não pode ser o motivo alegado para não tê-la. Sua matéria interessa a todos

- futuros alunos da E.A.O.
- candidatos à E.E.M.
- cmts. de unidades

possui informações sobre atos administrativos, sobre as últimas boas publicações...

Estamos convencidos de que se todos os camaradas atendessem a este apêlo geral e prático, podiam os dirigentes da Cooperativa, além de apresentar uma Revista que melhor honrasse nossas Forças Armadas, ampliar seu quadro de ação, por exemplo, adquirindo uma oficina tipográfica, na qual poderiam não só imprimir a revista, como livros que edita, isto com grande economia, que reverteria em benefício dos próprios acionistas; poderiam estabelecer um serviço encarregado da reprodução imediata e remessa aos interessados das notas da EAO, o que seria de grandes vantagens não só aos oficiais futuros-alunos como aos que já tivessem o curso e particularmente ao ensino pela divulgação de notas excelentes como são estas a que nos referimos.

Quanto às autoridades poderiam cooperar de vários modos:

- permitindo os descontos em folha;
- dando uma subvenção que represente realmente um auxílio prático;
- permitindo à Cooperativa imprimir regulamentos;
- encarregando-a de alguns trabalhos de tradução e publicação de interesse geral.

Os processos, como vêm, não faltam; o que é preciso é que os camaradas que ontem trabalharam com os da "Defesa", os tenentes hoje coroneis e generais, em lugares donde podem sem favor dar a mão à "Defesa", não fechem os olhos e não se façam surdos a estes apêlos, mas sim meditem um pouco sobre os serviços das revista que há 33 anos luta por um Exército melhor sob a direção de grupos de companheiros que a miude se sucedem, cujas vantagens pecuniárias recebidas não equivalem ao acréscimo de horas de trabalhos que somam às de suas funções normais.

Ai fica o nosso apêlo, o apêlo de um camarada que nenhum interesse possui na revista a não ser este que procurou mostrar:

"A DEFESA NACIONAL", POR SER UM ÓRGÃO DE PUBLICIDADE TRADICIONAL DO EXÉRCITO E DAS FORÇAS ARMADAS, POR SUA LINHA DE AÇÃO INFLEXÍVEL, PELOS SERVIÇOS QUE TEM PRESTADO À CULTURA MILITAR, DEVE MERECEER A COOPERAÇÃO DOS COMPANHEIROS E O AUXÍLIO PRÁTICO DAS AUTORIDADES MILITARES.

A ARTE DE COMANDAR

Os artigos que sob este título, pretendemos publicar durante o corrente ano, nesta Revista, foram traduzidos, adaptados e condensados do livro: "Leadership" — for American Army Leaders — by Colonel Edward Lyman Mondon.

Dedicamos este trabalho aos cadetes da Escola Militar de Rezende.

Capitão NILTON FREIXINHO

O OBJETIVO DA OBRA

Os princípios discutidos nas páginas deste livro interessam de um modo geral aos "CHEFES" de todos escalões, porém são dedicados particularmente aos oficiais.

Não é um livro para ser lido de um só fôlego e depois jogado numa estante e esquecido, como se nada de real valor possuísse.

Foi escrito para ser manuseado de tempos em tempos, como se fôsse um manual prático para os problemas da Arte de Comandar, que surgem a cada passo, para aqueles que Comandam.

É um tipo de livro, que pretende ser um espelho para aqueles momentos frequentes de *auto-análise* e *introspecção*, que tanto caracterizam os CHEFES.

A ARTE DE COMANDAR PODE SER ADQUIRIDA

O sucesso da ação de comando implica na aplicação das qualidades do caráter e da inteligência do CHEFE.

A vitória do CHEFE é também função da vontade de obedecer e de cooperar, por parte dos subordinados.

A verdadeira disciplina se relaciona com os desejos e estados mentais de indivíduos e grupos. ESTADO MENTAL, cai naturalmente, sob o campo da MORAL.

A ação de comando e a Moral não são sinônimos, ainda que sejam inseparáveis como partes componentes de um circuito elétrico.

A força MORAL é semelhante à corrente — a poderosa força eletromotriz — e a ação de comando é como o condutor que guia e transmite aquela força ao motor. Em consequência o estado ou qualidade do MORAL existente numa tropa é diretamente proporcional à qualidade do condutor ou CHEFE.

Chegamos assim ao ponto básico desta obra: *a arte de comandar pode ser adquirida.*

A teoria de que os chefes já nascem chefes e não podem ser formados é o adágio do derrotista.

O conhecimento dos fatores que produzem a *fôrça moral*, um dos elementos vitais da Arte de Comandar, pode ser adquirido por todo homem de inteligência razoável e de força de vontade, não importando o quanto inexperiente possa ser ou o grau de cultura já atingido, para começar a aprender, os problemas práticos da ARTE DE COMANDAR.

Desde que a FÔRÇA MORAL é um estado mental, um estado psicológico, o *conhecimento prático das leis que governam a conduta humana* é essencial ao seu desenvolvimento e à sua manutenção. (*)

O estudo do lado teórico, nebuloso e abstrato da psicologia é desnecessário no momento, embora qualquer conhecimento sobre o assunto que um Chefe possa ter, *lhe seja de grande vantagem nas suas relações com a tropa.*

Porém se um Chefe apenas conhece os princípios básicos que controlam a conduta humana, se já percebeu *que a maioria dos homens reage em canais fixos e definidos sob um dado estímulo ou influência*, se pode aplicar este conhecimento com argúcia aos problemas de comando, estará de posse da FERRAMENTA BÁSICA para conduzir a tropa.

Na verdade alguns homens (são raros), possuem um conhecimento instintivo ou melhor intuitivo da natureza humana. Estes são os CHEFES INATOS.

E para aqueles que não possuem este "*dom*" e que desejam ou precisam tornar-se Chefes, qual o caminho a seguir? Dois caminhos se lhes deparam: a experiência e o estudo combinado com a experiência.

O primeiro, isto é, o aprendizado pela experiência, que não passa de um método de tentativas, acertando hoje e errando amanhã, é perigoso. Durante a paz carece de muito tempo para formar o chefe e mesmo assim com muitos defeitos, com raras exceções. Na batalha, o sacrifício inútil das vidas dos comandados será quase sempre o preço deste método experimental, para formação de Chefes.

Vejamos o outro processo: o estudo combinado com a experiência e completado por larga meditação e observação dos fatores que determinam a conduta humana.

(*) — O cap. Otávio Alves Velho em seu ensaio "Psicologia, Recrutamento e Instrução", bem como o capitão Fernando Alah Moreira Barbosa em artigo intitulado "A Formação Profissional do Oficial", já preconizaram a instituição na Escola Militar de Rezende de uma cadeira para o estudo da Psicologia e da Sociologia. — (Nota do tradutor).

O que se tem feito no mundo para incentivar este método de formação de Chefes?

Quase nada. O ensino científico da ARTE DE COMANDAR, se podemos assim falar, só agora começa a nascer com o desenvolvimento da educação.

Com poucas e notáveis exceções, as publicações úteis referentes ao assunto, são baseadas quase unicamente sobre as experiências individuais dos autores. Ilustrando como os Chefes felizes se conduziram em certas situações, contendo uma lista pessoal do autor de "faça isto e não faça aquilo", estes livros têm sido de grande valor para os jovens oficiais ávidos de uma documentação que lhes ensine, pelo menos, os primeiros passos desta tão falada ARTE DE COMANDAR.

Mas, os autores acima referidos exploram antes os resultados do que o fato científico em si; aliás eles são os primeiros a reconhecer que, o que é alimento para um homem, para outro talvez seja veneno.

Admitem também que duas situações em campanha possam ser exatamente semelhantes, mas que a *variação das personalidades dos indivíduos e dos grupos envolvidos, quer amigos quer inimigos, determinam decisões completamente diferentes para cada caso.*

Os elementos da ARTE DE COMANDAR discutidos nesta obra, serão portanto baseados em sólidas premissas psicológicas. Estes princípios psicológicos existem, porém, donde emanam e porque existem não nos interessa, tendo em vista nosso objetivo. Serão aqui estudados e aplicados sob o ponto de vista de seus resultados e não de suas origens.

AGUARDEM NO PRÓXIMO NÚMERO:

- A ATITUDE DO CHEFE PERANTE SEUS COMANDADOS.
- A LINGUAGEM DO CHEFE NAS SUAS RELAÇÕES COM OS SUBORDINADOS.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA MILITAR

"O planejar dêste post-guerra não é tão tranquilizador quanto o poderia ser, porque o pensamento da maioria dos nossos líderes políticos está ainda tão longe da realidade geográfica quanto Mackinder disse que eles se encontravam após 1918".

(George T. Renner)

"Mackinder (um dos mais reputados geógrafos mundiais) mostrou, há vinte e cinco anos que qualquer contrato mundial baseado no poder marítimo anglo-americano poderia ser anulado por um domínio terrestre do continente afro-eurásico. Hoje o poder aéreo que não encontra obstáculo nas zonas geladas do polo Artico, torna essa verdade mais palpitante".

(George T. Renner)

A História Militar e o Preparo Profissional dos Oficiais

Major OMAR EMIR CHAVES,
Instrutor Adjunto da E. E. M.

I — FINALIDADE

Desde que ingressamos na vida militar, temos sempre ouvido falar da necessidade do estudo da História Militar, como condição indispensável ao oficial no bom desempenho da função, seja para a habilitação aos diferentes postos de hierarquia, seja para conduzir operações no caso real de uma guerra.

Indiscutivelmente constitui hoje em dia ponto incontrovertido a assertiva de que ninguém poderá ser um bom profissional sem o estudo constante da História Militar, leia embora, ao seu melhor paladar, as guerras perso-gregas-romanas, os feitos de Gustavo Adolfo, Condé, Turenne ou Frederico, ou ainda as Campanhas Napoleônicas, a Guerra da Secessão, a primeira Guerra Mundial, fatos recentes do último conflito que avassalou todos os continentes.

Sinceramente somos daqueles que não discutem da necessidade dos conhecimentos da História Militar para a formação intelectual do oficial. Esses conhecimentos em todas as idades e segundo o próprio testemunho de cada um, iluminaram os grandes capitães que se



projetaram no passado e até mesmo aqueles que no presente dão luz e calor às organizações militares hodiernas.

Vejam alguns exemplos, para bem esclarecer o que dissemos:

- FREDERICO DA PRÚSSIA — “Não obstante ser o estudo da História próprio para os príncipes, êle não é menos útil aos plebeus. E’ o encadeamento dos acontecimentos de todos os séculos até os nossos dias. O homem de leis, o político, o *guerreiro*, que têm recorrido a ella, aprenderam a conexão que as cousas presentes têm com as cousas passadas...; êles adquiriram uma experiência prematura”.
- NAPOLEÃO — “Lêde e relêde as campanhas de Alexandre, Anibal, Cesar, Gustavo Adolfo, Turenne, o Príncipe Eugênio, Frederico e modelai-vos nelas. Eis aí o único meio de chegar a ser um grande capitão, e de surpreender os segredos da Arte da Guerra”.
- CLAUSEWITZ — “Os exemplos históricos esclarecem tudo e constituem prova convincente nas ciências experimentais. Isto é applicável, melhor que em qualquer outro assunto, na Arte da Guerra”.
- MOLTKE — “Os melhores ensinamentos para o futuro se encontram nas lições do passado”.
- VON SCHLIEFFEN — “Diante de qualquer official que deseje ser um grande capitão, há um livro aberto, intitulado História da Guerra. Reconheço que sua leitura nem sempre é interessante ou divertida... não obstante, devido a ella consegue-se descobrir muitos feitos...”
- FOCH — “Estudemos os fatos que a História nos oferece para comprehender os complexos fenômenos da guerra...”
- HINDENBURG — “Não há outro mestre melhor para a condução dos exércitos, que a História das Guerras”.
- WAVELL — “Quando estiverdes estudando história militar não deveis ler tratados sobre estratégia ou princípios da guerra. Lêde biografias, memórias... Tirai de tudo isso a carne e o sangue, e não apenas o esqueleto”.

Como vemos, todos têm sido unânimes em afirmar que buscam nas realizações estratégicas de Alexandre, César, Condé ou Turenne e nas combinações táticas de Epaminondas, Anibal, Gustavo

Adolfo, Frederico ou Napoleão, a sua maneira de operar, o seu modo de agir.

Bonaparte foi pródigo em lembrar as lições dos Generais do passado, como inspiradoras da sua arte.

Nenhum porém, que saibamos, até agora precisou como devem ser adquiridos os conhecimentos históricos de maneira que resultem numa real melhoria dos conhecimentos profissionais do oficial, colocando-o consequentemente em condições favoráveis para decidir ou executar.

Impõe-se assim estabelecer com nitidez o que se pretende do militar em face do conhecimento do fato histórico tomado isoladamente, ou na sequência evolutiva dos acontecimentos que se relacionam com o preparo ou execução da guerra.

Por vezes pensávamos que melhor conviria termos um dilatado conhecimento de ocorrências e personagens, através de numerosa bibliografia, afim de que a cada instante tivéssemos o crâneo martelado pela lembrança do nome de um Grande General ou de um feito valeroso, ocorrido em determinada região, no dia qual e no ano tal; enfim, num requinte de erudição, traduzir todo o estudado numa efeméride que bem poderia servir para uma entrevista jornalística, uma sessão solene, ou uma ordem do dia em data festiva.

Outras vezes ficávamos inclinados a supor que melhor seria estudarmos os fatos históricos procurando fixar, com exatidão, as situações e as manobras, como quem estuda finais de partidas enxadrísticas, para em condições semelhantes aplicá-las nas situações futuras, quando o quadro geral ou particular se repetir. Para tanto impunha-se-nos ter de memória ou no "memento", uma infinidade de situações e soluções e no momento julgado oportuno superpô-las à situação real para então decidir a manobra.

Por mais que queiramos aceitar qualquer das sugestões feitas, de logo repelimo-las por fátua a primeira e irrealizável a segunda.

Por muito que penetrássemos no âmago dos nossos regulamentos e publicações outras, em busca da solução oficial do problema, jámais pudemos estabelecer para a História Militar face ao preparo profissional do oficial uma finalidade que satisfizesse aos anseios de estudioso desses assuntos, pelo próprio dever do ofício.

As nossas atividades impuzeram-nos obter uma solução para o problema e assim sendo, para fugirmos à ignorância e inutilidade do esforço dispendido, adotamos uma finalidade para o estudo da História Militar, como participante da formação cultural dos quadros no Exército, tendo em vista sobretudo estabelecer a sua utilidade, o seu estudo e o seu aprendizado, bem como a posição que deve ocupar em relação à Tática e à Estratégia.

São essas idéias e observações que vamos procurar aqui mostrar aos nossos camaradas, afim de que possam dispôr de mais um ele-

mento no estabelecimento da verdadeira posição da História Militar na formação intelectual do Oficial.

* * *

Realmente, à medida que a humanidade progride no caminho luminoso das ciências e quando já a metafísica não existe e a religião vai tendo o seu campo do sobrenatural cada vez mais restringido, a guerra perdeu também o aspecto puramente artístico para, pela dedução de leis e princípios servidos por uma técnica cada vez mais especializada, penetrar nos umbrais do grande pórtico das ciências aplicadas.

Assim sendo, sem excluirmos a parte interpretativa e temperamental do problema, condizente com a equação pessoal do Chefe em todos os escalões da hierarquia e que lhe empresta um cunho artístico, cada vez mais restrito no âmbito da Estratégia e particularmente da Tática, somos levados a considerar que nos dias de hoje, em presença da execução da guerra moderna, a decisão do Chefe induzida aprioristicamente em função das suas reacções pessoais, sofre uma adaptação indiscutível às possibilidades do inimigo considerado no seu potencial material sobretudo, e à natureza dos próprios meios a empregar, condicionado portanto às regras de emprêgo para a combinação dos meios, dos esforços e das direcções.

A mecanização dos Exércitos e a Guerra Total tornaram por tal forma complexo o problema da guerra, que impossível será a um Chefe decidir acertadamente, desde que não subordine a sua decisão às possibilidades dos seus meios e às regras do emprego deles. Mesmo as linhas gerais da sua manobra devem ficar subordinadas a leis e princípios que condicionam a sua idéia de execução aos modos e meios de ação e às condições indispensáveis ao asseguramento da vitória.

Assim, desde logo vemos que essas leis e princípios directores da conduta do Chefe, formam um Corpo de Doutrina, servido por uma técnica, regras de emprego, sem a qual será impraticável o uso das diferentes organizações e materiais.

Necessário porém se torna, para que o quadro se complete e possamos apresentar as características científicas do que se tem chamado até hoje de "Arte da Guerra", que se lhe ponham à disposição processos de investigação capazes de pesquisar novas leis e regras e atestar a veracidade das já adotadas.

Desde logo dois caminhos se nos apresentam que se completam e se conjugam, tendo em vista a natureza do fenómeno bélico, e é na História Militar que vamos encontrá-los.

- 1.º — MÉTODO HISTÓRICO COMPARATIVO (EVOLUTIVO) — que visa por um estudo comparativo dos processos de emprego, dos meios e das organizações, no quadro geral do fenómeno militar, estabelecer a cada instante a constância dos princípios, na variação do tempo e do espaço.
- 2.º — MÉTODO HISTÓRICO ANALÍTICO (EXPERIMENTAL) — que examina cada caso particular, considerados o maior número possível de fatores que concorreram, por forma a concluir dos princípios e regras que foram aplicados, as falhas e os acertos, suas causas e seus efeitos.

Como podemos vêr, uma condição se impõe e consiste no uso de um método que discipline e sistematize as orientações referidas, de maneira a produzir os efeitos desejados nas pesquisas e verificações realizadas, bem como nas aplicações futuras.

Assim, encontramos agora uma finalidade para o estudo da História Militar, como sendo o meio que justifica a Doutrina e explica a Tática, na "Arte" da Guerra.

Como já tivemos oportunidade de dizer alhures, a História Militar constitui para nós um meio, com o auxílio do qual realizamos investigações que nos permitirão estabelecer um Corpo de Doutrina e uma técnica especializada para o emprego das organizações e do armamento.

Para o oficial portanto, o estudo da História Militar exige além dos conhecimentos históricos e correlatos, o uso de um método que o conduza, mediante o processo melhor condizente com o seu temperamento, a conclusões construtiva, seja na comparação sucessiva dos fatos, seja no exame do caso vivido, sem forçar a adaptação do quadro a uma determinada conclusão, pelo emprego de um malabarismo mental.

De qualquer forma porém, impõe-se um método para o estudo da História Militar, tendo em vista comparar os ensinamentos colhidos pelo método histórico analítico, na variação do tempo, por forma a comprovar princípios e regras. Como em qualquer processo científico de investigação, não nos poderemos furtar à análise do fato proposto para, isolando os elementos componentes, poderemos concluir da participação de cada um no fenómeno. Esse mesmo método que nos leva a concluir da análise do caso vivido, nos conduz a induzir pela síntese dos fatores da decisão — Método de Raciocínio — quando procuramos solucionar o problema da guerra. Assim fazemos indutivamente, porque pela multiplicidade dos parâmetros concorren-

tes e subjetividade de um grande número deles, não poderíamos deduzir a solução, sem cometermos grandes erros, como no caso das ciências abstratas.

Justamente na subjetividade do problema é que reside a parte artística da solução.

Quando porém o fator moral e psicológico dos Chefes e das tropas — forças morais — puderem ser precisamente determinados em cada situação a resolver, então não nos será difícil deduzir uma decisão acertada para o problema proposto.

Agora que já situamos a História Militar na formação cultural e profissional do Oficial, impõe-se-nos abordar o assunto referente ao ensino dessa disciplina, mas isto o faremos de outra vez.

J. J. PEREIRA LOURO

Engenheiro Civil e Eletrotécnico

Plantas — Projetos — Cálculos de Concreto armado
Empreita — Fiscalisa — Administra Construções Cíveis
Divisões — Medições e Loteamento de terras

RUA DR. ALENCAR LIMA, 12 — 1.º AND. SALA 6

TEL.: 2356 — PETRÓPOLIS

CONFEITARIA - BAR - CAFÉ

CASA D'ANGELO

Telefone 2447

Rezende Ferreira & Cia.

Avenida 15 de Novembro n. 700 - PETROPOLIS

Esquina da Praça D. Pedro de Alcântara

A Respeito da Segunda Derrocada da França

(Vista através do processo de Riom)

Pelo Cel. J. B. MAGALHÃES

"Enfin, quand nous réfléchissons aux faits de notre rapide éroulement, il y a un facteur que nous ne devons pas oublier. C'est la — *qualité* — même de notre ennemi, sa-puissance guerrière, — tant moral que materielle, tant psychique que physique, d'un dynamisme quasi démoniaque".

("Servir" — Général Gamelin).

I

INTRODUÇÃO

Duas vezes, nos últimos setenta anos, a França viu a *débacle*. No intervalo — 1914-1918 — esteve também às portas da derrocada. Menos de três quartos de século antes da primeira, os seus exércitos, saídos da Revolução, haviam percorrido vitoriosos a Europa durante quase vinte anos sob a aguiça napoleônica.

As *débâcles* eram prova de um povo decadente?

Após 1870 — a fulminante campanha de Moltke, Emile Zola fez a literatura da guerra, opondo *Maurice*, a alma da França tombante do segundo império, o de "Napoleon, le petit", a *Jean*, o espírito de sua vigorosa ancestralidade, a alma da França lutadora, sã e vivaz: "Le champ ravagé était en friche, la maison brûlé était par terre; et Jean, le plus humble et le plus douloureux, s'en alla, marchant à l'avenir, à la grande et rude besogne de toute une France à refaire.

E *Jean*, refaz a sua pátria. Crente de que a derrota fôra causada somente pela inépcia dos que o comandaram, sem poder vêr ainda com nitidez o que eram as suas causas profundas, aliás pouco visíveis nessa época, trabalhou rudemente e sonhou com a *révanche*.

Sabia que o seu inimigo, do outro lado do Reno, era forte, bem mais forte do que ele, mas acreditava poder abatê-lo por sua su-

perior inteligência e a golpes de uma audácia que levasse tudo por diante, numa ofensiva à *outrance*, com tôda a *fúria francesa*. Tratou, por que o inimigo era muito mais forte, de fazer alianças e entendimentos, com a Rússia e a Inglaterra, os dois maiores interessados na contenda, o que conseguiu com certa eficácia, depois que em 1911, a guerra esteve a pique de se deflagrar. Não que a França a provocasse, mas porque a arrogância da Alemanha, tanto quanto suas ambições crescia, quanto mais aumentava sua força. Esta era relativamente tão grande que ela acreditava vencer em poucos dias de luta, numa guerra que seria "*frâiche et joyeuse*".

Em 1914, Jean, animado pelas doutrinas do Coronel Grand-maison, que nele influíram muito mais que os ensinamentos e recomendações de Joffre, e também de Foch, que se não fatigou de ensinar Napoleão, partiu ao ataque disposto a bater o inimigo onde o encontrasse: — *où on le rencontrera* — diziam as ordens dos comandos. O segredo da vitória estaria na ofensiva — à *outrance*. Em dias apenas todo êsse impeto, porém, se deteve ante as *metralhadoras dos boches*, reveladas de súbito...

Felizmente para êle, desta vez, o adversário não sabia bem o valor do instrumento guerreiro que possuía e não teve a maneja-lo nenhum Frederico. A guerra foi logo paralizada, e caiu num impasse que durou até que os Estados Unidos, vieram desequilibrar, a favor de Jean, as forças em luta, havia cerca de três anos...

Mas até lá, houve várias crises perigosas e — Joffre aquele que, por sua calma, ciência e sangue frio, salvou a França, foi sacrificado, pelos que não se conformaram em não ter vencido logo, conforme as concepções errôneas sobre a capacidade militar da França, e os ditames da real ignorância das realidades em presença. Joffre, consciência tranquila e certo de que o pior havia passado, ficou indiferente e se manteve mudo. Sabia que a Historia falaria por ele...

Enfim, a França saiu da luta vitoriosamente, mas combalida pelos sofrimentos por que passara e das graves feridas que sofrera. Apesar disso, cometeu em suas atitudes posteriores vários erros, entre os quais, um dos que mais a prejudicaram foi o mostrar-se por demais orgulhosa da vitória, da qual se atribuiu a magna parte.

Ora, isto criou-lhe antipatias e levantou desconfianças a seu respeito. Foi ela por certo *magna parte*, pelo valor da sua capacidade de combater e da excelente qualidade dos seus quadros, mas a Inglaterra e os Estados Unidos também foram partes magnas.

Ela desconheceu o caráter e a tradição da política inglesa e não conhecia ainda o sentido exato da política americana. Não soube agir de modo a evitar as más direções que estas tomaram, logo após a guerra... Internamente, houve o choque e a luta surda de suas

mentalidades diversas de que é um exemplo vivo o dualismo Clemenceau-Foch.

Resultou, daí, talvez entre outros males, que os Estados Unidos se alheiam da política europeia e cometeram mesmo o grave erro de favorecer o reerguimento prematuro da Alemanha, e que a Inglaterra mais ainda do que aqueles, se colocou logo em oposição a ela, que parecia querer se apresentar como o mais forte país da Europa, para dar também a mão à Alemanha. A Inglaterra procede, neste já bastante avançado curso do século XX, como o fazia no XIX, no XVIII, etc. Era demasiadamente tradicionalista...

Isto criou para a França, e para o mundo, uma situação grave. A vitória sobre a Alemanha, viam-no claramente lúcidas inteligências francesas, e de outros países, mesmo — Inglaterra e Estados Unidos, não fôra definitiva. O espírito germânico não fôra batido e a sua potencialidade bélica, oriunda das jazidas do seu território estava intacta, enquanto que as perdas no volume da população, que continuava superior à da França, eram fáceis de refazer no decurso de uma simples geração. A Alemanha, dizia Foch, em 1920, se não nos enganamos, não está morta, é como um carvalho abatido e do seu tronco lançará novos brotos...

A Alemanha foi tirando o melhor partido que poudes de tudo isto, sem nenhuma timidez e sem nenhum embaraço, com certo cinismo mesmo. Tratou logo de sofismar as cláusulas militares do tratado de Versailles, sem nenhum embargo dos Estados Unidos e com o apoio inconscientemente incrível dos ingleses.

As denúncias das comissões mistas de controle não encontravam o menor eco em Londres; as medidas de segurança que garantiam a França, como a ocupação da margem direita do Reno e, depois, a sua desmilitarização, caíram por terra, sem que a França pudesse reagir, porque os seus antigos aliados a abandonavam.

Os orçamentos militares alemães consignavam verbas, para misteres de manutenção de certos materiais, três e mais vezes maiores do que seria necessário para adquirir novos, sem que houvesse a mínima reação dos interessados em executar o tratado de paz. As organizações desportivas, educacionais, as companhias de aviação, etc. tinham uma visível organização militar que muitos denunciaram, sem obter o menor eco. Enquanto se furta a pagar as indenizações de guerra e adota o conto do vigário passado no mundo inteiro com a política do marco, as construções novas, que efetua nas suas cidades e vias de comunicações, formam contraste com a difícil reconstrução das zonas devastadas da França. Nada disto, encontra o mínimo tropeço.

Ludendorff lança a idéia de que o Exército Alemão não foi batido e sim apunhalado pelas costas, pelos católicos e os judeus, e ressurgue a lenda da superioridade dos nórdicos...

Ainda mais, a indústria bélica germânica retoma suas atividades sem nenhuma oposição de fato e o mundo estarrecido, sem poder compreender a razão profunda de tudo isto, vai criando pelo povo alemão uma admiração perigosa, tanto mais perigosa quanto este, vai se tornando dia a dia mais arrogante e aturdido, pelos surpreendentes êxitos obtidos. Sem compreender também a razão dos seus sucessos, atribui tudo a sua própria genialidade e considera as outras nações incapazes, inferiores ou decadentes. Abandona, então, os solismas com que se acobertava antes e rasga de vez o tratado de Versailles. Desafia o mundo para uma nova guerra. Já estava preparada.

Surge então na terra das *mariannes*, dos *gringoires*, dos *Jacques* e dos *frondeurs*, uma situação singular. O povo, que sofre do mal psicológico que Le Bon assinala como consequência da primeira grande guerra, sente-se desgostoso pela simples lembrança de que possa haver uma *réprise* e vai mostrando o seu horror a uma nova luta, a qualquer guerra. Torna-se pacifista à *outrance* e se enfraquece em seu patriotismo.

As dificuldades econômicas causam-lhe também enorme perturbação, e o esforço industrial que faz, além de sua natural capacidade, desequilibra sua vida, o mal estar que sente favorece as crises sociais, agita e multiplica as correntes políticas em número considerável. Entre tais correntes, duas se opõem diretamente em luta aberta, minando profundamente as energias nacionais: — o *comunismo*, de espírito internacionalista e teoricamente contrário a uma exaltação patriótica; e o *fascismo*, que se opõe ao predomínio da noção de humanidade sobre a de pátria, mas que, apoiado no exterior, também se faz na França elemento de enfraquecimento.

O esforço militar enorme a fazer, necessário para enfrentar o perigo alemão, torna-se assim impossível. Não conseguem, os que vêem claramente esse perigo, mais do que medidas de caráter estritamente defensivo e, assim mesmo, incompleto, o que vem agravar a situação por criar uma confiança exagerada nas medidas dessa natureza e que não correspondiam bem, ou completamente às realidades mundiais e da guerra hodierna.

O *belo país de França* vai se enfraquecendo, com sucessivas crises políticas, econômicas e sociais. Sua população decresce, aumentando nela, de modo alarmante, o número relativo de velhos e isto é tanto mais alarmante, denunciam-no alguns espíritos esclarecidos, quanto mais afluem para a metrópole a mão de obra estrangeira e os elementos coloniais. As aperturas financeiras, não per-

mitem orçamentos militares que correspondam às necessidades demandadas pelos chefes responsáveis mais abalizados.

De par com suas dificuldades internas, vêm as da política internacional, agravando tudo. A Inglaterra já talvez arrependida de haver dado a mão à Alemanha e desamparado a França, logo depois do primeiro grande conflito mundial, sente a necessidade de entender-se novamente com ela mas, sem querer se comprometer muito, não vai além de certas combinações militares preventivas. A U.R.S.S. com suas tendências a subverter a ordem mundial, e cuja política internacional, por isso mesmo, gira toda em torno da Alemanha (1) não permite que se refaça a velha aliança de equilíbrio, do tempo dos Tzares. A Itália, se avassalara ao adversário e crente de que as democrácias são incapazes por que não são guerreiras, torna-se audaciosa, desafia a Inglaterra, que insulta, e começa a falar numa linguagem inspirada na velha Roma... *Império*... Nos Balkans, a incompreensão da Polónia, que impedira desde as primeiras tentativas dos homens mais esclarecidos daquelas paragens, a formação de uma forte potência militar oriental européia, continua a ser perturbadora. A Bélgica, na esperança ingênua de ficar alheia ao conflito não facilita as medidas necessárias a uma defesa comum, efetivamente eficaz, nem mesmo quando a sombra de um conflito certo começa a se projetar ameaçadora nos horizontes internacionais e faz lançar a interrogação: — *ou va l'Allemagne?* (2)

As portas da guerra todos vêem o perigo... É tarde de mais!...

Quando se discute a questão do desarmamento geral, o projeto que a França apresenta à Liga das Nações, cuja eficácia seria indiscutível para evitar, pelo menos, as ofensivas rápidas e impetuosas, a Inglaterra discorda, por que não se quer privar do direito de possuir certas armas... Mas quem as faz para a ofensiva é o *circo*, que pouco depois se constitui.

A idéia de Brian, para a formação dos Estados Unidos da Europa, lançada no tablado das discussões e que ele trata com afincão de fazer marchar, não logra dar um passo firme avante. De resto, não poderia fazê-lo, pois trazia no bojo vícios capitais e não estava de acordo com a mentalidade dominante nos povos da Europa.

Na discussão que em torno dela se estabelece, surge, como principal argumento convincente, uma idéia bizarra, mostrando bem que o espírito europeu se deixara retardar em relação às tendências já caracterizadas do progresso da civilização ocidental — quicá uni-

(1) — Soviet Russia's Foreign Policy — David J. Dallin.

(2) — Le Relèvement de l'Allemagne — Albert Rivaud.

versal — que elles criaram. O argumento bizarro é o que esses novos *Estados Unidos* são uma criação necessária para equilibrar os da América. Assim concebidos, não seriam eles um fator novo para a paz e sim um novo nucleo potencial de guerra.

E essa concepção, assim modelada, mero produto da mentalidade dominante na tumultuosa Europa, o principal cadinho em que se preparam as guerras de todo o mundo, não era possível realizar o vício do ultra-nacionalismo das nações europeias, em suas reminiscências ancestrais exigindo o predomínio de uma potência sobre as outras, condição impossível de estabelecer sem o emprego da força.

Ao europeu que se não pode ainda, mesmo agora, desprender dos excessivos egoismos nacionais, com as suas pequeninas rivalidades, incoerentes e incompatíveis com as criações de suas pujantes elites intellectuais, não é ainda possível conceber, e muito menos admitir, uma federação formada por Estados livres e com direitos iguais, tal como a America do Norte. Todavia, uma ou mais dessas federações lá constituídas, parece, corresponderia a uma necessidade da própria segurança daquelas nações continentais, não em face dos Estados Unidos da América, mas da Alemanha, se se mantiver integra e senhora das energias do Rhur, e da Russia. Não será, porém, elemento de progresso mundial se na sua realização predominar a idéia pura de formação de uma força bélica poderosa. Daí à de conquista, há um passo!...

Churchill, o grande homem, cujo aspecto fisico e cujas atitudes na sua vida corrente, nos dão a impressão de estar vendo uma Grã Bretanha, integral e maciça, capaz de progredir, de se adaptar às condições modernas da civilização, sem renegar ou anatematizar as suas tradições nacionais, levanta agora, de novo, essa bandeira. Prega mesmo a intima *combinação* franco-germanica! Admirável Inglaterra!... Felizmente, o faz sem a idéia explicita de opposição aos Estados Unidos e justifica-a com a necessidade de fazer-se desaparecer a causa máxima de enfraquecimento da Europa que reside na sua extrema divisão politica, origem principal das guerras atuais. Ainda bem que ele viza, criando essa força, colaborar com a grande potência americana, para a edificação da paz. Si o conseguir, terá prestado, destarte, mais um grande serviço à humanidade, pois eliminará, *ipso facto*, o maior estímulo, excitante ou causa de guerras que são os atritos dos numerosos Estados Europeus entre si. E se o conseguir em lhe dar, à essa realização e à sua colaboração com a América, nenhuma forma de opposição ostensiva à Russia, mais completa será a sua vitória e muito mais util á humanidade uma tal realização.

Mas, será possível? Já caminharam os corações e inteligências européias bastante para poder fazer o que ele pede?

Parece-nos que ainda não será desta vez, embora, haja aí um sinal de progresso.

As pequenas nações, ou nações fracas, sugerem rivalidades entre os grandes sobre as influências que podem exercer no mundo. E isso é germe de guerras. "Para que o perigo destas possa desaparecer é mistér abrandar o orgulho dos poderosos e a desmedida cobiça dos ricos, o que somente se obterá por meio de um equilíbrio geral de forças, até que o nível da civilização, mais ou menos elevado e equivalente em todo o mundo, permita o surto de uma nova moralidade universal, desprendida das suas milenários tradições e postas de acôrdo com os resultados modernos dos progressos mais avançados do espírito humano.

Seja como fôr, no fundo de tudo isto que ainda há, parece, o que se deve vêr em primeiro plano são as consequências da desordem econômica agravadas pela guerra, mas resultantes, de fato, de políticas excessivamente nacionais numa era em que a tendência fatal da civilização é universalista. Em toda a parte, as crises se caracterizam pelo problema da incorporação do *proletariado à sociedade*, em cujo âmbito até agora vivia apenas acampado, e pela necessidade de assegurar, dadas as suas reais origens, *destinos sociais ao capital*, sem incorrer no mal de sua exclusiva posse pelo Estado que impede a sua melhor utilização, para o progresso humano, pela melhora dos indivíduos, em regime de plena liberdade; nem nos resultantes da concepção egoísta de sua indébita apropriação individual para utilização sem nenhum controle, legal e moral, em benefício da sociedade, o que só é possível ainda pela confusão dos espíritos, insuficientemente moralizados e esclarecidos.

A França, em presença de tudo isto, desequilibrada e fortemente perturbada pelas consequências da guerra, ficava em péssimas condições em presença da Alemanha hitlerista. Tinha de fazer um esforço militar excessivo, em relação à sua potencialidade bélica natural e não podia realizá-lo pelas reações e as novas tendências que se manifestavam no seio do seu povo.

No afã de efetuá-lo, na tentativa heróica para não ceder às condições novas da civilização, concernentes à realização da força militar, esgota-se e se debate em várias crises que procura solucionar com recursos meramente políticos.

E' uma tragédia que se traduz por estas palavras do General Gamelin: "J'entends, par exemple, que le potentiel de l'Allemagne étant nettement supérieur à celui de la France, on ne pouvait demander à celle-ci de l'équilibrer à elle seule".

Era isso visível a olhos nus mas nem a Inglaterra, desde que findou a outra guerra, nem os países vizinhos da Alemanha, ameaçados de serem tratados como entidades inferiores, *povos destinados a servirem ao povo rei*, souberam oportunamente, ou jamais, compreender quanto, para a sua própria conservação, deveriam ajudá-la e, unir-se a ela. Ninguém acreditava no que via... Ninguém sentia haver um interesse superior a defender pela estreita união de todos, o interesse das próprias existências nacionais...

Afinal, houve o conflito. A França teve a sua segunda *débacle*, o mundo a sua segunda conflagração com efeitos mais extensos e mais profundos porque os meios de destruir tornaram-se mais potentes, os de transportes mais velozes e mais poderosos; os de intercomunicação do pensamento entre os homens apresentaram facilidades novas, até a de ver de longe o que se passa alhures...

Compreenderá a humanidade, desta vez que é um todo e que o interesse de todos é que ninguém se sinta mal, pelo que, uns devem ajudar aos outros e ninguém odiar?

Haverá certamente nesse sentido, por força da natureza das coisas, mais um passo em frente; êsse passo, porém, será agora bastante largo no terreno moral e da compreensão humana quanto foi largo o dado nos progressos materiais? E' o que resta ver.

II

O PROCESSO DE RIOM

"Le procès avait, et pour cause, cessé d'intéresser l'Allemagne. Il risquait de se trouver celui du "Maréchal Pétain". On avait pu le stigmatiser par la formule: "Les coupables cherchent des responsables".

("Servir" — Général Gamelin).

Os colaboracionistas da Alemanha, assoldados por ela ou de coração, mal acabado o comprometedor armistício de 1940 e instalado o governo de Vichy, trataram de achar os bodes expiratórios da derrota, num exibicionismo escandaloso de pseudo amor da Pátria, que não tinham, e sem se aperceberem de que as culpas dessa derrota, pelo modo porque as coisas se passaram, não podia existir num momento só e serem atribuídas a algumas pessoas, a determinados homens. Conviria fazer um inquérito, não para sómente achar culpados, mas causas...

Assim sendo, é claro, o andamento do processo judiciário que instalaram não tardou a ir desvendando através as aparências superficiais o que se escondia em maiores profundidades, onde real-

mente jaziam tais culpas. A Alemanha satisfeita por essa prova de sinceridade dos seus colaboracionistas, a principio nada opôs. Deixou que as coisas andassem até que os resultados foram se mostrando desfavoráveis à idéia de fortalecer na opinião pública, do povo vencido, a posição do governo *Pétain-Laval*, coroado de salvador dos frangalhos nacionais, como lhe convinha. A grande e nobre vítima de tudo era o General Gamelin, apresentado como um lastimável incapaz, cuja única atenuante seria poder descarregar a culpa sobre os governos socialistas e notadamente comunista aos quais servira.

O processo, porém, não foi longo, embora de maior duração que os seus organizadores esperavam, e se interrompeu de súbito. Porque?

É que o seu andamento foi dando a conhecer que, afinal, a França era mais forte do que ela mesmo supôs e não estava tão corrompida como o faziam crer os colaboracionistas de todas as espécies, e isso animava a *Jean* que ia cerrando fileiras sob a bandeira da *resistência e da reação* já levantada por De Gaulle, cujo nome e conduta, nessa oportunidade, lembram bem as origens de sua terra e de seu povo...

Alguns, chamados a depôr, fizeram francas e corajosas manifestações de respeito e acatamento ao réu principal, isentando-o direta ou indiretamente do maior agravo que lhe faziam: atrazo, descuido, imprevisão, incapacidade... De ninguém, mesmo com a menor soma de responsabilidades ou qualquer título de idoneidade, veio a mínima acusação positiva e clara. Os ex-homens de governo trataram de provar que em matéria de defesa militar da nação haviam feito quanto lhes era possível. Surge o fato surpreendente de que foi justamente na era do governo acoimado de comunista que os cuidados da defesa nacional melhor foram atendidos...

Pouco a pouco, a situação, que levou à derrota, foi se esclarecendo... Era preciso fazer parar o processo e assim o decidiu Hitler...

Gamelin em dado momento, logo no início resolvera não falar e o seu silêncio fazia-se eloquente e incomodativo. Porque essa atitude?

De um lado, era ele um fidelíssimo discípulo de Joffre, o taciturno, cujo exemplo em tudo procurava seguir; mas, de outro lado, havia uma razão mais forte ainda: "*Le second personnage de l'État à l'époque, l'amiral Darlan, averti de la position que je comptais assumer, avait fait insister auprès de moi pour que je prisse la parole, afin, me faisait-il dire, de "défendre l'Armée". On agissait entendre que l'on me tiendrait compte de l'attitude que je saurais adopter*

dans cette circonstance. Le fait même et le sens de ces démarches me parurent commander définitivement la conduite que je devais adopter. *Puis que ma solution déplaisait au gouvernement de Vichy, c'est qu'elle était bonne.* (3) Et il y a sorte de pain qu'un homme d'honneur, même em cas de famine, ne sent point à manger".

Mas apesar do silêncio de Gamelin, vieram os esclarecimentos. O General Georges, o principal responsável militar pelo comando, onde os alemães romperam o dispositivo francês, declara que o que faltou não foram os meios e sim o tempo para pô-los em ação.

O General Héring, insuspeito a Pétain, sob cujas ordens diretas servira longo tempo, informa sem ser perguntado, espontaneamente, a propósito de um dos pontos da acusação contra Gamelin, o qual era o fato dele não se ter demitido de suas funções quando os governos não lhe deram os meios de que necessitava para defender a França. Diz que o réu cogitara disto, então, e lhe falara, em 1938, mas que achara não ser cabível essa solução: "puisque l'orage commençait" e isto porque quem o substituisse assumiria a responsabilidade de solucionar a situação. Era duvidoso que alguém o quizesse fazer e, no caso de aparecer esse alguém, apenas tudo se agravaria mais ainda. E esse argumento, que também outros tiveram, deteve Gamelin.

Deveria ter-se demitido antes de 1938? Poderia tê-lo feito mas então, era ainda legítimo esperar que a *persuasão e a manobra*, pudessem dar bons resultados...

O General Touchon, um dos comandantes de Exército, na guerra, e especialmente encarregado da instrução das Divisões de reserva, toca nos pontos mais sensíveis da chaga nacional.

Refere-se à validade da doutrina de guerra adotada por Gamelin e ao moral de guerra com que a França foi aos campos de batalha.

Touchon demonstra, à evidência, que as concepções adotadas por Gamelin estavam certas e que suas instruções estavam em dia com os progressos mais recentes da guerra. Lê trechos das referidas instruções para poder dizer: "*Ce qui vient d'être lu sur l'Instruction des grandes unités est absolument ce que les allemands ont fait. Nous avons vu pénétrer les divisions cuirassées allemandes dans des positions desorganisées. Quand les allemands ont attaqué nos lignes, ils l'ont fait par procédés normaux et ils n'ont pas attaqué avec leurs chars. Mais, une fois que nous avons été brisés sur l'Aisne (onde Touchon comandou após essa ruptura) avec le peu d'effectifs et de réserves que nous avions.* (ver-se-á adiante que todo o desastre gira em torno de um mau emprego das reservas táticas e estratégicas), *ils ont engagé au sud de Montmirail leurs divisions cuirassées et nous ont housculés. C'est bien la pénétration profonde pour l'exploitation du succès. Le règlement avait raison...*"

Mas se o regulamento tinha razão, porque a *débacle*?

E' que a doutrina do regulamento não havia penetrado o espirito da tropa e porque nesta dominava uma alma inadequada à guerra. As instruções, aliás de data recente, como recentes eram as ameaças positivas resultantes dos progressos do material, não conseguiram varrer a metnalidade defensiva nem o espirito de segurança da linha Maginot que — diga-se de passagem — não foi rompida mas contornada...

E aqui está como essas coisas se passaram. Explica-nos Touchon fatos da instrução que revelam um fenómeno estranho, tanto mais estranho quanto tudo se passa diante do inimigo contra o qual a França já está de armas na mão.

"Eu via, diz ele, no olhar dos oficiais, quando os reunia após as manobras e lhes falava das possibilidades da atuação do inimigo, incompreensão e um pouco de inquietação. Nos olhos dos jovens oficiais, notava-se um sentimento de dúvida, de ceticismo. Um dia deixei-me levar, por causa desta atitude um tanto apática, até gritar e gesticular enfaticamente: "não vêdes que qualquer dia o raio vai cair sobre nossas cabeças?"

Depois, ao separarmos-nos, eles conversavam entre si. Comentavam: "Qu'est ce qu'avait donc le général Touchon aujourd'hui? Il a mangé du lion?"

Quais teriam sido, então, conforme resultou do processo de Riom (cuja "profonde injustice, on peut dire le paradoxe du procès de Riom, est d'avoir voulu mettre en cause les hommes mêmes que se sont efforcés de rattraper le temps perdu"), as razões da derrota e os responsáveis?

III

COMO SE DEU A "DÉBACLE" ?

"Cependant, les conceptions générales françaises et allemandes étalent en fait si voisines

Il reste évident que les Allemands ont habilement joué de tous les avantages de l'agresseur, qui sait quand et où il frappera et qui peut orienter en conséquence, de longue date, ses fabrications. Ces sont les avantages initiaux du voleur sur le malheureux gendarme".

("Servir" — Générale Gamelin)

Preliminarmente, utilizando sempre os informes de "Servir", assinalemos as dificuldades da organização do comando aliado, cheia de subtilezas a atender. Não havia, não obstante a experiência da

guerra passada, mesmo em França, um *comandante único*, com todo o vigor dessa expressão, o que era um inferioridade marcante sobre a Alemanha onde imperava absoluto o "heil Hitler".

Oo mais que os aliados haviam conseguido pôr frente as graves responsabilidades da conduta das operações militares, foi um *coordenador* e assim haviam praticado o que mais Foch temia depois de 1918.

Conta o Général Gamelin que Foch, ao sair de uma reunião governamental inter-aliada, quando se tratava de discutir condições a impôr à Alemanha, então vencida, depois de um certo silêncio, comentara desolado falando aos que o acompanhavam: "Tout cela finira en Haut Cour". Alguém, replicou que isso se não havia de dar com ele, Foch, ao que este respondeu: "Pas pour moi, mais pour un de mes successeurs". Fui eu, esse sucessor, comenta Gamelin, melancolicamente...

A dificuldade desta vez não foi criada pelos ingleses mas surgiu com os belgas e os próprios franceses. Os belgas, preocupados em não dar pretexto aos alemães para os agredir, pensamento infeliz dominante nos pequenos Estados circundantes da Alemanha hitlerista, não quiseram acordar nas medidas preventivas com a necessária antecedência. Entre os franceses, havia política, personalismos, ciúmes tradicionais, e susceptibilidades a não ferir. De resto o General Gamelin não podia agir contra determinadas individualidades bem reputadas, por meras presunções, e era preciso que os fatos viessem em seu apoio.

De resto, advinda a guerra, não houve indisciplina intelectual manifesta, nem obstruções formais. E, embora, do seu ponto de vista a ação do comando não correspondesse logo ao seu estrito desejo, não eram injustificáveis nem totalmente más certas disposições adotadas, tais como se deu com a repartição e colocação das reservas, e a organização do comando dos exércitos em operações no teatro N. E., ponto sensível da guerra. Mas isto era talvez uma questão de personalidade. Quem poderia afirmar qual seria a ação futura?

Tudo vai, porém, se complicar quando os belgas atacados pedem o auxílio dos aliados, e as massas do Exército Francês, e do Inglês, avançam sobre o flanco esquerdo.

Esse avanço tem sido apontado e discutido como um erro, mas justificava-se perfeitamente para que se aliviasse a pressão sobre os belgas. Si assim não fosse eles seriam facilmente esmagados e isso representaria a perda irremissível, e voluntariamente consentida, de 22 divisões ou 700 mil homens. De resto, a linha Maginot não ia até o mar e, portanto, o fato de ganhar terreno para a frente era uma vantagem inicial nada desprezível.

Todo o mal, ou melhor, os maiores inconvenientes da situação surgiram, de fato, da decisão tardia dos belgas, o que não permitiu a ocupação oportuna da posição de resistência amarrada no Mosa — canal Albert — Anvers, a qual não fora preparada desde o tempo de paz para resistir à forte pressão, como a linha Maginot, a Siegfried, ou a Manheiren.

Esse retardo na intervenção dos anglo-franceses, na Bélgica, facilitou aos alemães, "*malheureusement, diz Gamelin, très bien renseignés, sur nous, car nos secrets se trouvaient des cotés permeables à leur espionnage et à leur 5.e colonne dont nous savons aujourd'hui la puissance*", os quais tiraram daí bom partido.

Não obstante, os fatos vieram provar que as informações que os alemães possuíam não eram tão completas quanto parecia e, mesmo no caso contrário, não valeria a pena tentar esteiar fortemente os belgas e ensaiar dar a mão aos holandeses, uma vez que isto era possível fazer, conservando uma massa de reserva de cerca de 28 divisões?

Era de tentar, tanto mais quanto "na guerra, ainda mais que na vida ordinária, nunca se age com certeza absoluta e não se obtém grandes resultados sem alguma audácia".

De resto, essa marcha de ala esquerda francesa tinha objetivo estritamente limitado e visava apenas o melhor ajustamento das forças anglo-franco-belgas com as holandesas. Era ainda aconselhada para levantar o moral da tropa e facilitar, em caso de ataque alemão, a defensiva por um maior ganho prévio de terreno e aproveitamento de um bom campo de batalha, o melhor, fora do âmbito da linha Maginot.

Seria, esse movimento para a frente, realizado por duas massas de forças, operando uma ao Norte e outra ao Sul do maciço das *Ardennes*, o que favorecia o caso da retomada da defensiva. Todavia as vantagens daí esperadas, falharam completamente. Porque?

Por uma questão de execução, notadamente, quanto ao que diz respeito à atuação do alto comando e ao emprego das reservas. Estas, deixadas muito longe, não obstante as diretrizes, instruções e recomendações especiais a esse respeito feitas pelo comando supremo, não foram aproximadas a tempo e não puderam intervir oportunamente na batalha.

"Ao lado da concepção, há a execução, que escapa tanto mais ao comando quanto este é mais elevado na hierarquia", aspecto que se acentua nos exércitos modernos em virtude das maiores facilidades de manobra, consequentes da mecanização das forças.

Quando terminou esse movimento *en avant*, os objetivos previstos tinham sido mais ou menos atingidos e o dispositivo almejado realizado, mas com falhas sérias. Houve na execução falta de audá-

cia ou excesso de prudência. "No fundo, diz Gamelin, as soluções que demandavam energia e vontade, (preferiram-se as chamadas sábias, muito preocupadas em poupar esforços às tropas e com o seu bem estar. Era a fórmula do Marechal Pétain. De fato, verifica-se que as medidas preparadas pelo estado-maior, aliás seriamente estudadas, primavam sobre as resoluções do comando. — Quando, porém o inimigo — e que inimigo! — está às portas, é realmente um tal conceito que deve preponderar para a ação?"

E' aqui o caso de se perguntar, porque então o General Gamelin não impôs o que julgava dever se fazer? A isso éle responde: — de um lado, as disposições tomadas, exceto em certos pontos secundários pareciam lógicas; de outro, sua intervenção insistente iria perturbar o exercício da autoridade do seu subordinado e sem razão, porque todas as soluções que não são ilógicas, apresentam vantagens e inconvenientes. Além disso, era de supôr que os dois chefes principais, interessados na conduta da batalha, o generais Georges e Billo-te, haveriam de se interessar pessoalmente pela ação nos pontos que se apresentassem críticos, ou mais sensíveis.

Tais eram as coisas olhadas de modo muito geral, quando a 10 de maio, os alemães invadem os Países Baixos e sem demora atacam a França pelo Nordeste. Encontram facilidades surpreendentes. Na manhã desse dia, apoderam-se das pontes do Mosa, em Maestricht e tomam o forte d'Eben Emael, da região fortificada de Liège. Aproximam suas massas de manobra do Mosa, cujas pontes não tinham sido destruídas, apesar da ordem dada e das informações prestadas ao comando de que o tinham sido.

A 13, já os exércitos nazistas transpunham francamente o Mosa, acucavam as divisões belgas, e dominavam facilmente a zona de Sedan.

A 18, separavam os belgas dos anglo-franceses e os faziam capitular a 28.

A 29 começa o drama de Dunquerque.

Que se passou então, que fez o General Gamelin, durante esses acontecimentos?

Ele o diz. As jornadas de 10, 11 e 12 de maio, consagrou-as a regular as questões de conjunto tendo em vista a reação futura, e orientando os comandos subordinados sobre a conduta a ter, sem intervir nos seus encargos específicos nem lhes tolher a liberdade de ação.

A 13 de maio, quando voltou sua atenção para o que se passava particularmente no teatro francês, ficou "apavorado ao constatar que nenhuma reserva importante parecia ainda ter cerrado sobre a frente", não obstante as suas insistentes recomendações. As informações mostravam-lhe mais que as tropas belgas recuavam precipitadamente, sem mesmo se esforcarem em retardar o avanço do in-

migo. Sem embargo, diziam ainda os relatórios do comando do N. E., na tarde desse dia, que a defesa do Mosa parecia se manter e que suas pontes, exceto duas ou três, tinham sido destruídas. Constatou ainda que outras suas advertências não tinham sido compreendidas pois não se haviam tomado as providências ou medidas logicamente delas decorrentes.

À vista disso, no dia 13, orientou mais incisivamente o comandante da aviação e o do teatro N. E. sobre a conduta a observar na batalha em curso, a qual consistia em não recuar, aproximar as reservas, fazer parar a avalanche motorizada do inimigo, por meio de tenazes resistências locais e contra ataques, tudo em prejuízo de um novo recuo ulterior, quando entrassem em ação a infantaria e a artilharia inimiga.

Era, porém, tarde. No fim da jornada de 13 "as forças belgas tinham desaparecido da frente. Na margem esquerda do Mosa, ao Norte de Huy, duas divisões couraçadas francesas estavam em contacto com um grupamento couraçado alemão. Ao sul de Namur o adversário abordara o Mosa e o transpuzera em certos pontos, principalmente na região de Haux, ao N. de Dinant. Sedan, que devia defender-se a todo custo, parecia ter sido abandonada, sem oferecer grande resistência, tendo o inimigo alcançado o bosque de Marfée".

No dia 14, apesar das providências tomadas junto à aviação, para facilitar a tarefa do comandante dos exércitos do Nordeste, a situação pareceu mais grave. O inimigo ampliara sua frente de ataque e já, no fim da jornada desse dia, havia aberto, de fato, duas brechas importantes, em Dinant e em Sedan, *sem que contra êle houvesse sido desencadeado qualquer contra-ataque importante por falta de reservas à mão, bem colocadas.*

A situação na região de Sedan, era mais grave do que parecia, pois aí já operavam três *Panzer Divisionen* e, pelo menos, uma de infantaria. Duas *Panzers* apareciam em Dinant fortemente apoiadas por forças motorizadas.

A 15 de maio, o setor do 9.º Exército apresentava completa desordem e as tropas refluíam desorganizadas. O seu comandante o General Corap, foi *limojado*. Houve todavia algumas reações brilhantes, mas, isoladas, ficaram, para o conjunto da situação, improdutivas.

Nesse dia, pela falência do 9.º Exército, ficou aberta uma brecha, entre o 1.º e 2.º Exércitos. A batalha do Mose estava definitivamente perdida. Não estavam, porém, perdidas as esperanças e o General Georges, o comandante dos exércitos do N. E. adota providências pelas quais era lícito esperar que a situação se corrigisse.

Vendo-as e aprovando-as, Gamelin exclama: porque não se agiu assim desde o dia 10!...

Mas, na frente belga, as coisas pioram. O Exército Belga tenta desprender-se da ação do comando aliado para ir cobrir Bruxelas! Todavia permanece operando ainda em ligação com os anglo-franceses até a noite seguinte (16 para 17). A situação vai continuando a evoluir, sempre a favor dos alemães, até que no dia 19 aparece a oportunidade para uma reação eficaz. Mas nesse dia, à tarde, no decurso da preparação dessa reação o General Gamelin, é *limogé*.

Porque?

E' que os políticos não admitiam a derrota. Embora soubessem que a França era mais fraca e houvessem influido para proteger a ascensão deste ou daquela na escala hierárquica, para que esta ou aquela função importante fosse dada a um amigo ou não o fosse a um desafeto, na guerra, freamos de patriotismo. Gritou-se por traição, invocou-se Jeanne D'Arc, lembrou-se Foch e se tomou a pior das decisões que foi substituir o comando em pleno curso da batalha, e isto, quando os acontecimentos evoluíam com rapidez incrível!...

Pétain e Weigand são chamados com urgência. Entrega-se o governo em mão de um e a outro quer se dar o comando.

Pétain visita Gamelin e diz que ainda não está resolvido a assumir as responsabilidades que lhe querem dar, e afirma que, si o fizer, será para apoiá-lo e não para o perturbar na sua árdua tarefa.

Weigand, que vem do Levante em avião, também o visita, informa-se sobre a situação, interessa-se pelas medidas que se tomam para reagir e se mostra de pleno acôrdo com elas.

As 20 horas e 15 minutos desse dia, Pétain fazia parte do Governo e Weigand assumia o comando, mas com poderes plenos sobre todas as forças, com uma autoridade que o substituído não desistira. Era isto uma medida útil em benefício da crise, mas inútil por que tardia, e porque fôra adotada intempestivamente.

Daí resultaram as mais graves consequências. A primeira, foi interromper o curso de execução da instrução n.º 12, do comando supremo, como se vê de uma declaração do General Gort, comandante dos britânicos. Ela previa a aproximação das costas da Mancha, onde era possível contar com a *caça inglesa*, mas permitia aproveitar da situação difícil que se apresentou para os alemães nos dias 20 e 21 de maio, e tudo para isto estava sendo preparado.

Essa situação conforme o Dr. Erich Murowski, do comando da Wehrmacht, em seu "Der Durchbruch im Westen", citado pelo General Gamelin, caracterizava-se por uma penetração no dispositivo aliado de cerca de 100 km. de profundidade por 50 km. de largura feita tão rapidamente que não houvera tempo de ser consolidada nem

explorada. Contra as forças que se achavam nesse corredor, sobre os seus flancos vulneráveis, montava Gamelin uma ofensiva, cuja ação principal desembocaria da frente Arras-Montréal auxiliada por uma outra secundária partindo do Somme, ofensiva que havia sido favorecida pelas disposições já adotadas pelo General Billote no flanco esquerdo dos exércitos do Nordeste. Mas a mudança do comando fez perder a oportunidade...

Mas como se deu que os alemães puderam tão facilmente abrir uma tal brecha?

... E' que às dificuldades criadas pela organização do alto comando, correspondeu uma insuficiência tática e de preparação de algumas unidades de combate, frente às quais os alemães obtiveram os primeiros sucessos os quais aproveitaram sem nenhuma perda de tempo e audaciosamente. Tropas francesas houve que, aturdidas, nem combateram...

IV

AS CAUSAS FUNDAMENTAIS DA DERROTA

Sem dúvida alguma, à parte as modalidades que revestiram os acontecimentos, as causas fundamentais da derrota resultaram da diferença efetiva das potências militares ou de guerra que se chocaram no Mosa, como assinalamos na introdução deste trabalho.

E' principalmente, muito mais que nos outros fatores, residente na diferença da capacidade industrial, que resulta das disponibilidades em carvão de pedra.

Esta é a origem principal, não só da pujança econômica, mas da força guerreira das nações modernas.

A utilização militar da energia atômica em nada veio ainda modificar essa importância que é mantida, como o foi até agora apesar do concurso das outras fontes de energia nas atividades industriais, e sê-lo-á até que o sistema de produzir aço e fabricar máquinas poderosas se modifique.

Até agora, a energia atômica apenas trouxe uma enorme ampliação do poder de destruição, como a propulsão a jato, e talvez ela mesma, virá possivelmente influir na capacidade de movimento e no aumento do raio de ação das forças militares.

Em seguida ao poder industrial, tem importância para a formação do *potencial militar*, a possibilidade de mobilizar efetivos, isto é, o volume da população.

Máquinas e homens para maneja-las, é o essencial. Todo o resto é secundário. Todo o resto daí deriva.

Ora, sob estes dois aspectos, a Alemanha possui sobre a França uma superioridade de mais do dobro. Há, porém, mais. Há o *acréscimo de potencial* que resulta da certeza dessa superioridade e

o descréscimo que vem de certeza da inferioridade. No caso em apreço, a Alemanha soube explorar essa circunstância exaltando no seu povo a convicção de uma vitória indiscutível e no povo francês o sentimento de uma derrota inevitável.

O que não houve, de modo algum, foi qualquer superioridade alemã, ou inferioridade francesa, de caráter racial.

As faltas que a França apresentou no campo de batalha, que lhe causaram, de feito, a derrota espetacular que estremeceu o mundo, têm uma origem prosaica: — *dificuldades orçamentárias*. A nação sobre-carregada, com sua economia desequilibrada, perturbada pelas reivindicações sociais, pelo esforço bélico que era forçada a fazer, negava-se, por não ver o perigo iminente, a consentir mais sacrifícios e, quando cedeu a isto, foi porque esse perigo era indisfarçável. Era já, porém, muito tarde.

Das dificuldades de sua vida, que a levavam a sotrer crises políticas incessantes, das tentativas de melhorar avançando no caminho da evolução social, abria-se campo fértil à hábil propaganda alemã, que explorava as fraquezas do vizinho, dificultando a solução do problema militar.

Tiveram eles assim, os alemães, uma arma formidável, uma espécie de entorpecente do entendimento do povo francês, e atuando com maestria no terreno psicológico, neutralizaram o *moral* dos exércitos franceses, o seu principal adversário continental. Nesses exércitos, os efetivos de guerra eram cerca de *seis vezes maiores que os de tempo de paz* e os oficiais de reserva contribuíam, com três vezes e meia mais que os da ativa, para o enquadramento. Eram verdadeiramente a nação de armas na mão, com suas virtudes e defeitos, com o seu estado d'alma, sobre o qual os alemães tinham sabido influir de modo a terem todas as vantagens iniciais.

Em tal trabalho, cientificamente organizado, exploravam a sinceridade ingenua de uns e a corrupção de outros e tiravam bom partido do regime político das liberdades francesas. Encontravam facilidades na confiança que chefes eminentes do país militares e civis, aliás toda a elite francesa, depositavam no tradicional amor dos seus patrícios por sua terra e na sua não menos tradicional capacidade de reação dos últimos momentos, em face do perigo indiscutível.

Foi uma confiança funesta e Gamelin confessa: "Eu mesmo, de modo algum hesito em confessá-lo, tinha ilusões a esse respeito. Estava persuadido que o francês, naturalmente descuidado e *frondeur*, se reagruparia na hora grave, como sempre o vi fazer. Não me apercebia do mal profundo que a propaganda inimiga ou derrotista, havia causado em nossa mentalidade, pois que no domínio da política interna é isto que é preciso considerar. Conhecia, como todo o mundo, as fórmulas usadas, que eu teria vergonha de reproduzir aqui e que nos

prejudicaram tanto. Mas, diante do alemão, que uma vez mais invadia a França, tudo isto não iria desaparecer como um pesadelo, ao despertar de um sono?

Era um pensamento legítimo que não levava, porém, em boa conta as possibilidades novas da guerra. Sem dúvida, esse pesadelo se dissiparia se a França dispusesse como a Rússia de terreno para combater em profundidade e não houvesse de fazer logo desde o início, o seu máximo esforço, para conter o adversário.

Não é, portanto, estranhável o desfalecimento que se deu. Compreende-se que a brecha se abriu com a pasmosa facilidade que o mundo constatou, porque unidades como as 18.^a, a 55.^a e a 7.^a divisão de infantaria, o 129.^o regimento da 5.^a divisão motorizada e outras não combateram e, quando as tropas não combatem, "*não há estratégia nem tática que valham*". E isto mostra quanto na época em que a força militar repousa essencialmente na máquina, o moral pode adquirir, como sempre se deu, papel preponderante na batalha.

Foi o que os alemães souberam ver claramente. Bem firmados no seu poder material, aumentaram o seu rendimento criando, para uso interno e externo, a lenda da sua invencibilidade. Destarte obtiveram um duplo resultado, acresceram suas forças e desvalorizaram as dos contrários e a estas, delas mesmas derivadas, juntaram as vantagens do agressor, as do "*voleur sur le malheureux gendarme*".

A França apenas preocupada com a sua segurança, criou uma mentalidade defensiva. E, desajudada pelos que tinham com ela interesses na luta, só às portas da guerra, em 1939, dispôs-se a fazer todo o esforço que era necessário para enfrentar o perigo. Ser-lhe-ia possível proceder de outro modo?

Parece que, nas circunstâncias de sua vida, com sua política, suas rivalidades pessoais, com os seus personalismos e em meio das dificuldades da situação econômica e social, não lhe era possível...

V

CONCLUSÃO

Não queira vêr, o nosso benevolente leitor, no que acabamos de escrever, mais do que algumas idéias suscitadas pelo manuseio do "Servir" do General Gamelin, das quais as principais são as que vamos referir.

Encontramos nesse livro, que se não deve apenas ler, mas estudar e meditar, fecundíssimo manancial de ensinamentos que muito interessam à política de guerra de qualquer país, em face das condições hodiernas do mundo.

Em nosso modo de vêr, "Servir" interessa menos como elemento explicativo dos fatos que se passaram até a batalha do Mosa, no

que é cabal, do que pela relação que admiravelmente estabelece entre as causas e os efeitos dos sucessos do campo de batalha, que levaram a França á sua nova *débacle*.

Do ponto de vista brasileiro, "Servir" pode ser uma fonte de ensinamentos fecundíssimos, porque foi um dos lugares onde a obsessão germanófila penetrou mais profundamente em certos espíritos, que se tornaram adoradores inconsiderados da terra, das coisas e dos filhos do *nibelungen*. Felizmente para nós, essa brecha aberta no sentimento nacional, si foi profunda, não foi larga e não poudé produzir mais do que efeitos perturbadores das nossas reais conveniências. Mas é um fenômeno que merece atenção. Pois não se viram aqui *negróides* manifestos pugnarem dedicadamente, com ardor e até gratuitamente pelo êxito universal do nazismo?

Mais do que a França, e muito mais, país de fraco *potencial bélico*, longe ainda de dispôr dos recursos orçamentários demandados por uma razoável *mobilização militar*, e geral, teremos em caso de guerra nossas organizações ativas fragmentadas, diluídas, sopitadas pelos recursos do mundo civil. Houvesse embora aqui uma extrema capacidade técnica e, ainda assim, a falta de recursos naturais para a criação de uma indústria poderosa, condiciona-nos em categoria; inferior do ponto de vista da capacidade de fazer guerra. Não se pense que Volta Redonda resolve inteiramente o problema. E tudo isto mostra quanto nos é necessário saber fortalecer o *morul* e fugir a tódas as místicas estranhas capazes de nos levarem á negação dos esforços que podemos fazer, que não nos deixem tirar o maior e melhor partido dos *elementos de força* que realmente possuímos e que não devemos subestimar e muitos menos desconhecer.

A meditação de "Servir" pôde, além do seu interêsse cultural geral, ser-nos muito útil, para esclarecer-nos no sentido acima apontado. Não deve a nossa elite esquivar-se de conhecê-lo e muito menos desinteressar-se pelas lições nêle contidas, notadamente o escol da nossa gente militar.

Em "Servir", além do mais, vê-se o que vale para a guerra a educação nacional e os militares de profissão encontram nêle a diferença entre *concepção e ação*, com a importância relativa dos *intermediários que levam de uma a outra*. Ai estão bem consignadas também as diferenças entre *doutrina e processo de combate*; a importância de uma judiciosa organização do comando; a necessidade do comando dispôr de uma *autoridade* correspondente á sua *responsabilidade efetiva*; e, mais do que tudo isto o cuidado que se deve ter na formação dos *cimos da hierarquia militar* afastando ou evitando as influências meramente individuais e recusando adotar decisões por considerações alheias ás características irretorquíveis das necessidades do exercício do comando.

**EXTRATO DE UMA CONFERÊNCIA DO PROFESSOR
GIORGIO MORTARA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR
EM NOVEMBRO DE 1946**

Ajustamento da distribuição por anos de idade da população do
Brasil, presente em 1.º de setembro de 1940

1. HOMENS

IDADE Anos completos	b. DADOS RETIFICADOS	
	Originais	Ajustados
15	479 882	473 661
16	455 197	455 118
17	398 810	436 969
18	463 823	421 073
19	360 857	406 714
20	434 162	395 304
21	320 689	386 110
22	404 322	375 100
23	341 558	364 289
24	335 949	353 495
25	408 137	347 040
26	342 762	339 940
27	290 697	326 858
28	355 362	313 428
29	253 102	300 825
30	412 593	289 203
31	200 028	278 373
32	262 942	267 510
33	213 906	257 179
34	211 130	249 314
35	300 144	244 957
36	233 809	240 368
37	182 058	233 638
38	257 027	226 949
39	193 891	219 816
40	384 525	213 547
41	136 162	206 551
42	192 007	199 587
43	141 743	192 147
44	149 505	183 307

45	236 188	171 668
46	157 636	162 448
47	118 709	157 298
48	171 353	151 403
49	102 462	145 505
50	242 820	136 819
51	93 192	127 791
52	131 769	121 509
53	83 911	114 386
54	89 171	107 701
55	122 527	100 693
56	90 454	93 426
57	60 040	86 831
58	87 326	81 225
59	52 594	77 216
60	152 305	72 044
61	38 113	66 477
62	54 765	62 219
63	48 596	58 101
64	44 181	53 999
65	63 910	47 857
66	37 558	42 149
67	27 641	39 260
68	37 225	35 909
69	20 512	32 850
70	61 366	29 383
71	14 705	26 137
72	20 289	24 017
73	15 967	21 881
74	15 542	19 968
75	23 076	17 357

SUMÁRIO DA CONFERÊNCIA

Aspectos gerais da população do Brasil

Introdução: A população como elemento da potência de um país.

A população do Brasil: seu desenvolvimento nos últimos cem anos.

Os fatores desse desenvolvimento: o crescimento natural e o migratório.

Influência da imigração sobre o crescimento natural.

A natalidade e a mortalidade.

A imigração.

A composição da população do Brasil: suas principais características.

Composição segundo o sexo e a idade. População em idades economicamente ativas; população em idades economicamente

passivas; proporção entre esses dois grupos. População masculina com idade militar.

Composição segundo a nacionalidade. Brasileiros e estrangeiros; principais grupos estrangeiros.

Composição segundo a cor. Desenvolvimento comparativo dos diversos grupos de cor.

A densidade e a distribuição territorial da população.

Distribuição segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação.

População urbana e rural. Cidades.

As atividades econômicas da população masculina e da feminina, de 10 anos e mais, e a estrutura econômica do país.

A instrução.

Alfabetização da população nas diversas Unidades da Federação.

Frequência escolar.

As condições de saúde pública.

Morbidade e mortalidade.

Conclusão: A situação demográfica atual. O problema da quantidade da população e o da qualidade. Necessidade de melhoramento das condições sanitárias, difusão da instrução e elevação do padrão de vida.

AOS REPRESENTANTES

A Gerência solicita uma comunicação via-rádio sempre que houver transferência de assinantes.

GENERAL KLINGER

NARRATIVAS AUTOBIOGRAFICAS

VOLUME II

Cinco anos de Capitão no E. M. E. — no Perú
e no México — no Regimento em Itú
(1918 — 1922)

Preço: Cr\$ 25,00

ASSUNTOS DIVERSOS

BOLETIM

O Exército Brasileiro, acompanhando a evolução militar do após-guerra, está numa fase de franca reestruturação. Não é possível esperar frutos imediatos. Mas já estão em elaboração — alguns mesmo prontos — inúmeros regulamentos e manuais nos quais repousará a nova feição material de nossa instituição. As Leis Básicas do Exército, aliás, já estão em plena execução, e nesta fase de experimentação muito há que concluir das inevitáveis reações iniciais.

Vemos, sobretudo, como preocupação principal a presidir esta fase, a de não copiar o que foi feito algures. Pois, como dissemos certa vez, cumpre “ver os exemplos a seguir e não os modelos a imitar”. Por outras palavras: devemos meditar sobre as lições colhidas na guerra por outras nações, mas sem nos esquecermos de nossas deficiências, particularmente de ordem material, nem tampouco do acervo intelectual que várias gerações de honestos profissionais militares nos legaram.

Paralelamente, grandes mutações têm ocorrido nos quadros do alto-comando e da alta administração do Exército. Umas, decorrentes tão somente da reestruturação política do país, afinal recolocado em seus verdadeiros rumos democrático-constitucionais; outras, devido à nova organização funcional e de Grandes Comandos já operada.

Queremos salientar a investidura de dois brilhantes chefes — o General de Exército Salvador Cesar Obino e o General de Divisão Milton de Freitas Almeida — nas chefias do Estado-Maior Geral e do Estado-Maior do Exército, respectivamente.

São duas personalidades de valor sobejamente comprovado através longos anos de carreira das armas. Em funções de Comando e de Estado-Maior puzeram à prova qualidades invulgares de sabedoria, tino e discernimento, que muito fazem crer em sua eficiente atuação à testa de tão importantes órgãos. Principalmente o bom-senso — essa primacial virtude de chefe, que todos julgam possuir e de que tão poucos dão demonstração nos lances da vida diária — é a pedra de toque que caracteriza nitidamente os dois novos expoentes dos mais elevados centros de estudos e preparação para a guerra de nosso país. O Gen. Milton, discípulo de Tasso Fragoso, possui saber, experiência, caráter e senso das realidades brasileiras, tem as mais credenciadas virtudes e dotes de personalidade e caráter necessários ao desempenho da alta investidura de Chefe de Estado-Maior.

Aqui ficam nossas congratulações com o Exército e a homenagem respeitosa aos generais Obino e Milton Freitas, a cuja obra auguramos os mais sinceros votos de felicidade.

Ao assumir a chefia da 1.^a Circunscrição de Recrutamento na capital da República o novo chefe proferiu a oração abaixo.

Usou a seguir da palavra o coronel diretor de Recrutamento cujo discurso transcrevemos em seguida:

"A Defesa Nacional" ao divulgar os conceitos desses camaradas julga oportuno o seu conhecimento pelos seus subscritores.

Discurso do Diretor de Recrutamento, cel. Rafael Danton Teixeira:

Exmos. Srs. Generais.
Meus senhores.
Meus camaradas.

O Brasil, possui dois patrimônios que nos cumpre defender. O patrimônio territorial com as suas variadas riquezas, e o patrimônio humano, a sua população.

A nossa Diretoria zela por este último. Ela se encarrega de recensear e seleccionar o conjunto e instruir parte dela, no manejo das armas e nos mistérios profissionais.

Os tempos que correm são velozes. Vivemos numa época vertiginosa. As nações trabalham afanosamente para preservar o futuro.

Precisamos recuperar o tempo perdido, reajustar a máquina administrativa, educar as elites e o povo para os lances decisivos do nosso destino.

O Exército tem uma grande, uma imensa responsabilidade. Instituído na base da hierarquia e da disciplina, sua organização e funcionamento devem ser perfeitos e servirem de modelo aos demais departamentos governamentais.

Ninguém melhor do que nós oficiais do Exército conhece as condições físicas e morais do "Jéca", desse sertanejo que aí vive no interior brasileiro mourejando à margem da civilização e do amparo dos poderes públicos.

Temos o dever de defender as nossas populações que estão definhando subnutridas e abandonadas.

Sociólogos, antropólogos e nutricionistas de renome como Gilberto Freire, Castro Barreto, Roquete Pinto, Silva Melo, Oscar Clark, Afranio Peixoto, Pedro Borges, têm mostrado em várias publicações às autoridades nacionais, a curva do nosso depauperamento orgânico.

Somos um país sem pão. Precisamos plantar trigo e dele nos emancipar o quanto antes do mercado estrangeiro. Temos terra e clima ótimos para este precioso cereal. Este deve ser um ponto de honra para a nossa administração pública.

A nova Lei do Serviço Militar elimina a migração dos jovens da zona rural dos municípios do interior para as cidades litorâneas onde têm sede as guarnições federais.

Essa inovação, que foi iniciativa pessoal do Exmo. Sr. Presidente da República, quando Ministro, vai trazer por certo, um aumento considerável na nossa estacionária produção agrícola que, autoridades como Luis Amaral, têm analisado em tôdas as minúcias mostrando a sua estagnação quantitativa e a sua depreciação qualitativa.

Nossa alimentação é precária, insuficiente. No Congresso vozes autorizadas como Jerônimo Monteiro têm apresentado sugestões para normalizar essa situação.

Ao recebermos nossos jovens convocados vamos doravante submetê-los a um período de adaptação física e mental. Faremos assim a triagem daqueles que não têm vocação para o rude serviço de

companha. Essa novidade foi colhida no que fazem os exércitos norteamericano, canadense e inglês. É um período prevocacional.

Será necessário aparelharmos os corpos de tropa para aplicar integralmente as prescrições médicas, higiênicas, esportivas e alimentares nesse novo ciclo premilitar do convocado.

Precisamos mais cuidado na alimentação dos nossos soldados. Urge criarmos um curso de dietistas e nutricionistas e bem assim ensinar a arte culinária aos nossos cozinheiros. Eles são amadores. Nada conhecem do ofício.

São estes problemas graves, aparentemente prosaicos, que exigem a meditação dos nossos camaradas e das nossas autoridades civis e militares se quizermos um melhor padrão para o biotipo brasileiro.

As massas combatentes, o exército de choque, deve ter um vigor físico de boa tempera.

O exemplo que a F. E. B. nos proporcionou deve ser assimilado integralmente.

Agora com a Nova Lei, o Exército escolherá o melhor da classe para incorporar. É uma tarefa delicada e cansativa para os nossos médicos, mas de grande alcance militar e social.

O nosso Exército vai instruir nas guarnições federais o que há de melhor física e intelectualmente. Só assim poderemos criar o exército de reserva de especialistas e graduados que uma organização moderna exige.

Na máquina militar moderna somente 20% dos soldados tem ocupação comum, de rotina.

A nossa tropa metomecanizada já está dando os reservistas que manejarão futuramente os tratores para a nossa moderna lavoura.

Na aplicação da Lei do Serviço Militar que breve será regulamentada espero dos camaradas das C.R. uma severidade absoluta.

O Departamento de Administração sob a Chefia do Exmo. Sr. General Newton Cavalcante está bem ao par das nossas necessidades e nos vai ajudar convenientemente.

Na administração pública, mórmente na militar, a ética deve ser rígida, inflexível. Sem autoridade não há governo. E sem honestidade e justiça não há autoridade.

Espero que o novo chefe da C. R. seja um defensor incansável da renovação que se pretende implantar no Serviço Militar.

É preferível ter uma tropa pequena mas bem aparelhada e instruída, coesa pela disciplina, a ter numerosas forças sem liames morais e técnicos.

Só administra e comanda bem quem fiscaliza, quem controla o serviço e as ordens.

Espero que esta repartição tome uma feição de acôrdo com os tempos modernos que vivemos.

Ten. Cel. Bonorino:

No Colégio Militar e nos bancos acadêmicos divagamos juntos sobre a grandeza e o futuro do Exército e do Brasil.

Hoje estamos na fase objetiva, investidos de autoridade, não podemos sonhar, temos que decidir.

A Capital da República merece uma Circunscrição de Recrutamento na altura do seu povo e do seu esplendor.

Tenho certeza que a sua capacidade de organização revelada em Recife, Petrópolis e na Vila Militar em encargos em que os pendões administrativos foram postos à prova e tiveram triunfos esplêndidos, aqui se manifeste mais uma vez, aparelhando esta repartição para

que ela honre o Exército e apresente ao civil que vai transpor as soleiras dos nossos quartéis, uma noção de ordem, de asseio e de rendimento de trabalho.

A Diretoria fará tudo o que puder para que a 1.^a Região Militar se gabe de ter um serviço de recrutamento digno da nossa metrópole.

Discurso do Ten.-Cel. Bonorino:

Senhores

No desempenho de minhas funções, procurarei sistemática e ativamente fiscalizar os órgãos preparadores do recrutamento de maneira que no próximo ano a 1.^a Região Militar possa colher os primeiros frutos. Para maior eficiência do serviço e melhor atender os interessados, pugnarei pela descentralização das Juntas ora reunidas nesta repartição acabando-se assim com esses ajuntamentos de milhares de moços, dias a fio, nas imediações deste edifício vindos das mais distantes paragens do Distrito Federal e ocasionando espetáculo nada agradável e pouco recomendável do ponto de vista militar. Desejo ter a honra de contar desde já com o decidido apoio de meus chefes imediatos o digníssimo Snr. Gen. Cmt. da 1.^a Região Militar e o prezado Diretor de Recrutamento — para imediata localização e suprimento do pessoal e material às Juntas de Recrutamento, o reaparelhamento substancial desta C.R. tendo em vista obter-se o máximo de rendimento em trabalho e de modo que o Exército e em particular a 1.^a Região Militar, possam orgulhar-se de como a 1.^a Circunscrição de Recrutamento serve o povo da Capital do país.

— Empregarei o melhor de meus esforços no sentido de pôr em dia os assuntos que se acham em atraso de alguns anos nesta repartição, mesmo que para tal desideratum eu tenha que apelar para meus dedicados auxiliares na realização de trabalhos extraordinários.

— Faço questão fechada de que o público, tenha nas Juntas de Circunscrição, tratamento atencioso, rápido e eficiente. Não permitirei intermediários no trato das situações militares dos cidadãos e farei cumprir a Lei na esfera de minhas atribuições. No Gabinete da Chefia, receberei as partes interessadas com o mais elevado desejo de servir a coisa pública procurando sempre dignificar o cargo que me foi confiado. Aceitarei de boa vontade quaisquer reclamações feitas em termos, — venham elas donde vierem.

— Nossa Pátria entra atualmente em nova fase política e precisamos, os que exercem uma parcela que seja de autoridade, precisarmos, repito, dar o exemplo com a perseverança no trabalho e na lisura no procedimento.

— Serei inflexível com os relapsos e os acomodaticios. Nossa profissão não se coaduna com o regime do compadresco. No meu posto distribuirei a justiça com a maior serenidade estimulando os zelosos e procurando corrigir os transviados. Serei chefe e amigo — só distinguindo aqueles que se recomendarem pelo valor e pelo caráter.

Snr. Diretor de Recrutamento: estamos certos de que acabais de prestar ao país com os demais membros da comissão elaboradora da Lei do Serviço Militar, inestimável e magnífico serviço. O tempo se encarregará de consagrar nossa afirmativa. Por enquanto, podemos declarar: a atual Lei e seu regulamento, têm, a grande virtude de extinguir desde já essa balburdia que se estabeleceu em nossa legis-

lação de serviço militar consequente às centenas de avisos, notas, portarias e soluções de consultas iniciados em 1923 e continuados em 1939 por nunca ter sido regulamentada a Lei dêste ano.

Finalizando, agradeço aos chefes presentes ou representados a honra do estímulo e a deferência; aos camaradas da Circunscrição, incito a que perseverem no trabalho pelo nosso Exército afim de que ele seja sempre digno de seu passado e possa cumprir com seu glorioso destino, de defensor de nossa terra, de nosso povo, da nossa honra e das nossas altas tradições.

AVISO AOS COLABORADORES

O pagamento dos artigos publicados será feito às quartas-feiras, às 17 horas, em nossa sede, pelo Tesoureiro.

LIVROS NOVOS

Major UMBERTO PEREGRINO

NAPOLIS E... POUCO MAIS — Gen. F. Paula Cidade —
Bibliotéca Militar — 1946.

"*Napoles e... pouco mais*", nasceu da permanência do Gen. F. Paula Cidade na Itália, incorporado à F.E.B., na qualidade de Juiz do Conselho Supremo de Justiça Militar que acompanhou os nossos expedicionários. Não refere, destarte, episódios da linha de frente, nem sequer dos pontos à retaguarda, onde estacionava a tropa, nos intervalos da batalha. O Conselho, por sua própria natureza, foi instalado em Vila Gemma, nos arredores de Napoles. O que se encontra, pois, nesse livro são impressões de um país espiritual, da pátria da beleza, cujos filhos têm a vocação da arte, e que o autôr encontrou violada e conspurcada.

Dai serem essas páginas uma equilibrada associação de impressões diretas, muitas vezes transparente reproduzidas do "diário" em que foram fixadas, como referências de leituras antigas e recentes, estas feitas, naturalmente, para reforço de elementos, na fase de composição do livro.

Aliás, se as influências livrescas são sempre oportunas, interessantes e bem dosadas no trabalho do Gen. Cidade, o memo já se não poderá dizer das influências do seu "diário", que se apresentam quasi sempre muito ostensivas e por vezes até conduzem à perpetração de excrescências indesejáveis. Queremos referir-nos a textos como os que se seguem, cuja ociosidade é manifesta :

"Visitámos o consulado brasileiro de Dakar, onde fomos gentilmente recebidos pelo nosso consul naquela cidade africana" (pag. -8).

"Partimos para Casablanca, na mesma aeronave ou noutra perfeitamente igual à que nos trouxera de Acra". (pag. 18).

Pela manhã o vôo é calmo e agradável, mas á tarde é sacudidissimo e cheio de acrobacias. Felizmente, em circunstâncias como essas, o meu estomago nada acusa, mas para quem enjoa, não pode haver cousa mais desagradável". (pág. 19).

"Fomos servidos por senhoritas muito gentis, que nos deram sanduiches e um prato de carne". (pág. 21).

"Ainda em Argel, visitamos o pavilhão da Associação Cristã de Moços, onde nos foram servidas ameixas e outras frutas". (pág. 21).

"Aquelas figuras bem podem ter uns 15 séculos, ou sejam mais ou menos uns mil e quinhentos anos". (pág. 80).

Positivamente são de interêsse muito relativo para o leitor as gentilezas profissionais de algum consul, a identidade do avião em que foi feito determinado percurso, informações sobre as reações de certos estomagos quando o avião não vôa serenamente ou notícias sobre a alimentação, aliás incaracterística, que foi servida no correr da viagem. E, pelo mesmo motivo da inutilidade, poderia ter sido evitada aquela conta dos 15 séculos que correspondem "mais ou menos" a 1.500 anos...

Fóra daí, porém, todo o material de que se valeu o Gen. Cidade é de primeira ordem, e teve o melhor aproveitamento.

Não obstante a distância da linha de frente a que o autor permaneceu e a curiosidade intelectual que principalmente o movia nas suas excursões além de Napoles, a atmosfera da guerra está presente, nitidamente presente nas suas narrativas.

Este é um quadro da terra ocupada :

"Em velhissimas *charretes* descobertas, com assentos apenas para dois passageiros, puxada por magro cavallinho,

passam risonhos, acompanhados de raparigas e a fazer caretas aos seus camaradas, fuzileiros navais americanos".

Nesta outra cena sentimos não só a guerra, mas a natureza da guerra:

"As portas dos *bars* "permitidos a militares das nações unidas", conforme se lê nas tabuletas afixadas pelo comando americano, formam-se filas de neerlandeses, de americanos, de brasileiros, de polacos, de indianos, de ingleses, de africanos, de franceses, enfim, de gente que não se conhece e que provavelmente nunca mais se encontrará na vida".

Por vezes a cena retrata o estado do povo italiano e aí é pungente:

"Maltas de homens e de crianças, com latas vazias de conserva às mãos, desenvolvem imensa atividade para encher esses recipientes das pontas de cigarros que os soldados vão jogando fóra".

Em muitas e muitas passagens, porém, esquecemos a guerra. O homem sensível e bem informado que é o Gen. Cidade leva-nos a ver a verdadeira Itália eterna, aquela que amamos e que nenhuma cretinização fascista poderia destruir ou deformar.

E assim, pelas estradas atulhadas de veículos militares, balizadas por mil carcassas incendiadas, transitou um carro em demanda do tumulto de Virgílio. Estranhámos, porém, a confissão que, a propósito dessa visita, faz o autor: "Há tempos — escreve ele — tentei reler, através de uma boa tradução, a *Eneida*. Quem disse! No fim de poucas páginas de versos e comentários, o sono tomava conta de mim."

Depois disto a devoção que levou o autor à "Tomba de Virgílio", já não nos parecerá tão pura, adquirirá, por força, uma mescla de intenções turísticas...

Em certo trecho o Gen. Cidade, sempre atento e bem informado, aponta-nos as ruínas de um castelo construído, ha séculos, por Frederico de Hohenstaufen, e refere que ali residiu Lucrecia d'Alagno, "uma bonita mulher que enredou nos seus encantos o rei Afonso". Por causa disso ajunta

que "aquele recanto deve ter guardado muitos segredos imperiais e muitas carcerias clandestinas..." Plausíveis imaginações, não ha duvida...

A nosso sentir, as melhores páginas de todo o livro estão no capítulo sobre Pompéia. E compreende-se porque, quando se ouve do próprio autor essa sensível declaração: "Visitar Pompéia havia sido sempre um dos meus maiores desejos. Meter-me pelas suas ruas desertas, conversar comigo mesmo sobre a fragilidade de tudo que o homem cria para si, interrogando aquelas casas abandonadas ha dois mil anos, testemunhas incorrutas de uma das páginas mais velhas da história da humanidade, eis uma ambição que inesperadamente vi satisfeita".

Apezar do guia, cujo auxilio é perturbador quando alguem vai a uma visita dessas com emoção, com amor, o Gen. Cidade fixa impressões e observações muito pessoais a respeito de Pompéia. Contudo, devemos guardar o seu sutil conselho: "Quem quiser compreender o *outro lado*, a alma de uma cidade morta — verdadeiro paradoxo — vá sem guia e sem companheiros. Compre o seu roteiro, estude-o, prepare a tarefa de cada dia e com o seu livrinho na mão interrogue os monumentos".

Uma pena que o autor tendo posto, como pôs, tantos cuidados na apresentação do seu livro, a revisão ainda o tenha traído tão grosseiramente, como nessas passagens: "o modo de nos *comportar-nos* (p. 15); "cuja base gosava da pouca *invejavel*" (p. 23) "os estragos foram aumentados pela circunstância *do* major usar calções". (p. 20).

Notamos umas reiteradas expansões do autor, as quais, conquanto legítimas, não fariam nenhuma falta se ausentes dessas páginas inspiradas pelas mais altas preocupações do espírito. Julgue o leitor: "Cada qual fez suas compras. Deixamos ali um bom punhado de liras". (p. 137) "O comércio é, pelo menos agora, de bugigangas caríssimas, verdadeiramente pela hora da morte; ninguém escapa a esse tributo pesadíssimo, ao lembrar-se de parentes e amigos distantes".

Os "parentes e amigos" que a caso derem com os olhos nessas alegações certamente constranger-se-ão, e, conforme o grau da intimidade, poderão até entrar em cogitações de indenização...

De parte, porém, as insignificantes restrições que aqui levantamos, as quais, de certo, em nada afetam o valor da obra, que é muito, desejamos saudar, neste oportuno e feliz volume da Biblioteca Militar, a presença de um dos nossos mais ilustres, experimentados e atraentes escritores militares, o Gen. F. de Paula Cidade. Lê-lo em *"Napoles e... pouco mais"* foi, além de tudo, uma grata oportunidade de verificar a extraordinária flexibilidade intelectual do grande autor das "Notas de Geografia Militar Sul-Americana".

Dicionário Militar Brasileiro

(Continuação)

Pelo Cap. OCTÁVIO ALVES VELHO

DEGRAUS — 1 — Partes constitutivas de uma escada.

2 — Lances sucessivos em altura.

3 — *Planaltos* que se sucedem à semelhança de uma grande escada.

DENSIDADE da COLUNA — Número de viaturas de uma coluna de marcha numa determinada estrada, expresso em viaturas por quilômetro.

DEPARTAMENTO GERAL de ADMINISTRAÇÃO — Órgão do Alto-Comando do Exército destinado a : — superintender as questões relativas ao pessoal, inclusive o serviço militar e as reservas, assim como os assuntos referentes ao material; — tratar de tudo quanto se relacione com o equipamento geral do território do País, tendo em vista o provimento das necessidades da mobilização e o emprego das forças cuja responsabilidade é atribuída ao Exército. Compreende um Diretor, um Gabinete, Sub-chefias, Divisões e órgãos anexos. Ficam-lhe subordinadas as Diretorias de Pessoal, de Material Bélico, de Engenharia, de Transmissões, de Recrutamento, de Intendência, de Saúde, e de Remonta e Veterinária.

DEPARTAMENTO TÉCNICO e de PRODUÇÃO — Órgão do Alto-Comando do Exército destinado a : — superintender todas as atividades técnicas, científicas e de produção que interessam ao Exército; — estabelecer normas técnicas para a aquisição, fabricação, recebi-

mento e manutenção de materiais de toda a espécie, assim como matérias primas; — incentivar a produção nacional, no sentido da obtenção de recursos necessários à guerra; — dirigir e coordenar a produção nos estabelecimentos, fábricas e arsenais do Exército; — superintender o ensino e as atividades técnico-científicas de aplicação na guerra. Compreende: — um Diretor, um Gabinete, Divisões e órgãos anexos. Ficam-lhe subordinados o Serviço de Obras e Fortificações, o Serviço de Fabricação e o Serviço Geográfico do Exército, órgãos experimentais de provas e pesquisas, e a Escola Técnica do Exército.

DEPÓSITO — Local organizado para o recebimento, classificação, armazenagem, distribuição e aproveitamento dos reaprovisionamentos, ou para recebimento, classificação e encaminhamento de pessoal de substituição. Pode ser de *Arma*, de *Serviço* ou *Geral*.

DEPÓSITO AVANÇADO — Depósito de reaprovisionamento na Secção Avançada da Zona de Comunicações de um Teatro de Operações, à frente dos depósitos-base e dos depósitos intermediários.

DEPÓSITO-BASE — Depósito de reaprovisionamento situado na Secção da Retaguarda da Zona de Comunicações de um teatro de operações, atrás dos depósitos avançados e dos intermediários.

DEPÓSITO GERAL — Aquele que pertence a duas ou mais Armas ou a dois ou mais Serviços Provedores.

DEPÓSITO INTERMEDIÁRIO — Depósito de reaprovisionamentos situado na secção intermediária da Zona de Comunicações de um teatro de operações.

DEPÓSITO PROVISÓRIO — Armazenamento provisório dos suprimentos feito por Corpos de Exército, Divisões ou unidades menores. E' designado pelo nome da unidade que o estabelece e pela classe de reaprovisionamentos nele armazenados. Quando a distribuição dos

suprimentos é feita nele mesmo, recebe o nome de *Centro de distribuição*.

DEPÓSITO de SERVIÇO — Depósito de reaprovionamentos pertencentes a um único e determinado Serviço Provedor.

DEPRESSÃO — 1 — Ato ou efeito de abaixar.

2 — Diminuição. Abaixamento. Afundamento.

3 — Abatimento. Prostração.

4 — Descida. Buraco.

5 — Parte funda. Rebaixo. Reentrância. Reentrante.

6 — Forma elementar do relevo do terreno, de nível inferior ao do terreno circunvizinho, que, comparado com este, dá ideia de verdadeira escavação. Forma oposta à *elevação*, e à qual vão ter as águas das chuvas que se escoam ao longo das vertentes das montanhas que a cercam. Em grande maioria, as depressões são leitos de escoamento das águas e têm o nome genérico de *vales*.

DERIVA — 1 — Graduação lida no, ou comandada para, o aparelho de pontaria em direção de uma peça. Caracteriza o ângulo formado pelos planos de pontaria e de tiro.

2 — Ângulo formado pelo *plano de visada* com o plano vertical que passa pelo eixo da peça.

3 — Pequena superfície localizada verticalmente na extremidade posterior do *dorso da fuselagem* do avião. Tem por função contribuir para a *estabilidade direcional*.

DERIVA NORMAL — Aquela com o qual o *plano de visada* fica paralelo ao *plano de tiro*, quando se efetua a visada na direção de tiro. É variável com os diferentes materiais, constituindo uma característica do aparelho de pontaria. Nos materiais atualmente em uso na Artilharia de Campanha, ela é nula por construção.

DERIVA de REFERÊNCIA — É a lida no aparelho de pontaria de uma peça quando esta refere sua direção.

DERIVA de VIGILÂNCIA — É a *deriva de referencia* de uma peça correspondente a uma direção de vigilância determinada.

DERIVAÇÃO — Ângulo sob o qual é vista da origem do tiro a *derivação linear* do projétil.

DERIVAÇÃO ANGULAR — V. *Derivação*.

DERIVAÇÃO LINEAR — Distância entre um ponto da trajetória descrita pelo projétil e o plano de projeção. É devida ao movimento de rotação do projétil.

DESCAMPADO — *Planície* muito extensa, cultivada ou que a isso se preste.

DESDOBRAMENTO — 1 — Passagem das formações de estrada, em massa, para um dispositivo em pequenas colunas ou grupos, prontos para entrarem em ação.

2 — Dispositivo adotado por um determinado conjunto de unidades de Artilharia na ocupação de suas posições de combate e tiro.

3 — O ato das unidades de Artilharia tomarem esse dispositivo.

DESENFIAAMENTO — Proteção contra o fogo ou as vistas do inimigo, fornecido por u'a máscara ou massa cobridora.

DESENHO TOPOGRÁFICO — Parte artística da Topografia que tem como finalidade a construção das cartas e plantas topográficas com os dados obtidos pela Topometria.

DESENVOLVIMENTO — Alargamento da frente de uma unidade.

DESERTO — *Planície* inculta, desprovida de água e vegetação.

DESFILADEIRO — Passagem mais ou menos longa entre duas elevações do terreno, cujas vertentes se prestam a uma organização capaz de por aí barrar a passagem de tropas, ou ainda, suscetível de ter essa passagem impe-

dida por uma organização localizada em um movimento do terreno que a enfile. Em qualquer caso, apresenta um acesso difícil entre as elevações que a formam.

DESLOCAMENTO (*) — Movimento realizado por uma tropa, na zona de combate, por estrada de rodagem, seja a pé, a cavalo ou em veículos automóveis.

Classifica-se: — quando ao sentido (da batalha, para a batalha, roçada), quanto à segurança (em segurança relativa ou sem segurança), quanto às condições de meios de transporte (com os próprios meios ou com meios de reforço), quanto à hora (diurno, noturno, misto), quanto às condições de tempo (com calor, com frio, na neve), quanto ao terreno (em terreno plano, em terreno montanhoso, etc.), etc.

DESLOCAMENTO da BATALHA — O que é realizado da frente de combate para a retaguarda.

DESLOCAMENTO para a BATALHA — O realizado da retaguarda para a frente de combate.

DESLOCAMENTO DIURNO — O totalmente realizado durante o dia.

DESLOCAMENTO MISTO — O que se efetua em parte durante o dia e em parte à noite.

DESLOCAMENTO NOTURNO — O que se faz totalmente durante a noite.

DESLOCAMENTO em SEGURANÇA RELATIVA — Aquele que se realiza com a previsão de, na pior hipótese, haver necessidade dos elementos de segurança se oporem à intervenção de fracos elementos inimigos.

DESLOCAMENTO sem SEGURANÇA — Aquele cuja execução poderá ser perturbada pelo inimigo, exigindo a intervenção do Grosso para repeli-lo ou a ele se opor.

(*) — Substitui a definição publicada no n.º de Dezembro de 1945.

DESTACAMENTO de APROVEITAMENTO do EXITO — Grupamento tático, geralmente motorizado ou moto-mecanizado, e sempre que possível apoiado pelas Forças Aéreas, que após um ataque bem sucedido é enérgicamente impulsionado para a frente a fim de se lançar contra as colunas e comboios do inimigo que se retraem, procurando preceder seus destacamentos retardadores nos pontos de passagem obrigatória e cortes do terreno.

DESTACAMENTO de CONTRA-RECONHECIMENTO — Aquele que é constituído especialmente para impedir a realização de reconhecimentos terrestres pelo inimigo e a obstar a transmissão de informações ao adversário.

DESTACAMENTO de EXÉRCITO — Grande Unidade constituída, para execução de missões especiais e geralmente temporárias, pela reunião de tropas e órgãos de Serviços, de importância variável com a missão, dispondo ainda de um Quartel-General.

DESTACAMENTO MISTO — Grupamento de tropas e órgãos de Serviços, de organização especial, destinada à execução de determinadas missões, como, por exemplo, a defesa de regiões fortificadas.

DESTACAMENTO RETARDADOR — 2 — Elemento leve de Cavalaria, hipo ou moto-mecanizado, dotado de certa potencia de fogo que lhe permite tomar o contacto com o inimigo e não mais largá-lo, retardando sua progressão segundo os eixos que conduzem à posição onde se acha o grosso da tropa amiga.

DESTACAMENTO de RETOMADA do CONTACTO — Grupamento tático, em princípio motorizado ou moto-mecanizado, que uma tropa lança ao encalço do inimigo que se furtou ao contacto, aproveitando condições favoráveis, a fim de obrigá-lo a aceitar o combate novamente.

DESTRUIÇÃO — 1 — Um dos processos de execução dos trabalhos de barragens, destinado a criar obstáculos à progressão e ao desdobramento das tropas inimigas, assim como a suprimir recursos e instalações por eles utilizáveis. Pode ser *simples* ou *importante*. Para serem eficazes as destruições devem abranger uma frente de extensão apreciável.

2 — Um dos generos de *tiros de eficácia* da Artilharia de Campanha.

3 — Efeito dos *tiros de destruição* de Artilharia, em consequencia da demolição do material e do revolvimento das organizações do terreno. Pode ser *parcial* ou *total*.

4 — Missão ou operação normalmente executada pela Caça, compreendendo o conjunto de ações conduzidas tendo em vista exclusivamente causar perdas às Forças Aéreas inimigas, fora mesmo do quadro das missões de *Cobertura e Proteção*.

DESTRUIÇÃO IMPORTANTE — Trabalho de destruição da alçada das tropas de Engenharia, dispondo ou não de mão de obra auxiliar. Nesta categoria se incluem as destruições das rédes de transmissão, instalações de força-motriz, grandes edificações, represas, instalações portuárias, obras de concreto, etc., e todas aquelas destinadas a criar *obstáculos de 1.^a categoria*.

DESTRUIÇÃO PARCIAL — 1 — Aquela que visa destruir apenas parte do material, instalação ou organização do inimigo.

2 — Efeito visado ou obtido pelos *tiros de destruição* da Artilharia quando se quer destruir somente uma parte do material, instalação ou organização do inimigo.

DESTRUIÇÃO SIMPLES — Trabalho de destruição realizado por tropas de qualquer Arma. Nesta categoria distinguem-se as destruições.

- a) Que podem ser executadas por meio de ferramentas de destruição: — destruições ligeiras das vias de comunicação (trincheiras normais às estradas, demolição de pontilhões de madeira, etc.), trabalhos de obstrução (abatizes ao longo das estradas), trabalhos de demolição (muros e edificações pouco importantes, etc.).
- b) Que exigem o emprego de explosivos: — destruições de obras d'arte ou pontos especiais das vias de comunicação, de certas obras de organização do terreno, de habitações, etc. (estas só podem ser confiadas a especialistas).

DESTRUIÇÃO TOTAL — 1 — Aquela que visa a destruição total do material, instalação ou organização do inimigo.

2 — Efeito visado ou obtido pelos *tiros de destruição* da Artilharia quando se quer destruir totalmente o material, instalação ou organização do inimigo.

DESTRUIDORES de CARROS — Engenhos blindados especialmente destinados a destruir os carros de combate inimigos com tiros diretos. Podem receber as seguintes missões secundárias: — reforço à Artilharia, destruição de pontos fortes, defesa de praias e de rios, apoio a operações de desembarque ou de transposição de cursos d'água. Agem agressivamente, explorando a mobilidade para realizar concentrações rápidas, atuando de *posições de ataque* vantajosas. Cooperam intimamente com as outras Armas, especialmente com os Carros, a Infantaria e a Artilharia. Atuam sempre pela combinação do fogo e movimento, procurando concentrar seus esforços sobre os flancos e a retaguarda do adversário.

DESVIO — 1 — É um erro tomado em valor absoluto. É a medida utilizada no Tiro.

2 — Diferença, em valor absoluto, entre o *ponto de incidência* de um tiro e o *ponto médio* da série de tiros realizados com os mesmos elementos.

DESVIO ABSOLUTO — Hipotenusa dum triângulo retângulo, cujos catetos são as coordenadas do ponto considerado.

DESVIO MEDIANO — V. *Desvio provável*.

DESVIO MÉDIO da MÉDIA — Desvio médio quadrático que se comete quando se toma o valor médio como substituto do valor verdadeiro.

DESVIO MÉDIO QUADRÁTICO — Raiz quadrada da soma dos quadrados dos desvios (verdadeiros ou aparentes), dividida pelo número deles.

DESVIO MÉDIO SIMPLES — Média aritmética dos desvios.

DESVIO PROVÁVEL — 1 — Aquele cuja probabilidade de aparecimento é igual a 50 %.

2 — Profundidade das faixas de dispersão do tiro. No caso do tiro percutente em terreno horizontal, há um desvio provável *em alcance* e um outro *em direção*, cujos valores relativos estão entre si segundo a relação 1/10; no caso do tiro percutente num terreno em eclive, ou no caso do tiro de tempo, existe mais o desvio provável *em altura*. O valor do desvio provável permite apreciar a maior ou menor precisão de uma arma.

DESVIO PROVÁVEL em ALCANCE — 1 — No tiro percutente: Valor geralmente expresso em metros e correspondendo a cerca de 1/200 do alcance considerado.

2 — No tiro de tempo: É igual à metade do intervalo compreendido entre dois planos perpendiculares ao plano de tiro, igualmente distantes do ponto médio e de tal modo que a metade dos arrebitamentos esteja contida entre eles. É expresso em metros.

DESVIO PROVÁVEL em ALTURA — 1 — No tiro percutente: É semelhante ao desvio provável *em alcance*, considerando-se, porém, o retângulo de dispersão num plano vertical que corta o feixe de trajetórias perpen-

dicularmente à direção do tiro. E' igual ao desvio provável em alcance multiplicado pela tangente do ângulo de queda.

2 — No tiro de tempo: E' a metade do intervalo compreendido entre dois planos horizontais igualmente distantes do *ponto médio* e de tal modo que a metade dos arrebitamentos esteja compreendida entre eles. E' expresso em metros ou em milésimos.

DESVIO PROVÁVEL em DIREÇÃO — Geralmente expresso em metros ou milésimos. Para a maioria dos materiais da Artilharia de Campanha é de Ordem de 0",5. Nos materiais de tiro mergulhante, varia no mesmo sentido que o alcance.

DESVIOS CARACTERÍSTICOS — V. *Erros característicos*.

Índice de trabalhos publicados pela Revista por colaboradores

(De 1940 a 1945)

H

HEITOR AUGUSTO BORGES

Educação Física — Rev. n.º 317.

Nota de Instrução n.º 1 da I.D./1 — Rev. n.º 318.

Discurso pronunciado pelo Gen. Heitor Borges — Rev. n.º 342.

HEITOR BORGES FORTES

A manobra e o tiro do Grupo de 75 divisionário — Rev. n.º 318.

A tática Geral e o emprego das armas nas páginas de "A Defesa Nacional"
— Rev. n.º 320.

HEITOR ALMEIDA HERRERA

Mobilização Industrial — Rev. n.º 315.

A Doutrina de Guerra Francesa e a campanha de 1940 — Rev. n.º 363.

HEITOR PAIVA

Tática de Cavalaria — 1.ª série — Rev. n.º 333.

Tática de Cavalaria — 2.ª série — Rev. n.º 334.

Tática de Cavalaria — 3.ª série — Rev. n.º 335.

Tática de Cavalaria — 4.ª série — Rev. n.º 336.

Correções dos quadros de Tática de Cavalaria — Rev. n.º 339.

HENRI MARCIAL VALIN

A Aviação de Bombardeio em 1939-40 — Rev. 317.

A aviação moderna e a defesa nacional — Rev. n.º 319.

A aviação moderna e a defesa nacional — Rev. n.º 321.

A aviação moderna e a defesa nacional — Rev. n.º 322.

HENRIQUE BAPTISTA DUFFLES TEIXEIRA LOTT

Narração, feita pelo seu próprio comandante, dos combates, de um batalhão de infantaria, do Exército Alemão, na Região do Sul de Faul Nancy (Cap. Drossel) — Rev. n.º 329.

Unidades Blindadas no caminho da vitória — Rev. n.º 332.

Princípios que regem as operações dos alemães — Rev. n.º 335.

HERMES GUIMARAES

Tiro de acordo na Artilharia de Costa — Rev. n.º 338.

HOICHE PULCHERIO

Qualidades de um chefe — Rev. n.º 316.

Comentários à margem da guerra — Rev. n.º 322.

A Cavalaria — Rev. n.º 325.

HUGO DE ANDRADE ABREU

A instrução da secção de morteiros — Rev. n.º 323.

A instrução da secção de morteiros — Rev. n.º 324.

HUGO GARRASTAZU

Alguns problemas da Cavalaria em face do material moderno — Rev. n.º 329.

Iniciação e Adexramento — Rev. n.º 336.

HUGO MANHAES BETHLEM

- O adestramento do cavalo d'armas — Rev. n.º 342.
 O adestramento do cavalo d'armas — Rev. n.º 343.
 O adestramento do cavalo d'armas — Rev. n.º 344.
 Os Cossacos Derrotam Unidades Blindadas — Rev. n.º 353.

HUGO DE MATTOS MOURA

- O emprêgo tático das cortinas ou nuvens de fumaça — Rev. n.º 317.
 A infantaria e a defesa contra Engenheiros Blindados — Rev. n.º 324.
 Características e Organização da Divisão Motorizada — Rev. n.º 347.
 Aspêcto Militar da Guerra Psicológica — Rev. n.º 347.

HUGO PANASCO ALVIM

- Transposição de cursos d'agua — Rev. n.º 314.

HUGO SA CAMPELLO FILHO

- O Tubo reductor para o tiro de instrução do canhão de 37 mm. contra Carro — Rev. n.º 362.

I

IRAPUAN XAVIER LEAL

- O exército do trabalho — Rev. n.º 326.
 Juventude Brasileira — Rev. n.º 329.
 Unidades e guarnições de fronteira — Rev. n.º 334.
 Cavalo ou Motor — Rev. n.º 340.
 Um problema de fronteira — Rev. n.º 341.
 A Guerra em duas frentes — Rev. n.º 342.
 O Brasil e os Argumentos de Seversky — Rev. n.º 354.
 Como Orientar a Juventude — Rev. n.º 360.
 Qual será a formula política-social de após-guerra? — Rev. n.º 361.

ISMAEL LEITE XAVIER

- Olavo Bilac e a "semana do serviço militar" — Rev. n.º 328.

ISMAR TAVARES MUTEL

- Seleção e personalidade militares — Rev. n.º 328.

IVANO GOMES

- A promoção por merecimento no Exército — Rev. n.º 326.
 Revisão da Doutrina de Guerra — Rev. n.º 340.
 Um tabú — O 2.º período — Rev. n.º 346.

IVO BORGES

- Como possuir uma aviação — Rev. n.º 318.

J

JAIR DANTAS RIBEIRO

- A Infantaria no combate à noite — Rev. n.º 322.
 A Infantaria no combate à noite — Rev. n.º 323.
 A Infantaria no combate à noite — Rev. n.º 324.
 A Infantaria no combate à noite — Rev. n.º 325.

JALDYR BHERING FAUSTINO DA SILVA

- O Chefe e a Tropa — Rev. n.º 364.

JAYME ALVES LEMOS

- A Defesa de Costa — Rev. n.º 334.

JAYME RIBEIRO DA GRAÇA

- A batalha de Minsk-Bialystoc, da guerra germano-russa e as clássicas manobras militares — Rev. n.º 329.
 A guerra consequência geográfica — Rev. n.º 330.

JAYME ROLEMBERG DE LIMA

Ração de Reserva — Rev. n.º 353.

JOAO DE ALMEIDA FREITAS

Marcha para o Oeste e a nova Carta Política do Brasil — Rev. n.º 328.

JOAO BAPTISTA DE MAGALHAES

O segundo turno na Russia — Rev. n.º 341.

Os adversários apressam-se para uma decisão antes do inverno — Rev. n.º 343.

A D. I. Germânica — Rev. n.º 343.

A Criação de uma D.I. — Rev. n.º 344.

Alguns Ensinamentos de Três Anos de Guerra — Rev. n.º 345.

Uma Idéia sobre as 7 frentes Japonesas — Rev. n.º 347.

O Combate de Contra-Envolvimento de uma D.I. — Rev. n.º 348.

A Recaptura de Mozhaisk — Rev. n.º 349.

A Guerra Motomecanizada — Rev. n.º 350.

O Emprêgo da Cavalaria Ligeira Motomecanizada — Rev. n.º 353.

A Cavalaria Moderna na Frente Oriental — Rev. n.º 354.

Os Reajustamentos da Doutrina — Rev. n.º 357.

A Velhice — Rev. n.º 360.

Doutrina de Guerra e Processos de Ação — Rev. n.º 365.

Inauguração do Retrato de A.L. de Freitas Pereira na Galeria de "A Defesa Nacional" — Rev. n.º 370.

Osorio, Lenda e símbolo de um povo — Rev. n.º 374.

Caxias e Osorio — Rev. n.º 375.

JOAO BAPTISTA DE MAGALHAES e OROZIMBO MARTINS PEREIRA

Orações notáveis — Rev. n.º 323.

JOAO BAPTISTA DE MATTOS

A instrução de combate e o problema do terreno — Rev. n.º 328.

JOAO BATISTA SANTIAGO WAGNER

Idéias Suíças sobre o combate à noite — Rev. n.º 347.

Identificação de tropas amigas — Rev. n.º 357.

Fumaças coloridas para Identificação — Rev. n.º 358.

Cavar ou Morrer — Rev. n.º 359.

JOAO DE DEUS NORONHA MENNA BARRETO

Instrução na cavalaria — Rev. n.º 322.

Instrução na cavalaria — Rev. n.º 325.

Instrução na cavalaria — Rev. n.º 325.

Instrução na cavalaria — Rev. n.º 327.

Instrução na cavalaria — Rev. n.º 330. (2.º periodo).

JOAO FACO

Notas do General Hawkins — Rev. n.º 355.

A tática dos Cossacos — Rev. n.º 355.

O Emprego da Cavalaria na Batalha — Rev. n.º 358.

JOAO FRANCISCO MOREIRA COUTO

Combate de Carras — Rev. n.º 374.

JOAO LANNES LEAL

Caxias — Rev. n.º 339.

JOAO MACHADO FORTES

Comando de "Linha de Fogo" — Rev. n.º 331.

JOAO DE SECADAS VIANA

Instrução na Tropa — Rev. n.º 324.

JOAQUIM JOSE BENTES RODRIGUES COLLARES

Motorização de uma Secção de equipagem — Rev. 333.

JOAQUIM DE MELO CAMARINHA

Tiro de Metralhadora — Rev. n.º 352.

JOAQUIM SOARES d'ASCENÇÃO

Elementos Mecanizados da D.C. — Rev. n.º 345.

JONES DOS SANTOS NEVES

Oficiais da Reserva do Exército no Espírito Santo — Discurso de Intervenção — Rev. n.º 366.

JOSÉ BEZERRA PESSOA

Conservação dos Carros no Combate — Rev. n.º 347.

O Emprêgo das Unidades de Destruidores de Carros — Rev. n.º 366.

JOSÉ CAMPOS DE ARACÃO

Defesa Contra aeronaves — Rev. n.º 323.

Defesa Contra aeronaves — Rev. n.º 329.

Defesa Contra aeronaves — Rev. n.º 332.

A Solução do problema do tiro anti-aéreo — Rev. n.º 334.

Defesa Passiva — Rev. n.º 340.

JOSÉ CARLOS CRUZ MIRANDA

Posto Central do Tiro — Rev. n.º 347.

JOSÉ CARLOS MOREIRA

Retirada da Laguna — Rev. n.º 326.

JOSÉ CODECEIRA LOPES

Orgulhos da Cavalaria — Rev. n.º 318.

JOSÉ FERRAZ DA ROCHA

Vias de Comunicações do Rio Grande do Sul — Rev. n.º 318.

JOSÉ DE FREITAS LIMA SERPA

As Minas na Guerra Atual — Rev. n.º 374.

JOSÉ HORACIO DA CUNHA GARCIA

Lendo Laffargue — Rev. n.º 316.

Lendo Laffargue — Rev. n.º 317.

Lendo Laffargue — Rev. n.º 318.

Organização da instrução na Cavalaria — (Notas de aula) — Rev. n.º 319.

A surpresa de uma guerra moderna — Rev. n.º 320.

O dia do Reservista — Rev. n.º 320.

Instrução na Cavalaria — O esq. de Mtr. e Eng. — Rev. n.º 324.

"Documentos" — Rev. n.º 326.

Instrução na Cavalaria — Rev. n.º 327.

A Instrução na Cavalaria — Rev. n.º 328.

A Instrução na Cavalaria — (Conclusão) — Rev. n.º 329.

A Documentação de Instrução na tropa — Rev. n.º 341.

Uma sugestão — Rev. n.º 367.

JOSÉ JACINTO CAMERINO

O verdadeiro papel dos estabelecimentos de subsistência — Rev. n.º 339.

Um Soldado do Passado — Rev. n.º 349.

JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO

Os Motivos da Guerra de 1870 — Rev. n.º 314.

O caso de Napoleão — Rev. n.º 315.

Blitzkrieg — Rev. n.º 317.

Artilharia de D. C. A. — Rev. n.º 318.

A planície da China do Norte — Rev. n.º 321.

Algumas visitas ao Japão — Rev. n.º 323.

A Bandeira no Bil. de Engenharia — Rev. n.º 324.

Causas e Consequências do Conflito sino-japonês — Rev. n.º 325.

- Causas e consequências do Conflito sino-japonês — Rev. n.º 327.
Disraeli — o homem que sabia querer — Rev. n.º 330.
O soldado brasileiro deve marchar mais — Rev. n.º 334.
Getúlio Vargas e a conquista do sertão — Rev. n.º 335.
As Bandeiras das Damas Paulistas — Rev. n.º 359.
A Guerra Atual — Rev. n.º 361.
Minas e Campos Mirados — Rev. n.º 362.
A invasão — Rev. n.º 363.
Soldados Brasileiros na Europa — Rev. n.º 363.
A Engenharia Militar no Brasil — Rev. n.º 366.
Cartas de Guerra — Rev. n.º 369.
Malan D'Angrogne — Rev. n.º 370.
Zonas Geo-Militares — Rev. n.º 372.
A Geopolítica das nossas fronteiras — Rev. n.º 373.
- JOSÉ NAPOLEÃO PASTOR DE ALMEIDA**
Fichas para a organização do terreno — Rev. n.º 316.
Fichas para a organização do terreno — Rev. n.º 317.
Fichas para a organização do terreno — Rev. n.º 318.
Efeito dos Projetos — Rev. n.º 345.
Abrigos a céu aberto — Rev. n.º 355.
Abrigos em Galeria de Mina — Rev. n.º 360.
Organização dos Abrigos segundo o seu destino — Rev. n.º 365.
Organização do Terreno — Rev. n.º 365.
- JOSÉ PINHEIRO DE ULHOA CINTRA**
Curso de Preparação para admissão a Escola de Estado-Maior — Rev. n.º 319.
Subsídio para a Compreensão das operações realizadas na região do Rio Serchio (Itália) pelo destacamento da F.E.B. — Rev. n.º 373.
- JOSÉ SALLES**
Introdução às aulas de Administração Militar — Rev. n.º 335.
O Fogão de Campanha do Exército M-1937 — Rev. n.º 365.
Manobras da 3.ª R. M. — O S.I. — Rev. n.º 314.
- JOSÉ DE SOUZA**
Em Inglês — "Os Sertões de Euclides da Cunha — 372.
- JOSÉ VIEGAS**
Índice Remissivo do Regulamento de Administração do Exército — Rev. n.º 361.
- JULIO CESAR CERQUEIRA DE CARVALHO**
Introdução de Graduados — Rev. n.º 328.
- JUNOT REBELO GUIMARÃES e OSWALDO DE SA' REGO FORTES**
As réguas de pontaria do canhão Krupp 75 — Rev. 328.
- J. C. SMYTH**
O Terreno, Ditador da Tática — Rev. n.º 373.

L

- LEONARDO RIBEIRO DA SILVA FILHO**
Curso de Preparação para admissão à Escola de Estado Maior — Rev. n.º 321.
- LEVY RIBEIRO BITTENCOURT**
As enxurradas no Rio Grande do Sul — Rev. n.º 367.
- LEONOR DE MELLO MOTTA**
O Soldado Ferroviário — Rev. n.º 365.
Devemos formar os nossos Soldados Rodo-ferroviários — Rev. n.º 366.

(Continúa)

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

**Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no
«Diário Oficial» no período de 20 de Outubro a 20 de
Dezembro de 1946**

ACUMULAÇÃO DE FERIAS (Declaração)

N.º 1.480 — Sr. Secretário Geral do Ministério da Guerra — Tendo o novo Estatuto dos Militares, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro do corrente ano, em seu art. 50, abolido a acumulação de férias declaro-vos que deve ser respeitado o direito dos que, naquela data, já haviam feito jus ao gozo de mais de um período, de acordo com o aviso n.º 169, de 3 de fevereiro de 1946.

O reconhecimento desse direito poderá estender-se até 31 de dezembro de 1947, devendo as autoridades procurar conciliá-lo com o interesse do serviço.

Aviso n.º 1.480 de 2 — D.O. de 6-12-1946.

ASSENTAMENTO DOS MILITARES — (Averbação).

— A fim de ser cumprido o que estabelece o parágrafo 6.º do artigo 182 da Constituição da República, determino aos diretores do Pessoal, da Intendência, Saúde e Veterinária, que averbem nos assentamentos dos militares, o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, desde que os interessados o fequeiram e comprovem com a certidão competente.

Aviso n.º 1.317 de 25 — D.O. de 29-10-1946.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— I — A 4.ª Companhia de Intendência passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938. II — Fica sem efeito o Aviso n.º 1.230, de 28-9-46.

Aviso n.º 1.345 de 29 — D.O. de 31-10-1946.

— O Q. G. da A. D.-2 passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1933.

Aviso n.º 1.411 de 12 — D.O. de 14-11-1946.

— A Diretoria das Armas passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1933;

Aviso n.º 1.524 de 10 — D.O. de 12-12-1946.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (Passa a ter)

— A Diretoria de Obras e Fortificações e Diretoria de Fabricação do Exército passam a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1933;

Aviso n.º 1.465 de 27 — D.O. de 29-11-1946.

JOMINI

— OU —

O ADIVINHO DE NAPOLEÃO



Xavier de Courville

Prefacio de

Jacques Bainville



Tradução do Cel. Renato B. Nunes

PREÇO Cr\$ 20,00

Pedidos à Biblioteca de "A Defesa Nacional".

— O II/9.º R. I. e as 12.ª e 13.ª Companhias de Transmissões passam a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

Aviso n.º 1.478 de 29-11 — D.O. de 2-12-946.

— A Diretoria do Material Bélico passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938:

Aviso n.º 1.497 de 2 — D.O. de 6-12-946.

BANDAS DE MUSICAS (Classificação)

1. Ficam as Bandas de Música classificadas em quatro categorias na conformidade dos quadros que com êste baixam, obedecendo ao que se segue:

Categoria "A"

- com efetivo de um Tenente, um 1.º Sargento e 70 músicos;
- Escola Militar de Rezende e Batalhão de Guardas.

Categoria "B"

- com efetivo de um 1.º Sargento e 35 músicos;
- Regimentos de Infantaria de 2 ou 3 Batalhões, Escolas Preparatórias e Regimento-Escola de Infantaria.

Categoria "C"

- com efetivo de um 1.º Sargento e 25 músicos;
- Regimentos de Infantaria de 1 Batalhão, 1.º B.C. e B.C. aquartelados nas cidades sede de R.M. e nas capitais dos Estados.

Categoria "D"

- com efetivo de um 1.º Sargento e 20 músicos;
- Batalhão de Fronteira.

2. Ficam as Fanfarras classificadas em duas categorias na conformidade dos quadros que com êste baixam e obedecendo ao que se segue:

Categoria "A"

- com efetivo de um 1.º Sargento e 35 músicos;
- 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas.

Categoria "B"

- com efetivo de um 1.º Sargento e 19 músicos;
- 1 por D.C. e o 18.º R.C. (Regimento Osório).

3. As demais unidades que não estejam dentro das especificações acima, ficarão apenas com suas bandas de corneteiros e tambores.

4. A Diretoria de Pessoal fará o reajustamento das bandas de música e fanfarras dentro dos efetivos ora fixados.

5. As Regiões Militares farão as transferências do pessoal e do instrumental de uma unidade para outra dentro do respectivo território.

6. A Diretoria de Intendência do Exército providenciara quanto ao recolhimento, conserto e redistribuição do instrumental.

7. Fica revogado o Aviso n.º 302, de 2-2-945.

Aviso n.º 1.446 de 25 — D.O. de 27-11-946

Noções de Topografia em Campanha

Pelo General

Paes de Andrade



Cr\$ 13,00

CABOS E SOLDADOS RESERVISTAS (Aceitação)

— Autorizo o 1.º Grupo de Obuses 155 a aceitar cabos e soldados reservistas da arma de artilharia como engajados dentro da percentagem de engajamento prevista para essa unidade.

Aviso n.º 1.451 de 23 — D.O. de 27-11-946

CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (Autorização).

— 1 — Considerando que no ano de 1947 não funcionará o Núcleo de Recompentamento das Unidades Escolas, fica revogado o aviso número 1.095, de 26-8-46. II — Considerando porém que se torna necessário preparar as Unidades Escolas, no sentido de atender às necessidades da instrução da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, declaro:

a) O Centro de Especialização e Aperfeiçoamento de Realengo fica autorizado a proceder ao licenciamento do Contingente atualmente incorporado às Unidades Escolas, a partir do mês de Dezembro do corrente ano; b) A 5.ª R.M. deverá fornecer um contingente de 3.147 conscritos com destino às Unidades Escolas.

Esse contingente deverá ser apresentado no Centro de Aperfeiçoamento e Especialização de Realengo a partir de 6 de Janeiro de 1947 até 20 desse mês, por turmas de 500 a 800 homens, com intervalos de 48 a 72 horas.

Aviso n.º 1.420 de 13 — D.O. de 16-11-946.

CERTIFICADO DE QUITAÇÃO (Solução de consulta).

Consulta o Excelentíssimo Sr. General da 4.ª Região Militar, em Ofício n.º 310-A, de 16 de Setembro do corrente ano, sobre qual o certificado de quitação com o serviço militar a ser fornecido a um brasileiro naturalizado que concluiu, com aproveitamento, o curso de sargento da reserva de acordo com o aviso n.º 3.104, de 10 de Dezembro de 1945.

Em solução declaro:

1 — Deve ser fornecido o certificado de reservista de 2.ª categoria com a graduação de 3.º sargento.

2 — Fica revogado, a partir desta data o aviso n.º 3.104, de 10 de Dezembro de 1945.

Aviso n.º 1.369 de 31 — 10. — D.O. de 4-11-946.

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO (Aprovação).

— De acordo com o disposto no art. 47 das Instruções provisórias para o fundamento da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das armas, baixadas pela Portaria n.º 7.038, de 5 de Agosto último, é aprovado o "Certificado de conclusão de Curso da Escola de Sargentos das Armas", que a este acompanha.

Aviso n.º 1.543 de 17 — D.O. de 19-12-946.

CIDADÃO DAS CLASSES CONVOCADAS — (Adiamento).

— Os cidadãos das classes convocadas que requererem matrícula nas Escolas Preparatórias ou Escola Militar deverão ter sua incorporação adiada.

Se reprovados, serão incorporados com a classe a que pertencerem, de acordo com a época de incorporação na zona, ou com a classe seguinte, se for o caso.

(Aviso n.º 1.316 de 25 — D.O. de 29-10-946).

CIDADÃOS MATRICULADOS NOS TIROS DE GUERRA — (Vantagens)

— Tendo em vista o que dispõe o art. 32 e § 1.º do art. 35 do Regulamento para os Tiros de Guerra e o § 2.º do art. 74 do Decreto-lei n.º 9.500 de 23 de julho do corrente ano (L.S.M.), são tornadas extensivas aos cidadãos matriculados nos Tiros de Guerra as vantagens constantes do art. 103 do Decreto-lei n.º 8.887, de 2 de Março de 1942.

(Reproduzido por ter sido publicado com incorreções no D.O. de 28 do corrente).

Aviso n.º 1.463 de 26 — D.O. de 29-11-946

CONCURSO DE ADMISSÃO NA E. MILITAR DE REZENDE — (Permissão).

— É permitida, no corrente ano, a inscrição no concurso de admissão à Escola Militar de Rezende aos candidatos que apresentarem certificado de aprovação na segunda série do Curso Científico do ensino secundário.

(Aviso n.º 1.360 de 30-10 — D.O. de 1-11-946).

CONTRAIR MATRIMONIO — (Solução de consulta).

— O Comandante do 11.º Regimento de Infantaria consulta como considerar os "5 anos de graduação" exigidos, pela letra b n.º 2 do art. 102, do Estatuto dos Militares, para que os sargentos possam contrair matrimônio.

2 — Em solução, declaro que os 5 anos de graduação estipulados por aquêlê dispositivo legal, devem ser considerados como 5 anos na graduação de sargento.

(Aviso n.º 1.346 de 29. — D.O. de 31-10-946).

CONCORRÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE ARTIGO DE CONSUMO.

— 1) — O Regulamento de Administração do Exército prevê, no art. 86, o regime de concorrências centralizadas, para os fornecimentos de artigos de consumo habitual, quer nas Regiões, quer nas Diretorias Técnicas. 2) Depois da criação do Departamento Geral de Administração (Decreto-lei n.º 9.100 de 27-3-46) e do Regulamento que lhe diz respeito (Decreto n.º 21.827, de 5-9-46), a centralização prevista compete ao mesmo órgão, quanto às Diretorias que lhe estão subordinadas. 3) Para melhor coordenação do assunto, desde já, as concorrências administrativas, para os suprimentos de 1947, devem ser centralizadas da seguinte forma: a) No Departamento Geral de Administração, para Diretorias e órgãos subordinados às mesmas, com sede no Rio de Janeiro; b) No Serviço de Intendência Regional, em cada uma das Regiões Militares, com exclusão da 1.ª; c) Nas guarnições mais distantes, a juízo do Comando Regional interessado. 4) A fim de não prejudicar os prazos já fixados pela Diretoria de Intendência do Exército, de conformidade com as normas de concorrência em vigor, somente a sessão de abertura e julgamento das propostas será realizada no D.G.A., a 20 de Novembro próximo.

5) As inscrições e o julgamento da idoneidade dos proponentes ficarão a cargo das repartições ou estabelecimentos que tenham feito a publicação dos editais necessários. Depois do encerramento das inscrições e do julgamento da idoneidade, a documentação respectiva será enviada ao D.G.A., a fim de ser preparada a sessão de abertura e julgamento das propostas.

6) Todas as propostas das firmas julgadas idôneas serão entregues diretamente ao Departamento Geral de Administração. 7) Para os trabalhos relativos à centralização da concorrência administrativa, no Rio de Janeiro, será constituída uma Comissão, sob a presidência do Chefe do D.G.A., um coronel relator e um capitão secretário, além de outros membros que

aquela autoridade julgar necessário convocar. 8) Para o ano de 1948, serão baixadas novas normas de concorrência centralizada.
(Aviso n.º 1.347 de 29 — D.O. de 31-10-946).

CONSELHO DE ECONOMIAS DA GUERRA — (Constituição)

Artigo 1.º — O artigo 2.º do Regulamento para o Conselho Superior de Economias da Guerra e a Caixa Geral de Economias de Guerras, aprovado pelo Decreto número 22.139, de 25 de Novembro de 1942, e alterado pelos de números 7.190, de 16 de Maio de 1941, e 21.824, de 5 de Setembro de 1946, passa a ter a seguinte redacção:

"O Conselho Superior de Economias da Guerra, que se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, é constituído dos seguintes membros permanentes: Ministro da Guerra — Presidente.

Chefe do Departamento Geral de Administração.

Chefe do Departamento Técnico e de Produção do Exército.

Diretor do Serviço de Intendência — Relator e Tesoureiro.

Um Secretário, oficial do Quadro dos Intendentes do Exército nomeado pelo Ministro, sem direito a voto.

Artigo 2.º — O parágrafo único do artigo 2.º do dito Regulamento passa a ter a seguinte redacção:

"Quando o Conselho tiver de deliberar sobre material da guerra ou sobre questões que interessam directamente a organização, deverá ouvir previamente o Estado-Maior do Exército, podendo mesmo solicitar a presença e o concurso do seu Chefe às reuniões em que tenha de decidir a respeito. Procederá do modo idêntico em relação às Diretorias técnicas, quando tiver de deliberar sobre assuntos importantes de suas especialidades. Nas reuniões para que forem convocados, o Chefe do Estado Maior do Exército e os Diretores das Diretorias técnicas gozarão de todas as prerrogativas de membros do Conselho".

(Decreto n.º 22.255 de 11 — D.O. de 13-12-946).

COMISSÃO DE FARDAMENTO — (Denominação)

— A Comissão de Revisão dos Uniformes, criada pelo Aviso n.º 2.296, de agosto de 1945, passa a denominar-se Comissão de Fardamento e será o órgão consultivo em todas as questões relativas a uniformes, a fim de assegurar fiel interpretação e permitir rigorosa execução do actual Plano de Uniformes.

(Decreto n.º 21.590, de 7 de Agosto do corrente ano).

(Aviso n.º 1.544 de 17 — D.O. de 19-12-946).

CONTRIBUIÇÃO MENSAL DE SUBSCRITORES. — (Elevação)

— Atendendo às razões expedidas pelo Presidente da Comissão da Biblioteca Militar, fica elevada de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 10,00 a contribuição mensal dos subscritores, a partir de 1 de Janeiro vindouro.

Ficam, também, elevados ao dobro os preços de venda de que trata a letra A) do item 4.º do Aviso 285 (Gab.) de 8 de novembro de 1937:

(Aviso n.º 1499 de 2 — D.O. de 6-12-946).

CURSO DA ESCOLA TÉCNICA DE AVIAÇÃO — (Solução de consulta)

— O Comandante da Zona Militar Leste e 1.ª Região Militar encaminhando, com o Ofício número 8.155-Al-10.276, de 11 do corrente mês, o processo em que é interessado o 2.º sargento Jair Kalif, do 8.º G.A.C. M., que concluiu o curso da Escola Técnica de Aviação de São Paulo, a 3 de Maio deste ano e se acha com o tempo findo, solicita uma solução para o caso, em face da Lei do Serviço Militar.

FUNCIONARIO CIVIL — (Ordem).

— Os comandantes, diretores ou chefes de unidades, repartições, estabelecimentos ou serviços d'este Ministério, onde houve funcionários civis, não têm a faculdade de collocá-los à disposição de outras repartições ou mandá-los servir fora da respectiva sede temporariamente, sem prévia autorização do Exmo.^o Sr. Presidente da República, nos termos precisos do art. 35 dos Estatutos dos Funcionários P^ublicos Civis da União, devendo, em qualquer caso, ser a proposta encaminhada a este Ministério por intermédio da Divisão do Pessoal Civil anexa à Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

Excetuam-se os casos de serviços externos, transitórios, regulados pelos artigos 130 e 136 do referido Estatuto pelo Decreto n.^o 18.157, de 30 de Abril de 1945 e pelos avisos ns. 149 e 675, de 5 de Fevereiro e de 3 de Junho de 1946, respectivamente.

(Aviso n.^o 1.469 de 27 — D.O. de 29-11-946).

GUIAS DE TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS — (Declaração).

— 1. Em face de dificuldades existentes no processamento de guias de transmissões de imóveis adquiridos por militares beneficiados pelos Decretos-leis n.^{os} 7.974, de 20 de Setembro de 1945, e 8.918, de 26 de Janeiro do corrente ano, declaro que são válidas as certidões expedidas pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra, desde que revestidas de formalidades legais.

2. Tendo em vista prescrever normas que orientem a decisão sobre o assunto, as certidões em apêço deverão ser expedidas, desta data em diante: a) como prova de haver o interessado servido na Força Expedicionária Brasileira ou no Arquipélago de Fernando de Noronha, pelo Comandante da Região Militar, se estiver em serviço em ativo, pela Secretaria Geral do Ministério da Guerra, se se tratar de civil; b) como prova de não possuir imóvel, pelo Comandante da Região Militar em que o interessado servir.

(Aviso n.^o 1.355 de 30-10 — D.O. de 1-11-946).

INSIGNIA DE COMANDO — (Aprovação).

— Aprovo a Insignia de Comando da Companhia de Polícia da Primeira Região Militar, de conformidade com o modelo que a este acompanha.

(Aviso n.^o 1.545 de 17 — D.O. de 19-12-946).

INSIGNIA DE COMANDO — (Aprovação)

— Aprovo a "Insignia de Comando" e o "Distintivo de Praça" da Companhia de Manutenção, de conformidade com os modelos que a este acompanham.

(Aviso n.^o 1.461 de 2 — D.O. de 4-12-946).

MATRICULA NA ESCOLA DE VETERINARIA — (Fixação).

— O número de matrículas na Escola de Veterinária do Exército é fixado, para o ano de 1947, da seguinte forma:

Curso de Formação de Oficial Veterinário, 25; Curso de Formação de Sargento Enfermeiro Veterinário, 20; Curso de Formação de Sargento Mestre Ferrador, 20.

(Aviso n.^o 1.337 — D.O. de 30-10-946).

Limites

do

Brasil

Pelo Coronel

Lima Figueiredo



Cr\$ 11,00

MATRICULA NA E. TÉCNICA DO EXÉRCITO — (Taxação).

- 1. — E' fixado em trinta (30) o número de matrículas na Escola Técnica do Exército para o ano de 1947, devendo o Departamento Técnico e de Produção estabelecer o número de vagas em cada especialidade.
2. No número acima mencionado estão incluídos os oficiais que aguardam matrícula nos termos do Aviso n.º 2.929, de 27 de Outubro de 1945.
- (Aviso n.º 1.358 de 30-10 — D.O. de 1-11-946).

MATRICULA NAS ESCOLAS MILITARES — (Tolerância).

- E' concedida a tolerância de um (1) ano na idade dos candidatos à matrícula, no corrente ano, nas Escolas Técnicas do Exército, Militar do Regente e Preparatórias.
- (Aviso n.º 1.359 de 30-10 — D.O. de 1-11-946).

OFICIAIS CLASSIFICADOS NOS CORPOS DE TROPA E ESTABELECIMENTOS — (Funções).

- Tendo o Decreto-lei n.º 9.120, de 4 de Abril de 1946, em seu art. 57, § 1.º, estabelecido que "os oficiais são classificados nos corpos de tropa, estabelecimentos ou repartições ou para eles transferidos, cabendo ao respectivo Comandante ou Chefe dar-lhes função correspondente ao posto conforme as determinações regulamentares", fica revogado o Aviso n.º 724, de 11 de Março de 1941, que exigia um ato ministerial para a nomeação de Fiscal Administrativo.
- (Aviso n.º 1.509 de 6 — D.O. de 9-12-946).

OFICIAIS SEM CURSO DE ESTADO-MAIOR

- Os oficiais sem o curso de Estado-Maior podem desempenhar funções de adjuntos suplementares nos Estados-Maiores, segundo o disposto abaixo :
- a) Ficam revogadas as expressões "oficial suplementar" e "Adjunto do Q.S.G.", sendo substituídas pela de "adjunto suplementar", pertencendo o oficial assim designado ao Quadro Suplementar Geral :
- b) O adjunto suplementar em nenhum caso substitui oficial com o curso de Estado-Maior, inclusive para os efeitos de percepção de vantagens; o exercício supletivo das funções, por oficial sem curso de Estado-Maior e de caráter precário e não implica no preenchimento da vaga, a qual só poderá ser virtualmente ocupada por oficial de Estado-Maior.
- c) As propostas para adjunto suplementar devem ser dirigidas ao Chefe do Estado-Maior do Exército, que as encaminhará à Diretoria de Pessoal, por intermédio do Departamento Geral de Administração.
- d) E' fixado o seguinte efetivo de adjuntos suplementares: — Estado-Maior do Exército: 2 no Gabinete e 2 por Seção.
- 1.ª 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 7.ª e 9.ª Região Militar: 3.
- 6.ª, 8.ª e 10.ª Região Militar: 1.ª e 3.ª Divisão de Infantaria: 1.ª, 2.ª e 3.ª Divisão de Cavalaria: 2.
- Destacamentos de Natal e Santos: 2.ª Brigada Mista: — 1.
- e) Nenhum tenente poderá ser proposto para adjunto suplementar, devendo ser observado o Aviso número 1.182, de 17 de Setembro de 1946;
- f) O adjunto suplementar poderá desempenhar, além de funções indicadas para o Estado-Maior, outras quaisquer do Quartel General, que lhe sejam atribuídas.
- (Aviso n.º 1.440 de 20 — D.O. de 22-11-946).

Livros á Venda

ARTILHARIA DE DORSO

Pelo Cap. *Octávio Alves Velho*

1.^a parte O MATERIAL: Apresentação, nomenclatura, montagem e desmontagem, funcionamento, manutenção, revistas do material, cangalhas e arreiaimento.

2.^a parte — A MUNIÇÃO: Generalidades; estudo dos cartuchos, espoletas e estopilha; armazenagem, transporte e conservação.

3.^a parte — INSTRUÇÃO sem CARGUEIROS: Funções dos serventes e sua execução, funções do CP, serviço da peça em ação, mudança de posição do eixo, deslocamentos da peça em ação, execução do tiro, composição e formação da Bateria, documentos do CP, incidentes de tiro mais frequentes.

4.^a parte — INSTRUÇÃO com CARGUEIROS: Ades-
tramento dos muars, encilhamento, posições e movimentos dos cargueiros, carregamento e descarregamento, Escalão forja-bateria, atrelagem e desatrelagem, formações e evoluções com o material sobre dorso e sobre rodas, acionamento meter cargueiros.

Anexo I — Comandos.

Anexo II — Dados numéricos e informações complementares.

Ilustrações: — Cerca de 50 figuras elucidativas.

Preço comum Cr\$ 15,00

Preço para os sócios da Cooperativa . Cr\$ 12,00

Endereço para pedidos — “Cooperativa Militar A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra, 4.^o andar (edifício dos fundos) — Rio de Janeiro. O Sistema de reembolso postal é o mais cômodo e vantajoso.

OFICIAIS DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA, DE OBRAS E DE TRANSMISSÕES — (Efetivo).

O efetivo em oficiais dos Serviços de Engenharia, de Obras e de Transmissões, já aprovado nos respectivos quadros elaborados pelo Estado-Maior do Exército, passa a vigor imediatamente da seguinte forma:

a) *Serviço de Engenharia*

Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sétima e Nona R. M. — Um Coronel (Chefe) e um Major (Adjunto);

Sexta, Oitava e Décima R. M., Primeira e Terceira D. I., Primeira, Segunda e Terceira D. C. e Artilharia de Costa da Primeira R. M. — Um Major ou Capitão (Chefe);

Todos os oficiais devem ser da Arma de Engenharia, podendo o Chefe ser Tenente-Coronel ou Major, e o Adjunto, Capitão ou Tenente do Q.A.O.

b) *Serviço de Transmissões*

Primeira e Terceira R. M. — Um Tenente-Coronel (Chefe) e dois Majores (Adjuntos);

Segunda, Quarta, Quinta, Sétima e Nona R.M. e Artilharia de Costa da Primeira R. M. — Um Major (Chefe) e um Capitão (Adjunto);

Sexta, Oitava e Décima R. M. — Um Major (Chefe);

Primeira e Terceira D. I. e Primeira, Segunda e Terceira D. C. — Um Major (Chefe) e um Tenente do Q. A. O. (Adjunto).

A chefia é privativa de oficial de engenharia, de preferência com o Curso de Transmissões ou do Q. T. A.; o Adjunto pode ser do Q. T. A. ou de qualquer arma, desde que possua o curso da especialidade.

Qualquer das funções pode ser desempenhada, eventualmente, por oficial de posto imediatamente inferior, podendo o Adjunto ser Tenente do Q. A. O., desde que possua o curso de transmissões.

c) *Serviço de Obras*

Todas as R. M. — Um Chefe e um Adjunto.

Todos os oficiais devem ser do Q.T.A., podendo ser designados oficiais de qualquer arma ou do Q.A.O., para Adjuntos, a título precário, desde que diplomados em engenharia civil.

Qualquer das funções pode ser desempenhada por oficial de qualquer posto.

d) *Funções de Oficiais do Q. T. A.*

Todas as funções previstas para os oficiais do Q. T. A. são consideradas como sendo do posto dos respectivos ocupantes.

(Aviso n.º 1.546 de 17, — D.O. de 19-12-946).

PESSOAS DAS FAMILIAS DOS MILITARES — (Internação).

— Os Hospitais Militares, quando o comportarem, ficam autorizados, a critério dos respectivos diretores, a internar pessoas das famílias dos militares, nas condições do Hospital Central do Exército, conforme propõe a Diretoria de Saúde do Exército.

(Aviso n.º 1523 de 10 — D.O. de 12-12-946).

POSTO DE IDENTIFICAÇÃO — (Criação).

— Fica criado o Posto de Identificação no Território de Fernando de Noronha, sob n.º 23, e o efetivo de um 2.º e um 3.º sargentos identificadores.

(Aviso n.º 1.381 de 5 — D.O. de 7-11-946).

PRAÇA EXCLUIDA — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 8.^a R.M., em radiograma número 2.833-A, de 4-10-46, sobre a passagem de regresso ao domicílio de origem. Em solução declaro: A praça expulsa de conformidade com as letras b ou c do § 3.^o do art. 85 do Decreto-lei n.^a 9.500, de 23 de Julho de 1946, deverá ser concedida passagem de regresso ao domicílio de origem.
(Aviso n.^o 1.350 de 29 — D.O. de 31-10-946).

QUADROS DE IDENTIFICADORES — (Autorização).

E' autorizada a inclusão condicional no Quadro de Identificadores com todas as vantagens previstas no Regulamento para o Serviço de Identificação do Exército — dos cabos alunos, aprovados no respectivo curso, ficando os mesmos obrigados a fazer o Curso de Candidatos a sargentos, dentro de um ano, a contar de 1 de Janeiro de 1947, nas Regiões Militares, onde forem classificados e nas armas de origem, a fim de regularizarem sua situação, sendo automaticamente excluídos do Quadro do Serviço de Identificação do Exército aqueles que não satisfizerem esta exigência.
(Aviso n.^o 1.520 de 10 — D.O. de 12-12-946).

REGULAMENTO DA DIRETORIA DO PESSOAL — (Aprovação).

Art. 1.^o Fica aprovado o Regulamento da Diretoria do Pessoal que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra.
(Decreto n.^o 22.030 de 7 — D.O. de 20-11-946).

REGULAMENTO GERAL DOS PARQUES DE MOTOMECANIZAÇÃO

Art. 1.^o Ficam revogados os artigos 182 a 192 do Regulamento Geral dos Parques de Motomecanização, aprovado pelo Decreto n.^o 19.602, de 13 de Setembro de 1943.

Art. 2.^o O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
(Decreto n.^o 2.2044 de 13 — D.O. de 16-11-946).

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE REMONTA E VETERINÁRIA — (Aprovação).

Fica aprovado o Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária, que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra.

(Decreto n.^o 22.031 de 7 — D.O. de 9-11-946).

REGULAMENTO DA EXTINTA D.A. — (Solução de consulta).

— A Diretoria do Pessoal consulta se o disposto nos artigos 323, n.^o 3 e 330 do R.I.S.G., bem como no art. 15, letra n, do Regulamento da extinta D.A. foi revogado pelo Estatuto dos Militares.

Em solução, declaro:

1. O art. 121 do Decreto-lei número 9.698 de 2 de Setembro de 1946 (Estatuto dos Militares) revogou os dispositivos citados daqueles regulamentos em virtude de colisão com o disposto no art. 46 daquele Decreto.

2. A autoridade que receber a participação a que se refere o artigo 46 do Estatuto dos Militares, deve transmiti-la, pelos canais competentes, ao

MEMENTO

DO

ARTILHEIRO

Capitão Amir Borges Fortes

=

Cr\$ 11,00

Comandante da respectiva Região Militar, cabendo a êste participá-la a Diretoria do Pessoal, sempre que o militar em férias ausentar-se da sua Região.

3. O Ministro da Guerra poderá estabelecer as restrições legais que julgar conveniente ao disposto no referido artigo 46 do Decreto-lei n.º 9.698 de 2 de Setembro de 1945.

(Aviso n.º 1.319 de 25 — D.O. de 29-10-946).

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ENGENHARIA — (Aprovação suplementar).

O "Diário Oficial" n.º 267 de 22-11-946, publica o Decreto n.º 22045 de 13-11-946, que aprova o Regulamento do Serviço de Engenharia do Exército.

REGIMENTO GOMES CARNEIRO — (Denominações).

Art. 1.º — Passa a denominar-se "Regimento Gomes Carneiro" o 7.º Regimento de Infantaria.

Art. 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto n.º 22.046 de 13. — D.O. de 16-11-946)

SARGENTOS DA RESERVA REMUNERADOS — (Solução de consulta).

Em ofício 402-Tes, de 17-7-46, consulta o Diretor de Recrutamento se os sargentos da reserva remunerada, beneficiados pelo parágrafo único do art. 223 do C.V.V.M.E. continuam a gozar das vantagens do referido parágrafo, em face do disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.013, de 29 de setembro de 1945, que lhes concedeu vencimentos integrais.

Em solução, declaro: os sargentos a que se refere a consulta continuam com direito aos vencimentos e vantagens que lhes foram concedidos pela excessão contida no parágrafo único do art. 223 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército que não foi revogado nem modificado, expressa ou implicitamente pelo art. 1.º do Decreto-lei número 8.013, de 29 de setembro de 1945.

(Aviso n.º 1.304 de 23 — D.O. de 25-10-946).

SARGENTOS MATRICULADOS NA ESCOLA DE SAUDE — (Ordem).

E' tornado extensivo aos 2.ºs sargentos matriculados na Escola de Saude do Exército o disposto no Aviso n.º 571, de 14 de maio do corrente ano. (Avis n.º 1.374 de 4 — D.O. de 6-12-946).

SARGENTOS DA RESERVA CONVOCADOS — Solução de consulta).

— Consulta o Comissário Militar da Comissão de Rêde n.º 2 em ofício n.º 72 — Contingente, de 23-8-46, se, ao tempo de serviço de um 3.º sargento da reserva convocado, deve ser adicionado o tempo de sua primeira praça para efeito do art. 60 do Decreto-lei n.º 9.500 de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar). Em solução declaro: — O tempo de serviço correspondente à primeira praça dos sargentos que se encontram incorporados, por terem sido convocados, deve ser computado para os efeitos do art. 160 das Disposições Transitórias da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9.500 de 23-7-46).

(Aviso n.º 1.426 de 13. — D.O. de 16-11-946).

LEGISLAÇÃO

MILITAR

POR

Dante Toscano de Britto

Capitão do Exército e Bacharel em Direito

PREÇO Cr\$ 12,00

SARGENTOS E SUBTENENTES — (Promoções).

Para fins de promoção aos postos de 1.º Sargento e Subtenente, os diferentes cursos especializados são considerados equivalentes ao de Comandante de Pelotão ou Segão, desde que o Quadro da respectiva especialidade comporte tais graduações. 2 — Ficam revogados os Avisos n.º 703, de 17-3-1943; 1.544, de 21-6-43 e 723, de 14-6-46.
(Aviso n.º 1396 de 8 — D.O. de 11-12-946).

SUBALTERNOS DAS ARMAS — (Distribuição).

— Tendo em vista o disposto no § 6.º do art. 7.º, do Decreto-lei n.º 9.120, de 2 de abril de 1946 e considerando a impossibilidade presente de convocação de oficiais da reserva, bem como a insuficiência de subalternos disponíveis para a tropa, apesar do que determina o Decreto-lei n.º 8.097, de 16 de outubro de 1945, é fixada a seguinte percentagem para a distribuição dos subalternos das armas, proposta pela Diretoria de Pessoal:

a) *Q. S. G., Q. S. P. e Q. O. comum a todas as armas:*

80 % (somente em funções arregimentadas).

b) *Corpos de tropa de Infantaria:*

1.ª R. M.: 80 %.

3.ª, 5.ª e 9.ª R. M.: 70 %.

Demais R. M.: 60 %.

1.ª R. M.: 50 %.

c) *Corpos de tropa de cavalaria:*

3.ª R. M.: 65 %.

1.ª R. M.: 60 %.

Demais R. M.: 50 %.

d) *Corpos de tropa de artilharia:*

Todas R. M.: 85 %.

e) *Corpos de tropa de engenharia:*

1.ª R. M.: 80 %.

Demais R. M.: 70 %.

As funções arregimentadas de subalternos, fora da tropa, limitadas ao fixado no § 2.º do Decreto-lei número 8.097, de 16 de Outubro de 1945 com referência ao art. 12 do Decreto-lei n.º 5.625, de 23 de Junho de 1943) e ao aviso n.º 3.117, de 11 de Dezembro de 1945; ficam estendidas à Escola de Motomecanização e ao Núcleo de Formação e Treinamento de Pára-quedistas.

(Reproduzido por ter saído com incorreções no D.O. de 29 do corrente).
(Aviso n.º 1.466 de 27-11 — D.O. de 3-12-946).

TABELA DE GRATIFICAÇÃO PRO-LABORE — (Aprovação).

— Aprovo a seguinte tabela de gratificações *pro-labore* ao pessoal do Núcleo de Formação e Treinamento de Pára-quedistas:

Diretor de Ensino, 500,00; Sub-Diretor de Ensino, 400,00; Instrutor Chefe, 300,00; Instrutores, 250,00; Auxiliar de Instrutor, 150,00; Monitores, 150,00.

A presente tabela vigorará até a aprovação do novo Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, em elaboração.

(Aviso n.º 1.392 de 6. — D.O. de 8-11-946).

TEMPO DE CONVOCAÇÃO DE PRAÇAS — (Prorrogação)

— Em complemento ao Aviso n.º 1.115, de 31-8-46 e tendo em vista a execução da sua letra b que autoriza a prorrogar até três meses o tempo de convocação das praças por forma a cumprir-se o que dispõe o artigo 56

Manual do Candidato a Reservista

PELO

Major RUY SANTIAGO

PREÇO: Cr\$ 20,00

do C.V.V.M.E., dentro das bases orçamentárias deste Ministério, declaro: a) o licenciamento deverá abranger as praças que completarem 1 ano de serviço; b) o efetivo a manter nas fileiras com praças que contem mais de doze meses de serviço, deverá ser doado de tal forma que, em cada Unidade Administrativa, não ultrapasse 50 % do efetivo orçamentário; c) as R.M. deverão tomar providência no sentido de não existir a partir do dia 30 do corrente mês praças excedentes nas Unidades Administrativas subordinadas.

(Aviso n.º 1.421 de 13 — D.O. de 16-11-946).

USO DO CORRO DE GABARDINE — (Permissão).

— E' permitido no 2.º uniforme dos alunos dos Centros de Preparação de Officiaes da Reserva — quando em trânsito para o quartel — o uso do gorro de gabardine verde-oliva escuro (modelo da estampa anexa);
(Aviso n.º 1521 de 10. — D.O. de 12-12-946).

Colaboram neste número:

Gen. Tristão A. Araripe

Cel. J. B. Magalhães

Ten.-Cel. J. B. de Mattos

Ten.-Cel. Senna Campos

Ten.-Cel. Uzêda

Maj. Geraldo de Menezes Côrtes

Maj. Felicíssimo de Azevedo Aveline

Maj. José Horácio Garcia

Maj. Omar Emir Chaves

Maj. Umberto Peregrino

Cap. Otávio Alves Velho

Cap. Nilton Freixinho



Cr\$ 5,00

Officinas Gráficas de A. NOITE

Av. Mal. Floriano, 15 e 21 — Rio